



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WANDERSON DE OLIVEIRA COELHO

**O PROJETO DA DITADURA CIVIL-MILITAR PARA A AMAZÔNIA NO  
PENSAMENTO DE ARTHUR REIS E MEIRA MATOS (1964-1972)**

**UBERLÂNDIA – MG**

**2019**

WANDERSON DE OLIVEIRA COELHO

**O PROJETO DA DITADURA CIVIL-MILITAR PARA A AMAZÔNIA NO  
PENSAMENTO DE ARTHUR REIS E MEIRA MATOS (1964-1972)**

Trabalho apresentado à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, com exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes

**UBERLÂNDIA – MG**

**2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

C672p  
2019

Coelho, Wanderson de Oliveira, 1992-

O projeto da ditadura civil-militar para a Amazônia no pensamento de Arthur Reis e Meira Matos (1964-1972) [recurso eletrônico] / Wanderson de Oliveira Coelho. - 2019.

Orientador: Sérgio Paulo Moraes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.663>

Inclui bibliografia.

1. História. 2. Reis, Arthur Cesar Ferreira, 1906-199 - Crítica e interpretação. 3. Mattos, Carlos de Meira, 1913 - 2007 - Crítica e interpretação. 4. Brasil - História - 1964-1985. I. Moraes, Sérgio Paulo, 1972- (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

WANDERSON DE OLIVEIRA COELHO

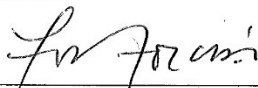
**O PROJETO DA DITADURA CIVIL-MILITAR PARA A AMAZÔNIA NO  
PENSAMENTO DE ARTHUR REIS E MEIRA MATOS (1964-1972)**

Trabalho apresentado à Banca de Defesa do Programa  
de Pós-Graduação em História da Universidade  
Federal de Uberlândia – UFU, com exigência parcial  
para a obtenção do título de Mestre em História.

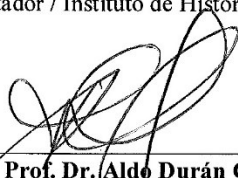
Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes

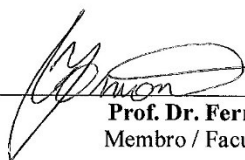
Uberlândia, 29 de março de 2019



**Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes**  
Orientador / Instituto de História – UFU



**Prof. Dr. Aldo Durán Gil**  
Membro / Instituto de Ciências Sociais – UFU



**Prof. Dr. Fernando Sérgio Damasceno**  
Membro / Faculdade de Educação – UFG

Uberlândia-MG, em 29 de março 2019

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes, que abraçou o projeto de pesquisa com dedicação e rigor acadêmico, ao mesmo tempo que contribui com as aulas e indicações para minha formação e desenvolvimento da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Fernando Sérgio Damasceno, que mais uma vez se prontifica a participar da Banca de Defesa, mas sobretudo por sua amizade, pela presença intelectual constante em minha formação, por todos os aspectos de suas qualidades humanas e vigor revolucionário, de fato inspiradoras. Deixo expressa minha gratidão a você, camarada.

Ao Prof. Dr. Aldo Durán Gil, não somente pela participação na Banca de Qualificação e agora de Defesa, mas por suas amizade, por ter de fato me acolhido tanto em âmbito acadêmico quanto fora da universidade. Agradeço suas aulas sempre instigantes.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Pereira Chagas, que não deixou a distância física interferir em nossa amizade, muito menos na orientação acadêmica e para a vida.

Agradeço aos colegas dos grupos de pesquisa NEMARX-AL e do GPEPS, coordenados pelos professores Aldo e Sérgio, nos quais pude entrar em contato com temas novos e extremamente enriquecedores.

À querida amiga Suellen Level da Costa, pessoa incrível, a quem devo muito do espírito sempre alegre com que tento levar a vida. Obrigado por fazer com que a distância tenha sido apenas uma palavra.

Sou muito grato às novas amizades feitas nesta cidade de Uberlândia, que agora fazem parte de mim e do meu constante e enriquecedor processo de deslocamento. Primeiramente, minha gratidão à Família Damasceno, que me acolheu como um filho, na pessoa da querida Benedita. Obrigado pela fazer com que minha vida aqui tenha sido muito mais feliz. Também aos amigos Mateus, Arthur e Guilherme, vocês me fazem ter fé na juventude.

À minha família, especialmente meus pais, agradeço pela ajuda e o exemplo sempre presentes.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA**

BASA	Banco da Amazônia
BCA	Banco de Crédito da Borracha
CODEAMA	Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IIHA	Instituto Internacional da Hileia Amazônica
PIN	Plano de Integração Nacional
SPVEA	Superintendência do Plano de Desenvolvimento da Amazônia
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

## RESUMO

O objetivo central desta pesquisa foi reproduzir e analisar, criticamente, o conjunto das ideias elaboradas pelo historiador Arthur Reis e o general Meira Mattos. Para tanto, além de perquirirmos o sentido do conjunto da obra individual de cada autor e os traços constitutivos de suas perspectivas teóricas como um todo, centramos a investigação em temáticas que melhor traduziram a finalidade da dissertação. Assim, em primeiro lugar, demarcamos o significado inerente à lógica própria do pensamento de cada autor, que foi tomado em sua particularidade. De forma simultânea, acompanhamos o vínculo de ambos com a conspiração, o golpe e a ditadura civil-militar de 1964, em seu significado total e, principalmente, no que concerne ao campo político-ideológico. Nesse sentido, apreciamos o trato que cada um deu à questão amazônica, tema que ocupou lugar de destaque no conjunto das obras e que recebeu especial atenção no encaminhamento do projeto de ação do governo ditatorial. O período no qual Reis foi governador coincidiu com o primeiro governo militar, de modo que seus discursos políticos se vincularam à presidência Castelo Branco. Nesse contexto, procuramos desvelar a relação entre o projeto do autor e o da Ditadura para a Amazônia – ambos presentes no conjunto dos discursos proferidos – e analisa-los à luz da compreensão das intervenções ditatoriais na Amazônia. Por fim, voltamos nossa análise à forma como Meira Mattos deu encaminhamento ao projeto político do governo ditatorial de 1964, dando atenção especial à sua obra geopolítica e sua atuação enquanto ideólogo.

**Palavras-chave:** Arthur Reis. Meira Mattos. Ditadura civil-militar. Amazônia.

## ABSTRACT

The central objective of this research was to reproduce and analyse, critically, the set of ideas elaborated by the historian Arthur Reis and the general Meira Mattos. For this purpose, besides probing the sense of the ensemble of each author's individual work and the constitutive features of their theoretical perspectives as a whole, we have centralized the investigation in themes that translated better the dissertation's finality. Thus, in first place, we have demarcated the inherent meaning of each author's logic of thought itself, which was taken in its particularity. Simultaneously, we have kept track of the link of both with the conspiracy, the coup and the civil-military dictatorship of 1964, in its total meaning and, mainly, in what concerns the political-ideological field. In this sense, we appreciate the treatment each one gave to the Amazon question, a theme that occupied a prominent place in the set of works and received a special attention in the forwarding of the ditatorial government's action project. The period in which Reis was governor coincided with the first military government, so that his political speeches were linked to the Castelo Branco presidency. In this context, we try to unveil the relationship between the author's project and that of Dictatorship for the Amazon – both present in the set of speeches delivered – and analyse them in the light of the understanding of dictatorial interventions in Amazon. Lastly, we return our analysis to the way how Meira Mattos brought forward the political project of the dictatorial government of 1964, giving special attention to his geopolitical work and his role as an ideologist.

**Keywords:** Reis. Meira Mattos. Civil-military dictatorship. Amazon.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 O PENSAMENTO DE ARTHUR REIS: AMAZÔNIA, MODERNIZAÇÃO E DITADURA CIVIL-MILITAR.....</b>	<b>21</b>
1.1 O Golpe e o governo Arthur Reis.....	21
1.2 Aspectos teóricos e ação política: estrutura histórica da Amazônia.....	31
1.3 A ideia do planejamento em perspectiva nacional.....	39
1.4 Entre o planejamento regional e o projeto da Ditadura Civil-militar.....	51
1.5 Cobiça internacional e integração da Amazônia à civilização brasileira.....	58
<b>2 MEIRA MATTOS E A GEOPOLÍTICA: ARTICULAÇÃO DO PROJETO DITATORIAL.....</b>	<b>67</b>
2.1 Meira Mattos e o Golpe.....	67
2.2 A centralidade da questão geopolítica.....	77
2.3 O projeto de poder da ditadura.....	87
2.4 Subordinação da Amazônia ao projeto nacional da ditadura.....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>107</b>

## INTRODUÇÃO

Com a presente dissertação, procuramos objetivar a análise de um conjunto de ideias apresentadas por dois autores que se projetaram em cenário político e intelectual brasileiro, no qual encaminharam questões relativas à *problemática amazônica* e à ditadura civil-militar de 1964. O ideário dos dois personagens nos pareceu expressar, entre outras coisas, o que qualificamos como um “projeto da Ditadura para a Amazônia”, e desse modo, demarcamos que com o estudo das suas obras individuais, que inclui também discursos políticos e entrevistas, pudemos contribuir com uma face da história social brasileira recente.

O historiador Arthur Cézar Ferreira Reis (1906-1993) e o general Carlos de Meira Mattos (1913-2007) atuaram com intensidade na segunda metade de século XX, produzindo ampla bibliografia voltada às problemáticas que estiveram na ordem do dia e que influenciaram o cenário intelectual do período. Foi também comum à ambos uma atuação política orientada por um ideal conservador. Neste trabalho, desenvolvemos uma análise destas duas trajetórias político-intelectuais a partir de três eixos: a especificidade de seus pensamentos, seus vínculos com a ditadura civil-militar de 1964 e suas relações com a *questão amazônica*.

No domínio historiográfico brasileiro algumas obras se estabeleceram como representativas de uma época, um tema ou teoria que passaram a projetar seu respectivo autor à condição de referencial analítico. Este foi o caso da produção historiográfica de Arthur Reis, que, para além da influência intelectual, projetou-se no cenário político, chegando a exercer mandato como governador do estado do Amazonas. O objeto central do ideário arthuriano foi a *problemática amazônica*, questão sobre a qual se debruçou em análises que partiram do período colonial, até alcançar inquietações imediatas no decorrer do século XX.<sup>1</sup>

No caso do general Meira Mattos, este figurou como pensador da *questão geopolítica* nacional, além de ter sido um ativo articulador do “projeto de Brasil” que se consolidou com o golpe civil-militar de 1964. Foi sobre os ideários destes personagens que assentou-se o corpo desta dissertação. Ambos se dedicaram a *temas recorrentes* que muitas vezes convergiram ao realizarem suas “interpretações de Brasil” e, em especial, de Amazônia. Assim, buscamos esclarecer a relação entre os dois personagens no contexto de sua atuação intelectual/política respeitando a particularidade de cada uma das trajetórias.

---

<sup>1</sup> [...] “o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a ‘ideologia dominante’, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época”. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13.

Em uma primeira aproximação, às obras de Reis e Mattos, verifica-se que ambos se posicionaram na tradição conservadora do pensamento social brasileiro. Houve, desse modo, um traço ideológico cristalizado nas “afinidades intelectuais” dos dois autores. Este fato nos permitiu, num segundo momento, aprofundar o estudo das determinações de classe que moldaram suas identidades teórico-políticas.<sup>2</sup>

Tivemos sempre claro, no entanto, como baliza metodológica, o entendimento de que se trata de duas presenças individuais específicas, naturalmente, inconfundíveis entre si; de modo que evitou-se reduzir os dois autores à características invariáveis, bem como imputar significados ao objeto a partir de conceitos exteriores aos textos ou de paradigmas apriorísticos – procedimento que decerto implicaria em malsinar os “resultados” da pesquisa. Igualmente, os traços ideológicos compartilhados por Mattos e Reis nos direcionaram, entre outras coisas, a compor sua extração de classe, mas não suprimiram as singularidades na atuação política de cada um.

Deste modo, nossa abordagem teórica pretendeu submeter a uma leitura crítica as explicações dos processos históricos que estes autores realizaram a fim de encaminhar ou estabelecer perspectivas políticas que incidissem sobre a prática social de intelectuais, políticos e instituições-chave, de modo a viabilizar um modelo de “desenvolvimento” nacional e regional. Neste processo analítico, a questão amazônica, em sua articulação com a ditadura civil-militar de 1964, constituiu o âmago de nossa problemática, uma vez que estes autores dedicaram parte significativa de suas energias para a compreensão e transformação da realidade brasileira da perspectiva da Amazônia a partir do momento em que a região foi subsumida ao processo de transformação do “verdadeiro capitalismo” brasileiro.

Neste quadrante, seguindo o itinerário político-intelectual de Arthur Reis, destacando a racionalização dada por ele à atuação dos governos militares na região Norte, conforme foram ampliadas as relações capitalistas das chamadas *frentes pioneiras*, isto é, as variadas formas de extrativismo vegetal, pecuária, mineração e agroindústria. No geral, muitas destas iniciativas já haviam fixado raízes na área, todavia, à medida que se efetivou o golpe civil-militar, o processo ganhou maior dinâmica, conjugando intervenção estatal e atividades essencialmente capitalistas. Já a obra de Meira Mattos nos ofereceu os subsídios para acompanhar a *lógica histórica* cristalizada na definitiva subordinação da Amazônia ao projeto de poder instituído

---

<sup>2</sup> “Todo grupo intelectual organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar”. NIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Ibid.*, 2003, p. 248.

com o golpe de 64 – o que resultou, em última instância, no panorama brutal dos conflitos sociais no campo.

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimento autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo do interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência com suas propriedades determinadas.<sup>3</sup>

A origem, bem como a formação dos autores analisados possui especificidades marcantes, sobretudo quanto às temáticas predominantes na obra de cada um. Arthur Cezar Ferreira Reis (1906-1993), formou-se em Direito em 1927 na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Em seguida, participou da criação das primeiras instituições voltadas à pesquisa nas áreas histórica, social, econômica, cultural e política da Amazônia. Sua inserção no meio intelectual, ao longo de aproximadamente 60 anos de atividade acadêmica, gerou mais de 300 escritos dentre artigos, livros e publicações variadas. Foi notadamente citado, no tocante a temas amazônicos, por autores da envergadura de Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, José Honório Rodrigues, entre outros.<sup>4</sup>

Conduziu a explicação da região Norte, por exemplo, com o texto *Ocupação portuguesa no vale amazônico*, que compõe a clássica coleção *História Geral da Civilização Brasileira* organizada por Hollanda.<sup>5</sup> Concomitantemente a atividade intelectual, Reis exerceu tarefas vinculadas às instituições governamentais, seja de caráter “técnico”, como atividades propriamente políticas. Dentre estas, vale destacar o cargo central da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, de 1953 a 1955. Tornou-se, na sequência, o primeiro diretor geral do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, de 1956 a 1958. Mas foi em 1964, com a implantação do governo ditatorial no Brasil, que Reis exerceu o cargo público de maior relevância como governador do Estado do Amazonas, até 1967.

<sup>3</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49.

<sup>4</sup> “Até pelo menos o início da década de 1970, Arthur Cezar Ferreira Reis foi o principal autor a abordar especificamente a história da Amazônia em seus textos. Sua obra findou por tornar-se uma referência básica a qualquer pesquisador que se voltasse para a temática. Considerado por mais de uma geração de pesquisadores como um pioneiro e um importante sistematizador do conhecimento sobre a Amazônia, Arthur Reis foi também, ao longo do tempo, taxado como um historiador ‘positivista’, ‘conservador’, ‘autoritário’ ou ‘superado’. Tanto para admiradores como para detratores, a produção intelectual de Arthur Reis parece ser mais alvo de *reverência* do que de referência, sendo também mais *conhecida* do que efetivamente conhecida”. DANTAS, Hélio. *Arthur Cezar Ferreira Reis: trajetória e escrita da história*. Jundiaí: Paco, 2014, p. 15. Grifos nossos.

<sup>5</sup> Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A ocupação portuguesa do Vale Amazônico*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, Tomo I, Vol. 1, pp. 357-372.

O general Carlos de Meira Mattos (1913-2007), natural de São Carlos – SP, dedicou sua vida à carreira marcial, tornando-se mesmo na reserva, articulador teórico de temas ligados à estratégia. Em 1932, participou da “revolução constitucionalista”, lutando do lado de São Paulo, um ano depois ingressou no curso da Escola Militar do Realengo, concluindo a formação em três anos. Fez parte dos quadros de oficiais da FEB, especialmente enquanto comandante na Batalha de Monte Castelo. Ao retornar da Itália, passou a se interessar pelo estudo da geopolítica. Foi instrutor desta disciplina em várias organizações do Exército e da Aeronáutica entre 1951 e 1957.

Promovido a coronel em agosto de 1963, foi comandar em 1964, o 16º Batalhão de Caçadores em Cuiabá, tendo participação destacada no golpe civil-militar de 1964. Mattos assumiu o cargo de interventor em Goiás, sendo substituído cerca de dois meses depois por um governador biônico do regime. Em seguida, foi nomeado subchefe do Gabinete Militar do general-presidente Castelo Branco. Em 19 de novembro de 1966, comandava o Batalhão de Polícia da Capital Federal quando recebeu ordem para cercar o Congresso Nacional a fim de retirar deputados que lá resistiam. Este ato encerrou sua ação militar direta, já afeito ao campo da geopolítica, em 1967, o então coronel Meira Mattos cursou a ESG, sedimentando assim a função de ideólogo que o acompanhou pelo resto da vida.

\*

Um dos parâmetros norteadores do procedimento teórico-metodológico de nossa análise consistiu no esforço em reproduzir, do modo mais fiel e rigoroso possível, o pensamento dos ideólogos em questão. O que significa dizer que perseguimos, durante todo o processo de pesquisa, o objetivo de apresentar, ainda que criticamente, a unidade constitutiva dos escritos teóricos e políticos dos dois autores em evidência. Ao mesmo tempo, nosso empenho procurou dar conta do contexto social no qual os autores se desenvolveram, sobretudo durante sua ação política a qual pudemos observar de maneira mais nítida.

Concebida desse modo, a crítica voltou-se à efetiva captação do sentido interno responsável por sustentar a complexidade dos discursos, entendendo-os enquanto expressão ideológica socialmente determinada e concomitantemente influenciadora da política, ou do “imaginário” coletivo da época. Assim, o ideário de Mattos e também de Reis, foram apreendidos em suas formas precisamente sociais e intrínsecas, correspondendo a pelo menos dois aspectos da experiência histórica concreta: a origem histórico-social do pensamento e a função social que ele veio a cumprir.

Um dos arrimos teóricos fundamentais de nossa pesquisa encontra-se, em bases mais amplas, no estudo do pensamento social brasileiro e, neste âmbito, enfocamo-nos mais detidamente na investigação do ideário de extração conservadora amazônico. Reis e Mattos, figuraram como personagens relevantes na representação de uma forma específica (conservadora) de enxergar e interpretar a realidade nacional. Foram, portando, *ideólogos* – conforme uma interpretação possível do fenômeno ideológico fundada por Karl Marx e Friedrich Engels, uma vez que:

As representações que esses indivíduos [os ideólogos] produzem são representações, seja sobre sua relação com a natureza, seja sobre suas relações entre si ou sobre sua própria condição natural [*Beschaffenheit*]. É claro que, em todos esses casos, essas representações são uma expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política. [...] Se a expressão consciente das relações efetivas desses indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo limitado de atividade material e das suas relações sociais limitadas que daí derivam.<sup>6</sup>

Se fez necessário explicar, seguindo a citação acima, que não fomos norteados por um entendimento, aparentemente mais corriqueiro, – e também mais raso – sobre o que venha a ser a ideologia, isto é, ideologia como falsa consciência.<sup>7</sup> Longe disso, a qualidade, profundidade, penetração ou a “verdade” contida no discurso dos autores estudados não nos interessa como pressuposto teórico-metodológico basilar – ainda que importe quando das considerações críticas –; mas sim, conforme a acepção sustentada por György Lukács,<sup>8</sup> a função social que tal discurso e/ou atuação política cumpriu em terreno social. Nesses termos, a política foi apreendida enquanto âmbito social do conflito e na condição de lugar em que tanto a ideação quanto a ideologia se apresentam.

Desse modo, a base teórica sobre cujo cerne repousou nossa investigação, aponta para a possibilidade de, reconstituindo os traços imprescindíveis do ideário de determinado personagem histórico, desvelar os laços que os une à sua classe<sup>9</sup> social. Esta operação nos

---

<sup>6</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 93.

<sup>7</sup> Portanto, não se trata de fazer juízo de valor quanto à subjetividade deste ou daquele autor, bem como desde ou daquele contexto histórico, posto que: “Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”. MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultura, 1982, pp. 25-26 (Coleção os Economistas).

<sup>8</sup> Na compreensão lukácsiana, o elemento mais importante é “a função prático-social de determinadas formas de consciência, independentemente do fato de que elas, no plano ontológico geral, sejam falsas ou verdadeiras” LUKÁCS, György. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 14.

<sup>9</sup> Nossa compreensão quanto ao conceito de classe se assenta, entre outros, nos seguintes parâmetros: “Classes não existem como categorias abstratas – platônicas –, mas apenas à medida que os homens vêm a *desempenhar* papéis determinados por objetivos de classe, sentindo-se *pertencentes* a classes, definindo seus interesses tanto entre si

permitiu, então, correlacionar o “jogo de mutua influência” entre indivíduo e classe.

Outro elemento importante foi definir que procuramos, na medida do possível, evitar a imputação de significados ao objeto a partir de conceitos exteriores aos textos ou de paradigmas apriorísticos. Em outras palavras, buscamos extrair categorias que dessem conta de exprimir a posição dos autores e que pudessem repor a arquitetura de seu pensamento, oferecendo-nos subsídios para:

[...] descobrir a unidade real sob a aparente diferenciação e contradição, bem como descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade, [uma vez que] é este o mais delicado, incompreendido e, não obstante, essencial dom do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento histórico.<sup>10</sup>

Com isso não sustentamos que em nossa pesquisa nos lançamos ao objeto desprovidos de compreensões teóricas dadas de princípio, mas sim, que estas premissas não se equivalem a dogmas, podendo sofrer alterações no decorrer do processo mesmo de investigação. A questão, portanto, correspondeu a compreender como uma ideologia irrompe à espera do pensamento e emerge à cena política fazendo o movimento inverso daquele que a transformou de ideia em ideologia propriamente dita. Ou, é o mesmo que dizer, compreender de que maneira uma problemática que nasce e se desenvolve em determinado solo histórico-social se transforma num pensamento complexo, sofisticado e que torna a influenciar a política, servindo como ferramenta de transformação social. Assim, importa entender também qual o ambiente histórico, qual contexto social, permitiu e por que permitiu que determinadas ideias (e não outras) se desenvolvessem.

Foi importante, ainda, definirmos a área geográfica a qual as temáticas que trabalhamos nesta dissertação se referiram de modo preferencial, isto é, a Amazônia. Não obstante nosso objetivo seja a compreensão de um recorte temporal que procurou ajudar a compor o debate sobre a *questão nacional*. A fim de melhor determinar a referida área pensamos em representá-la pela denominação consolidada como Amazônia Legal,<sup>11</sup> que hoje vigora com força de Lei.

---

mesmos como contra outras classes”. THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 107.

<sup>10</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 174.

<sup>11</sup> “Em decorrência do art. 199 da Carta de 1946, regulamentado pela Lei nº 1.806, de 1953, o Congresso Nacional criou a Amazônia Legal, fundado em critério misto – político, fisiográfico e geográfico – envolvendo os territórios dos estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima e ainda as partes do estado do Mato Grosso ao norte do paralelo 16º, a do estado do Goiás ao norte do paralelo 13º e a do estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º”. MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 63.

*Problematizações iniciais: interpretação crítica do Golpe*

Na presente dissertação, nos esforçamos por interpretar de forma crítica o pensamento de dois intelectuais ligados ao *establishment* brasileiro circunscrito principalmente à segunda metade do século XX. Afirmamos uma metodologia que prima por traduzir o referido pensamento da forma mais fidedigna possível e, justamente por conta disso, apresentamos uma leitura, ainda que crítica, diametralmente oposta à nossa. Por conta disso, fizemos a opção de apresentar um contraponto à tais ideias desde já, o que corresponde a oferecer ao leitor uma visão crítica dos significados históricos da ditadura civil-militar de 1964.

As interpretações, bem como a prática política dos personagens centrais presentes em nosso estudo, corresponderam a uma das vertentes do pensamento social brasileiro, a saber, a corrente conservadora. Outras foram, porém, as formas de apreender os mesmos processos sociais encaminhadas pelo pensamento de filiação crítica e, especialmente, o marxista. Por mais que estes últimos autores, devido a razões de ordem ideológica, não tenham recebido o prestígio que o meio público direcionou aos ideólogos ligados ao *establishment*, foi na sua análise que encontramos a verdadeira apreensão dos problemas nacionais.

Justamente em decorrência dessa contradição, fez-se necessário voltar-nos a uma questão central com a qual nos deparamos no decorrer da pesquisa, pois, desde o início, nos questionávamos: a explicação teórico-política de Meira Mattos e Arthur Reis pode ser apreendida enquanto expressão “complementar” de um mesmo vértice analítico que foi do posicionamento conservador ao reacionário?<sup>12</sup> Primeiramente, consideramos esta hipótese de trabalho plausível, sobretudo quando a complementamos com o impacto que 1964 causou no ideário dos dois autores. Em segundo lugar, cada um “optou” por uma forma singular de fazer política, que refletiu concomitantemente em sua operação intelectual.

De um lado, Reis, o governador biônico do regime ditatorial no Estado do Amazonas lançou mão de seu já consolidado prestígio intelectual e de homem público para explicar o golpe e a ditadura como um ato benéfico ao desenvolvimento brasileiro, que, segundo ele, havia estagnado perante o irrefletido “aviltamento político” da “classe dirigente” nacional.

---

<sup>12</sup> A posição de nossos autores esteve tão empenhada em defender a ditadura de 1964, que jamais expressaram sequer a seguinte ressalva: “Há, todavia, um grão de verdade na percepção de época de um descompasso entre o golpe encomendado e o regime de exceção realmente entregue. Conservadores e simplesmente reacionários tinham como horizonte retrospectivo a decretação de um amplo estado de sítio nos moldes do constitucionalismo liberal, com suspensão de garantias e em defesa da ordem jurídica de mercado, contra o tumulto das ‘classes perigosas’ e sua crescente indisciplina quanto à subordinação do trabalho ao capital”. ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 223.



Igualmente, como um movimento complementar das características intrínsecas à Ditadura, temos a figura do general Mattos, que enfrentou o “perigo comunista” militarmente, indo quase às últimas consequências do que hoje pode ser entendido como a violência de Estado adotada pelo regime ditatorial militar. Em sua considerável bibliografia, produzida ao mesmo tempo em que vigia o estado de exceção, o autor seguiu afirmando a necessidade do uso da força a fim de impor o projeto ditatorial.

Portanto, notamos na experiência concreta dos dois personagens uma espécie de cristalização do conceito de *modernização conservadora*,<sup>13</sup> denominação amplamente utilizada por cientistas sociais no intuito de explicar a um tempo os elementos progressistas (voltados quase que exclusivamente ao campo econômico) e o lado sombrio, representado pela violência militar, social e política imposta pelo regime. Além disso, de acordo com os apoiadores do regime ditatorial, era como se o aprofundamento da desigualdade brasileira estivesse “respaldado” por esse componente conservador/reacionário, uma vez que a Ditadura teria se instituído enquanto um “trauma necessário” ao efetivo alcance da democracia, no pós-1985.

O que não escapou à concepção analítica desses autores pró-64 – mormente os que como Mattos e Reis, contribuíram desde os movimentos conspiratórios – foi determinar o caráter objetivamente nacional do Golpe. Claro que eles não desconsideraram as circunstâncias internacional em suas implicações na vida política brasileira; entretanto, afirmaram reiteradas vezes que a decisão em favor da derrubada de João Goulart e implantação de um regime militar, fez-se numa coalisão fundamentalmente nacional. Em verdade, a contradição inicial a sobressair-se no pensamento de autores como estes foi considerar a Ditadura enquanto digna de um processo revolucionário.

---

<sup>13</sup> Ao explicar um dos elementos fulcrais da apreensão de Florestan Fernandez quanto à significação global da Ditadura, centrando-se no problema da modernização, temos o seguinte: “As classes dominantes (com um polo nacional e outro internacional), valendo-se dos militares, realizam o equivalente (invertido) da proeza dos guerrilheiros de Sierra Maestra ao intervirem no momento em que estrutura e história se entrecruzaram; mas, ao invés de realizarem uma revolução nacional – que, no caso de Cuba, evoluiu para uma revolução contra o neoliberalismo –, as classes dominantes brasileiras deslocaram o país do capitalismo competitivo para o monopolista, realizando a manutenção da dependência. Trata-se de uma ‘modernização conservadora a partir de fora’” [...]. CHAGAS, Rodrigo Pereira. *Florestan Fernandes: a Autocracia Burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil*. Mestrado em História. PUC-SP, 2011, p. 69. No sentido da apreciação feita por Chagas, poderíamos dizer que os militares, transformando defeito em predicado, procuraram, principalmente por meio da propaganda e do pensamento de seus ideólogos, apresentar os problemas intrínsecos à modernização que implementaram, como pedágio necessário ao desenvolvimento econômico que, até o declínio do “milagre” era inegável. Contudo, os defeitos relativos ao aprofundamento da desigualdade social e da subordinação ao imperialismo solaparam, de forma contundente, as bases políticas de sustentação do regime. Então, o problema seria complementado da seguinte forma: “O grande elemento legitimador do regime era seu ‘milagre econômico’, cujo desmoronamento fez com que os militares não pudessem mais recorrer à vontade à força bruta. O desenvolvimento capitalista e a mudança social ocorridos, apesar de todas as suas insuficiências e deficiências, exigem novas estruturas e novas instituições que atendam às mudanças que a modernização conservadora, realizada pela ditadura, fomentara” [...]. *Ibid.*, p. 148.

Contudo, no campo da esquerda, provavelmente a primeira interpretação, dando conta de que o golpe civil-militar foi capitaneado por setores reacionários da própria sociedade brasileira, veio de Ruy Mauro Marini.<sup>14</sup> Ele apontou para o fato de que nos momentos imediatamente anteriores, bem como logo depois do Golpe, o Brasil não cumpria a função de títere político dos Estados Unidos, tal como era suscitado por parte da esquerda e, inclusive, da imprensa.<sup>15</sup> Na contramão disso, Marini recorreu à análise da correlação de forças e da conjuntura política pré-64 como forma de explicar a conspiração golpista. Mais especificamente sobre *João Goulart e a colaboração de classes* o autor estabeleceu uma crítica à atuação política do Partido Comunista Brasileiro – PCB, e depois, à posição pequeno-burguesa do governo Goulart. Apontou estes dois elementos enquanto corresponsáveis pela ação da burguesia, classe média, Igreja e por fim dos militares, que puderam deflagrar o golpe e instaurar a Ditadura.

O golpe militar que depôs o presidente constitucional do Brasil, João Goulart, em abril de 1964, foi apresentado pelos militares brasileiros como uma revolução e definido um ano depois por um de seus porta-vozes como uma “contrarrevolução preventiva”. Por suas repercussões internacionais, sobretudo na América Latina, e diante das concessões econômicas aos capitais norte-americanos, muitos consideraram o golpe simplesmente como uma intervenção disfarçada dos Estados Unidos. Essa opinião é compartilhada por determinados setores da esquerda brasileira que, no entanto, nunca souberam explicar por que, precisamente quando pareciam chegar ao poder, este lhes foi inesperadamente arrebatado sem que se disparasse um só tiro.<sup>16</sup>

Marini pôs maior gravidade na análise do que denominou *compromisso político de 1937*, isto é, a composição de classes constitutiva do Estado Novo, que arrebanhava os setores agrário e industrial brasileiros, os quais se esforçavam para garantir os interesses tácitos relativos aos setores burgueses. Todavia, demarcou que foram exatamente estes os momentos em que a vida política do país foi convulsionada, pois coube a 1954, 1961 e finalmente 1964, a responsabilidade de colocar em cheque o referido compromisso. O autor demarcou que o governo Vargas, longe de expressar um caráter revolucionário, em termo de uma burguesia industrial que impõe seu interesses de classe; representou um avanço industrial, porém, tolhido pela conciliação de estruturas sociais que fomentavam a conjugação do historicamente “velho” ao historicamente “novo”.

---

<sup>14</sup> “Ainda no Brasil, Ruy Mauro elabora a interpretação mais influente nas novas gerações de militantes sobre as razões do golpe de 1964 e sua inserção no processo de acumulação capitalista no país, que circulou amplamente em várias versões, de forma clandestina” [...]. SABER, Emir (Org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000, p. 8.

<sup>15</sup> Cf. DINES, Alberto. *Os Idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: Editora José Álvaro, 1964.

<sup>16</sup> MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013, p. 73.

O autor determinou aspectos da “impossibilidade” histórica do desenvolvimento de um capitalismo autêntico no Brasil. O que seriam, por um lado, a arcaica estrutura agrária vigente e, por outro, a forte dominação imperialista que regia os rumos político-econômicos do país. Marini apresenta excelente síntese da entrada e dominação do capital imperialista sobre os setores da economia brasileira, desenvolvendo um raciocínio que, após explicar o ambiente de instabilidade dos governos, que por sua vez levaria ao golpe de 1964, explica ao mesmo tempo a posição submissa da burguesia brasileira ao imperialismo.

A instrução 113, expedida pelo governo interino de Café Filho e mantida por Juscelino Kubitschek [...], consagra a vitória do imperialismo. Criando facilidades excepcionais para a entrada dos capitais estrangeiros, esse instrumento jurídico corresponde a uma compromisso entre a burguesia e os grupos econômicos estadunidenses [...]. Observemos que esse penetração de capital imperialista apresentou três características principais: dirigiu-se, quase em sua totalidade, à indústria manufatureira e de base; deu-se, sob a forma da introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos; e realizou-se em grande medida através da associação de companhias estadunidenses a empresas brasileiras.<sup>17</sup>

Estabeleceu-se, desse modo, de forma contundente, a conciliação entre o interesses dos grupos dentro da burguesia e tomou-se uma posição comum: se juntar aos militares e demais seguimentos nas fileiras da reação. Pois, segundo o autor, para a média e pequena burguesia e tanto mais para a burguesia monopolista, o que estava colocado – frente a ascensão da classe trabalhadora, Revolução Cubana e outros eventos conjunturais – era claramente proteger sua posição de classe e sua margem de lucro, contra os reais interesses da nação. Aí estava posta a contradição inerente ao desenvolvimento econômico brasileiro, mesmo com o pujante movimento de industrialização. Demonstrando que não se criou um mercado interno para o consumo do que se produzia, mas, pelo contrário, se exportava tudo sem dar as condições do desenvolvimento de fato de uma sistema econômico industrial nacional.

Na realidade, o que estava em xeque era todo o sistema capitalista brasileiro. A burguesia – grande, média e pequena – compreendeu isso e, esquecendo-se suas pretensões autárquicas, bem como a pretensão de melhorar sua participação frente ao sócio maior estadunidense, preocupou-se unicamente em salvar o próprio sistema. Foi como chegou ao regime militar, implantando no dia 1º de abril de 1964.<sup>18</sup>

Além disso, o lucro gerado pelo colossal desenvolvimento do capitalismo brasileiro, depois de ser “dividido” com os Estados Unidos, que é o sócio maior da burguesia nacional; parte do excedente econômico ainda era investido no setor improdutivo da indústria bélica – não só isso servia para fortalecer a ditadura, mas também para garantir a entrada de

<sup>17</sup> SABER, Emir (Org.). *Op. Cit.*, 200, pp. 87-88.

<sup>18</sup> *Ibid.*, 2013, p. 153.

trabalhadores em suas fileiras, o que diminuía o problema com a mão de obra, ainda que de maneira ínfima. Nesse contexto, a própria ideia de burguesia nacional precisa ser problematizada, pois, seja devido seu atraso ideológico e histórico, ou porque não pode se desatrelar dos marcos do imperialismo, as classes dominantes no Brasil nunca puseram em prática um capitalismo verdadeiramente autônomo e desenvolvido.

\*

Colocados, mesmo que sumariamente, alguns aspectos teóricos e historiográficos do trabalho, voltemo-nos a organização da pesquisa. A dissertação encontra-se dividida em dois capítulos que, em muitas subdivisões, procuram oferecer um apanhado do conjunto da obra e da atuação política dos dois autores em análise. Cada tópico foi pensado para se relacionar com as temáticas gerais que orientam a investigação, indo da relação que cada autor desenvolveu com os movimento concernentes à ditadura de 1964, passando pelos principais elementos que orientaram sua produção intelectual e o lugar de destaque da questão amazônica em todo o desenvolvimento político-ideológico de ambos.

O primeiro capítulo é um apanhado do conjunto da obra e da atuação política de Arthur Reis junto a ao regime ditatorial. A sistematização diz respeito ao próprio modo como os principais temas forma desenvolvidos no itinerário bibliográfico do autor, mas optamos por introduzir seu pensamento de modo simultâneo a sua ação política. Aí, está a justificativa utilizada por Reis, a fim de legitimar, não só o golpe civil-militar de 1964, mas a necessidade de sua continuidade. Expomos assim a proximidade do autor com a ideologia conservadora e golpista nacional, seu posicionamento elitista. Traçamos de maneira mais detida a análise dos dois anos e meio do governo Arthur Reis, buscando pôr a nu suas categorias e procedimentos específicos, que por sua vez denotem as principais características de sua visão de mundo e da forma como conduziu politicamente seu Estado de origem.

No segundo capítulo analisamos o ideário de Meira Mattos, do mesmo modo partindo da sua vinculação à Ditadura, desde os movimentos de conspiratórios até a consolidação do regime. Demonstrando o vínculo orgânico do seu pensamento com o solo histórico do qual fez parte, procurando demonstrar, nesse movimento, as influências que o governo militar exerceu na obra geopolítica de Mattos. Analisando de maneira crítica as potencialidades e limitações de sua obra teórica, atentando especialmente para a coerência analítica, ou a falta dela nas várias obras lançadas especialmente na vigência do regime. Assim, foi possível apreender a raiz contraditória do conhecimento geopolítico, mas ver também que apesar disso, logrou certa influência na academia, bem como no governo.

Nas considerações finais procuramos retomar algumas problemáticas centrais apresentadas ao longo da dissertação para, assim, reuni-las de forma concisa a fim de definir o papel que cumpriram os dois autores naquele momento da história brasileira.

# 1 O PENSAMENTO DE ARTHUR REIS: AMAZÔNIA, MODERNIZAÇÃO E DITADURA CIVIL-MILITAR

## 1.1 O Golpe e o governo Arthur Reis

A atuação da ditadura civil-militar de 1964 no tocante à *questão amazônica* foi analisada em alguns trabalhos sob o signo de empresa governamental pioneira que, apesar das muitas dificuldades, teria logrado inserir a região Norte, definitivamente, aos marcos da “civilização brasileira”.<sup>19</sup> Esta visão positiva quanto ao Golpe e seus efeitos apareceu com maior veemência em parte do pensamento conservado amazônico, pois se acreditava que a ação autocrático-nacionalista, supostamente interrompida com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, retornava como atitude renovadora da política nacional.<sup>20</sup> Assim, a ditadura civil-militar instaurou-se já com uma série de expectativas estabelecidas em torno da Amazônia.

Vista em perspectiva histórica, a região figurava como um dos pontos estratégicos do projeto ditatorial de *Brasil moderno*, fato que aparecia com certa constância na estrutura doutrinária de órgãos como a Escola Superior de Guerra – ESG,<sup>21</sup> especialmente no decorrer dos anos 1950.<sup>22</sup> Desse modo, era patente que não se entregaria o governo do Amazonas em mãos de grupos os quais não se alinhassem à perspectiva militar.

A indicação de Arthur Reis para o cargo expressou-se como atitude coerente, tanto no sentido da adequação de seu posicionamento político, em consonância com os ideais da “Revolução” de março de 1964,<sup>23</sup> como no tocante a sua contribuição com uma visão de Brasil

---

<sup>19</sup> “Quando o presidente Castelo Branco tranquilizou a Nação anunciando um inventário a cargo da técnica brasileira, sua afirmação, importando num compromisso sereno e grave, valeu também como uma proclamação decisiva de que estávamos certos na tese que defendêramos. A integração da Amazônia à civilização brasileira, no que essa civilização possui de humano, de peculiar, de imenso como empresa criadora, está em andamento. Vai ser a grande demonstração de maturidade da pátria”. REIS, Arthur César Ferreira. *Um ano de governo*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1965, p. 16. “A Amazônia, que ocupa cerca de 60% do território brasileiro e foi povoada de maneira esparsa e desigual, predominantemente ao longo de dois rios, constitui área com características, problemas e possibilidades peculiares e por isso deve ser analisada à parte, não obstante esteja agora em franco desenvolvimento a política de integração nacional”. MIRANDA NETO, Manoel José. *O dilema da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 13.

<sup>20</sup> Ao analisar o contexto pré-64, Arthur Reis criticou o que viu e apontou para a necessidade de mudança: “Revolta-me [...] a miséria que nos ronda a porta, que se observa por toda a parte e não pode significar que estejamos criando uma sociedade sadia e capaz de realizar-se pelo tempo. A culpa desse presente não se pode atribuir unicamente aos que, *durante os últimos doze anos, usufruíram o poder*. Os compromissos com esse estado de coisas são variados, amplos e quantitativamente pesados. E se é assim, porque todos não nos consagramos, sem partidarismos estreitos, nocivos, a uma *experiência nova*” [...]. REIS, Arthur César Ferreira. *Mensagem à Assembleia Legislativa*. Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1965, p. 10. Grifos nossos.

<sup>21</sup> Cf. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos da doutrina*. Rio de Janeiro: ESG, 1981.

<sup>22</sup> Cf. MATTOS, Carlos de Meira. *Projeção mundial do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

<sup>23</sup> Um bom contraponto à noção de golpe civil-militar tomado enquanto “Revolução”, defendida por Reis e seus correligionários, foi o seguinte: “Por ser tradicionalmente o dia da mentira, o 1º de abril parece ter sido escolhido

que se aproximava da interpretação orientada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, instituição da qual Reis era membro, ou da própria ESG,<sup>24</sup> entidade na qual este havia ministrado cursos em assuntos amazônicos referentes à geopolítica e à cobiça internacional. Tratava-se também de um intelectual que contribuiria para dar prestígio ao governo militar, bem como para legitimar a atuação ditatorial (dando ares de *despotismo ilustrado*) na Amazônia.

Seu alinhamento à perspectiva golpista se deu mesmo antes da deflagração efetiva do golpe, remontou à fase da criação de um movimento político-ideológico que desse suporte aos anseios militares. O próprio autor, rememorando sua atuação pré-64, pôs seu alinhamento político como uma das motivações para a indicação ao cargo de governador do Amazonas. Isso também foi evidenciado numa de suas obras políticas mais expressivas, concebida no calor dos acontecimentos pós-64, na qual acompanhamos o seguinte:

Entre 1956 e 58, quando dirigi o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, participei ativamente dos preparativos para a *solução revolucionária* que estive a deflagrar por mais de uma vez.

A história política que se escreve, um dia, daquele período de tanta demagogia, de tanto desatino mas, também, de tanto descontentamento, há de registrar o que aqui ocorreu e justificava plenamente aquela *solução revolucionária*.

Quando, por isso, ao desembarcar no Rio de Janeiro, em junho de 1964, tomei conhecimento de que fora eleito Governador do Amazonas por decisão da Assembleia Legislativa Estadual, compreendi imediatamente porque fora preferido nos mais altos escalões do Comando Revolucionário. Ademais, à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito de meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha de quem não participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União.<sup>25</sup>

Assim, já que um de seus objetivos foi explicitar o ambiente de “profundo aviltamento da vida pública” no Estado do Amazonas, Reis esforçou-se por deixar claro seu afastamento do convívio com partidos ou “elementos partidários”, em Manaus. O autor consubstanciou, dessa forma, uma interpretação do solo-histórico que o levou ao governo, bem como, esboçou seu enquadramento na mesma compreensão dos homens que pensaram e deflagraram o Golpe de Estado. A partir de então, Reis tratou de declarar que um grande desafio estava colocado para

---

a dedo para a implantação do golpe de Estado de 1964, travestido de revolução. Completam-se agora 15 anos de um regime que armou sua base de propaganda sobre duas falsidades simplórias: uma de calendário e outra de semântica”. ALVIM. Thereza Cesário (Org.). *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 7.

<sup>24</sup> Sobre a ligação de Reis com a perspectiva ideológica da Ditadura: “ele foi agente desse estado militarizado implantado em 1964. Reconhecidamente identificado com o campo ideológico conservador, ligado por afinidades intelectuais e ideológicas à Escola Superior de Guerra, sem dúvida foi bastante importante na implantação e consolidação da Ditadura Militar no Amazonas”. GOMES, Leila Margareth Rodrigues. *Movimentos sociais na obra de Arthur Reis*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 38.

<sup>25</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Como governei o Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967, p. 11. Grifos nossos.

ele: “soerguer sua terra”, que apesar do passado glorioso “havia”, até aquele momento, amargado “uma parada violenta na elaboração de *elites culturalmente capazes* de dar a sua contribuição”.<sup>26</sup> Ao demonstrar abnegação no “desafio” que lhe era proposto, isto é, substituir as elites amazonenses acusadas de não tomar para si as “responsabilidade cidadãos” – mas, pelo contrário, usar de sua “posição para desservir à coletividade” –, o autor almejou explicar como entendeu e deu respostas aos problemas imediatos:

Compreendi que tinha de agir com energia, rapidez e sem temores. Não pleiteara o Governo. A experiência a que me ia submeter não me permitia, porém, vacilações ou condescendências. Certo? Errado? Agi de acordo com meu modo de pensar e de atuar no passado [...]. Não possuía de fortunas senão a biblioteca que formava, dia a dia [...]. Se não havia a fortuna material, representada em bens que não fossem os dos utensílios de uso pessoal e a biblioteca, possuía em alta dose o sentimento de responsabilidade e a vontade para realizar.<sup>27</sup>

Em meio aos vários dilemas emanados, segundo Reis, da *imoralidade* e do *subdesenvolvimento* com os quais se deparava nos primeiros momentos de governo, era imperativo aplainar o terreno social, então composto por sujeitos que relutavam contra a nova ordem deflagrada pelo Golpe, sobretudo porque a instauração da ditadura encontrava-se em pleno movimento. Após os primeiros embates, nos quais o então governador utilizou a força do Ato Institucional nº 1,<sup>28</sup> mandando fechar, inclusive, a Assembleia Legislativa do Estado, afirmou-se que a “evolução” da administração dos “interesses” do Amazonas prosseguiu normalmente sem maiores problemas.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> “É preciso constatar, entretanto, que o golpe militar de 1964 alcançou uma mobilização de opinião que não só o tornou possível em condições ideais, sem encontrar o mínimo de resistência, como assegurou uma transitória e evidente superioridade de forças, em que se misturavam interesses concretos e ingenuidade primária [...]. A inversão das coisas se estabelecia como verdade irrefutável, de tal sorte que, após o rápido triunfo, um tanto surpreendente para as forças reacionárias que pretendiam encontrar os motivos para um banho de sangue que expurgasse, de pronto, fisicamente, os elementos que mais detestavam, os que haviam defendido a ordem, as instituições vigentes, o governo legítimo, foram levados aos tribunais como subversivos e neles foram incriminados como réus de culpas inexprimíveis. Ao lado da tônica da subversão, tão caracterizadamente invertida, surgia a tônica da corrupção, destinada a conquistar as camadas de classe média” [...]. SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil*. 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984, p. 59.

<sup>27</sup> *Ibid.*, 1967, p. 13. Grifos nossos.

<sup>28</sup> “Como é sabido, o Ato Institucional de 9 de abril de 1964 teve como autor principal Francisco de Campos, com *know-how* histórico na matéria. Mas também Pedro Aleixo, da UDN, participou das conversações entre civis e militares durante a preparação do documento. Na ocasião teve a oportunidade de opinar sobre as dificuldades de compatibilizar Constituição e revolução; e considerando prioritários os objetivos desta última, avalizou a tese do poder constituinte dela”. BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 22.

<sup>29</sup> Arthur Reis recebeu apoio de intelectuais que viam em seu governo o *despotismo ilustrado* ao qual já nos referimos. Mário Ypiranga, escritor amazonense, após longo relato acerca das mazelas que afligiam Manaus, referiu-se ao governo Reis como o único a enfrentar os problemas estruturais do Estado: “O Sr. Arthur Reis desorganizou um quisto social que olhos cegos e ouvidos moucos não atendiam, olhos e ouvidos prestantes a votos milagreiros e a bolsos de advogados interessados. Era tempo, cremos nós, de atacar o problema da planificação da cidade”. MONTEIRO, Mário Ypiranga. A amazonlândia como espelho da cultura. In: *História da cultura amazonense*. Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2016, p. 537.



No entanto, o Ato Institucional continuou a ser incisivamente utilizado, sobretudo como forma de dirigir as Comissões de Inquérito e materializar uma ferramenta jurídica empenhada na “renovação” do quadro de servidores públicos.<sup>30</sup> Seu emprego também figurou durante o processo de intervenção em Manaus, bem como nos demais municípios. Destarte, ao contrário do que pareceu se consolidar durante algum tempo sob o domínio historiográfico brasileiro, no qual o período *castelista* foi tido como “brando”, em contraposição aos “anos de chumbo”,<sup>31</sup> pudemos notar já no governo Arthur Reis (1964-1967), o afloramento de tendências autocráticas, expressas no discurso e na prática política.

A princípio, foi possível verificar no ideário do então governador esta tendência à “resolução firme” dos embaraços políticos, porém, este traço distintivo de sua práxis, apareceu quase sempre conjugado a outro: evidenciar a importância da região Norte como parte imprescindível do projeto de *integração nacional*. Desse modo, junto ao “autoritarismo” político, a forma mais veemente do nacionalismo arthuriano apresentou-se, sob estes termos, na defesa ideológica do projeto de Brasil cristalizado na ditadura, contra a exploração e possível apropriação do patrimônio nacional amazônico pelas potências internacionais.

O primeiro documento no qual se estabeleceu um apanhado geral quanto às condições da região, já com Arthur Reis exercendo a função de governador, foi o *Plano de desenvolvimento econômico e social de 1965*. Neste programa de administração, pôs-se em perspectiva os principais problemas encarados por Reis e pelos secretários de governo como empecilhos ao desenvolvimento das estruturas sociais e econômicas do Estado. De início, foram selecionadas áreas preferenciais para a atuação política, tendo por baliza a determinação de que o *plano* deveria “procurar obter dos recursos e fontes disponíveis o máximo de eficiência e racionalidade”.

Escolheu-se, assim, como área prioritária, para ação a prazo curto, o polígono amazense do Baixo e Médio Amazonas, iniciado pelo Município de Tefé, no Solimões, e descendo a “calha central” até a fronteira do Pará. Estas áreas serviram

---

<sup>30</sup> Quanto à repressão no governo Reis: “No Estado do Amazonas ele seguiu o mesmo ritual adotado em todo o Brasil. Perseguição aos agentes públicos que resistiam a implantação da ditadura civil-militar, seja por motivos pessoais, [...] ou por motivos ideológicos. Foram instaurados no Amazonas cerca de 30 Investigações Sumárias com base no Ato Institucional [...]. GOMES, Leila Margareth Rodrigues. *Op. Cit.*, 2009, p. 39.

<sup>31</sup> “Ao invés de se fortalecer as burguesias e os instrumentos democrático-liberais, como parecia preconizar o projeto castelista, tratou-se de dar vitalidade a um Estado expansionista, disciplinador e repressor: definiu-se, assim, uma política de associação entre empresa pública, empresas nacionais e capital oligopólico, respondendo à necessidade de vinculação às novas formas do capitalismo internacional; ampliou-se a área decisória do governo e sua capacidade de controle sobre a sociedade civil. Deve-se reter um aspecto, em si muito importante: mantiveram-se inalteradas a condição salarial e a estratégia política geral de desmobilização política e de repressão às classes trabalhadoras”. MAGALHÃES, Nancy Alessio. *Democracia e autoritarismo no Brasil: o governo Castelo Branco (1974/1967)*. In: SILVA, Marcos (Org.). *Brasil, 1964/1968: a ditadura já era ditadura*. São Paulo: LTC Editora, 2006, p. 86.

como polo de apoio e irradiação para atingir, em etapas sucessivas, áreas vizinhas de menor densidade populacional e menores possibilidades relativas de crescimento.<sup>32</sup>

Percebemos, assim, duas questões constantes em praticamente todo o discurso do então governador. Primeiramente, o empenho no sentido de apresentar a *objetividade* técnica, o pensamento *racional* e o *planejamento* econômico como ideais de excelência e, em decorrência do trabalho pensado nestes termos, a meta de superação do *subdesenvolvimento*. Estas “grandes questões” foram analisadas no decorrer do presente trabalho, por ora, basta perceber que o objetivo primordial de Reis foi combater as precárias formas de subsistência vigentes na região amazônica. O que estava em questão, portanto, era a superação do “duplo vazio”, demográfico e econômico, apresentado pelo Amazonas. Por meio desse movimento, buscava-se substituir a “velha política” pela aplicação das máximas *desenvolvimentistas* concernentes ao projeto ditatorial pós-64.<sup>33</sup>

Na sequência, encaminhando-se ao combate das condições econômicas rudimentares apresentada pela sociedade amazonense na época do governo Reis, estabeleceu-se o Plano Bienal. Concebido para efetivar as reformas mais imediatas que possibilitassem, em seguida, a alteração do quadro administrativo. Após esta primeira fase, em que se executou uma “técnica de planejamento modesta”, o governo poderia articular “outra mais ambiciosa”. Tal procedimento, conferiu ao *plano* uma característica plástica – exatamente como previa o *planejamento*, que veremos mais à frente, expresso no ideário arthuriano. Por “essa razão, [apontou o documento] o Plano Bienal preconizado não tem a pretensão de ser minucioso, mas apenas se apresenta como programa de ação coordenada e racional”.<sup>34</sup>

A característica basilar do *plano de governo* consistiu-se no fato de que sua política econômica visava o “favorecimento e estímulo à iniciativa privada, especialmente ao setor industrial”, posto que tal incentivo apresentava-se como “fator indispensável à fase desenvolvimentista” que Reis desejava “ver implantada no Amazonas”.<sup>35</sup> Em outras palavras, significa dizer que o autor enxergava a vinculação dos setores público e privado como formula

---

<sup>32</sup> REIS, Arthur Cézar Ferreira. *Plano de desenvolvimento econômico e social* (1965 – 1966). Rio de Janeiro: Artenova, 1965, p. 6.

<sup>33</sup> “Durante os anos 1964-69, a *problemática amazônica* era colocada pelos governos federal, estaduais, territórios e municipais da região principalmente nesta perspectiva: vazio demográfico, vazio econômico, insuficiência de meios de transportes, e comunicações, [...] cobiça internacional, geopolítica. Essa perspectiva – por um dado, bastante impressionista e, por outro, bastante conveniente aos interesses das oligarquias locais e regionais – já havia influenciado a criação de dois órgãos governamentais do poder federal”. IANNI, Octavio. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 36. Grifos nossos.

<sup>34</sup> *Ibid.*, 1965, p. 10.

<sup>35</sup> *Ibidem.*, p. 11.

de “sucesso”, operando assim, a subordinação do aparato estatal às necessidades da “livre empresa”.

Ocorre que a perspectiva de “desenvolvimento” expressa no pensamento de Arthur Reis, aspirou objetivar a industrialização. Todavia, diferentemente do processo industrial apresentado pelo Sudeste do país, – que mesmo *subordinado* aos centros dinâmicos do capitalismo internacional,<sup>36</sup> logrou acompanhar o movimento da produção de bens de consumo mundial – na Amazônia, tal “industrialização” se fez operando insatisfatório melhoramento de produtos primários como a juta, o guaraná e a borracha.

Por isso, ainda que o ideal de industrialização como forma de alcançar o desenvolvimento econômico perseguido por Reis se assemelhasse às perspectivas nacionais, na prática a região Norte parece haver permanecido à margem do processo de transformação capitalista brasileiro. Houve, desse modo, um diálogo entre a questão regional e a maneira como a problemática amazônica foi inserida às vicissitudes históricas do país. De sorte que a mudança do padrão de acumulação capitalista operou a “gênese” da relação entre o Norte e o Sudeste:

A dinâmica desse processo, [...] decorreu fundamentalmente do “deslocamento do centro dinâmico” da economia nacional, quando o padrão de acumulação de capital se altera em favor da indústria. Ao mesmo tempo, a fraca dinâmica da economia periférica nacional, imbricada em menor desenvolvimento capitalista impediu maior expansão de sua indústria.<sup>37</sup>

Esta seria, aparentemente, a forma mais adequada de compreensão das transformações capitalistas do “centro” e da “periferia” brasileira<sup>38</sup> no momento em que a dinâmica do processo político foi consolidada no eixo Rio-São Paulo.

Contudo, voltando-se propriamente à visão de Arthur Reis, percebemos outra equalização dos mesmos problemas. Ao explicar, por exemplo, que na Amazônia seria necessário, para atrair o empresariado, oferecer-lhes maiores favores fiscais e creditícios o autor apoiou-se numa espécie de *determinismo geográfico*, pois estando a Amazônia “inserida numa

---

<sup>36</sup> Conforme M. C. Tavares, seria necessário entender ainda que o sucesso da indústria brasileira “se deveu de início à abundância relativa de economias externas do eixo Rio-São Paulo, [que] transformou o centro-sul do País numa região fortemente polarizada, através de um mecanismo cumulativo que facilitou extremamente a dinâmica do processo de substituição de importações, embora tenha resultado num violento aumento dos *desequilíbrios regionais*”. TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 34.

<sup>37</sup> CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985, p. 73.

<sup>38</sup> [...] “a região e o estado-nação se constroem numa ampla relação contraditória entre centro e periferia. Segundo essa visão, o processo da industrialização provoca a diferenciação social e cultural entre os dois níveis, com um forte impacto sobre as desigualdades e assimetrias, amplificando as diferenças, mas, por outro lado, provocando um movimento de homogeneização de valores e práticas econômicas e sociais” OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. Marxismo e questão regional. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n. 35, p.112-128, jul./dez. 2015, p. 113.

grande faixa de clima equatorial, não possui os atrativos ecológicos, que as regiões dos climas temperados são dotadas”. Devido a isso, segundo o mesmo autor, o governo teria que “engendrar certos incentivos, a fim de promover a mobilidade de empreendimentos e capitais, capazes de impulsionar o seu desenvolvimento”.<sup>39</sup> Este tipo de ilação não foi característica distintiva do pensamento arthuriano; pode ser encontrada em vários de seus contemporâneos e, de forma extensiva, nos documentos “estratégicos” do regime civil-militar instituído em 1964.<sup>40</sup> No entanto, o problema não ficou restrito ao apelo determinista da argumentação, que distinguiu regiões temperadas e tropicais como critério para atribuir-lhes função econômica, mais grave que isso foi investir patrimônio público como incentivo ao capital privado, tanto nacional, quanto externo.

De fato, se a justificativa econômica para o ingresso de capitais estrangeiros estribasse no fato de que esta penetração representa uma contribuição da poupança externa para o esforço de desenvolvimento (cujo principal efeito é o de diminuir o sacrifício interno necessário para a formação de capital), parece paradoxal que se utilize parte da poupança nacional capitada pelo fisco para subsidiar o capital estrangeiro e desse modo induzi-lo a aplicar-se nos ramos e lugares desejados pelo Governo. Contudo, essa é a realidade do país. O sistema de incentivos, bastante ampliado a partir de 1964, inclui as empresas estrangeiras [...].<sup>41</sup>

Vale notar que os incentivos fiscais e creditícios destinados ao setor privado, tenderam a crescer quase exponencialmente no período pós-64, ao passo que a transferência monetária da União aos estados amazônicos sofreu decréscimo constante, como se pode notar na Tabela I:

<b>TABELA I – Principais Incentivos Fiscais de Empresas Estrangeiras Ligadas à Agricultura na Amazônia (1976)</b>		
Lei ou Decreto-lei	Benefício Concedido	Condição
Decreto-lei 756/69	50% de redução do Imposto de Renda sobre resultados financeiros obtidos nos empreendimentos.	Aplicações na Amazônia e no Nordeste.

<sup>39</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Reinvindicações a Castelo Branco*. Manaus: CODEAMA, 1965, p. 6.

<sup>40</sup> “Além da integração de sentido Norte-Sul, entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, realizar-se-á a integração de sentido Leste-Oeste, principalmente para permitir a associação destes dois fatores, relativamente abundante nas duas áreas: no Nordeste, mão de obra não qualificada, e na Amazônia-Planalto Central, terra e outros recursos naturais. Isso implica reorientação dos fluxos migratórios, a fim de evitar que se dirijam para os núcleos urbanos do Centro-Sul. A política de integração, que visa, particularmente, desenvolver o Nordeste e ocupar a Amazônia, sem prejuízo do crescimento do Centro-Sul, se exercerá: no Nordeste e na Amazônia, *por intermédio dos incentivos fiscais regionais*, que lhe são privativos, reformulados pelos Decretos-lei nº 1.106/70 e 1.179/71”. BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: Presidência da República, 1971. p. 25. Grifos nossos.

<sup>41</sup> SAMPAIO, Plínio. *Capital estrangeiro e agricultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, pp. 133-134.

Lei 4239/63  Lei 5508/68	Isenção total por 10 ou 15 anos do Imposto de Renda sobre resultados financeiros obtidos no empreendimento.	Aplicações na Região amazônica ou no Nordeste, consideradas de interesse prioritário pelo Governo Federal.
	Redução de 50% sobre Imposto de Renda devido sobre resultados financeiros obtidos em investimentos fora das regiões indicadas.	Utilização da importância não paga, mais o seu equivalente em recursos próprios, em empreendimento localizado nas regiões mencionadas desde que aprovados pelos respectivos órgãos regionais.
	Redução de 75% do Imposto de Renda sobre resultados financeiros obtidos nas empresas.	Utilização da quantia de impostos não paga para aquisição de obrigações do Banco do Brasil.
Decreto-lei 1428/75 e 77065/76	Redução de 50 a 80% e isenção do imposto de importação.	Investimentos realizados na área da SUDAM.

Fonte: SAMPAIO, Plínio. *Ibidem*,. 1965, p. 130.

Assim, seria prudente afirmar que um dos traços do projeto ditatorial para a Amazônia consistiu em submetê-la<sup>42</sup> – juntamente a um plano de cunho mais ou menos regionalista – aos desígnios do capital, que se apresentava com roupagem nacional-desenvolvimentista, mas em verdade procedia sob o tacho autocrático. Antes de instituído o regime, haviam projetos que pretendiam articular a região por um viés nacionalista que em alguma medida pretendia respeitar a realidade local:

Antes, porém, que se consumassem essas medidas – cuja elaboração conjunta se demorou até 1967 – começaram, logo, a surgir claros indícios da abertura de campo que a ditadura militar fazia à pirataria capitalista que iria se desenrolar sobre a Amazônia: logo se iniciou uma febril corrida às terras, por grandes grupos econômicos. Embora seja certo que isto havia começado já antes do Golpe, com ele a situação se agravou. Em pouco tempo, no Delta do Amazonas, uma área altamente estratégica pelos próprios padrões da doutrina cultuada pelos militares como dogma de fé – a Doutrina da Segurança Nacional – já havia ao redor de um e meio milhão de hectares em mãos de proprietários estrangeiros, sem falar na Jary. O gigantesco processo de concentração fundiária que o Regime Militar estimulou sobre a Amazônia

---

<sup>42</sup> Chamamos a atenção para o peso concreto do projeto ditatorial na região Norte. Segundo o economista Gilberto Marques, o I PND [...] “reordenou não apenas a visão sobre a Amazônia como a própria política de ocupação da região [...] que de região-problema, tal qual o Nordeste, começava a ser encarada como região-solução – inclusive para os problemas do Nordeste e de outras regiões”. MARQUES, Gilberto de Souza. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 207. Em consonância com estas ideias, Arthur Reis pronunciava-se acerca da relação Norte-Nordeste: “Entendo que a Transamazônica vai exercer um papel da maior importância na integração e, portanto, no desenvolvimento equilibrado do progresso social. Será um instrumento excelente para pôr fim aos desníveis regionais [...] pelo emprego, naquela rodovia admirável, que vai recrutar, para sua execução, a mão de obra excedente do Nordeste, mão de obra que será, depois, o elemento para a civilização e a utilização econômica dos recursos existente ou por criar. *A Amazônia, lembrou o presidente Médici, é o mundo desabitado, enquanto que o Nordeste é o mundo onde ocorre a explosão demográfica*”. REIS, Arthur César Ferreira. Prefácio. In: PEREIRA, Osny Duarte. *A transamazônica: prós e contras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, pp. 12-13. Grifos nossos.

começou com o apossamento de grandes extensões de terras por grandes corporações de capital, e logo nas áreas mais críticas para a segurança da Região.<sup>43</sup>

Desse modo, se o processo secular de ocupação era continuamente determinado por “polos de irradiação” que se encontravam fora de seus domínios territoriais, com a implementação das políticas de Estado pós-64, aprofundou-se vertiginosamente aquela velha tendência de penetração no Norte do país. Daí em diante, a subordinação econômica passaria a ser mais explícita. Na tabela II, podemos perceber como foi feita a distinção entre os gastos e o recolhimento da União, com relação à Amazônia, por vários anos.

<b>Tabela II: SPVEA/SUDAM – Recursos financeiros Orçados e Recebidos, 1953-1967</b>			
<b>Ano</b>	<b>Orçado</b>	<b>Recebido</b>	<b>% de a/b</b>
<b>1953</b>	<b>8.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>100</b>
1954	1.134.121,00	1.134.121,00	100
1955	1.148.564,70	1.110.328,50	96,6
1956	1.901.492,71	1.451.038,65	76,3
1957	2.958.373,72	1.831.009,37	62,0
1958	3.312.441,89	2.184.093,50	65,9
1959	3.434.115,90	3.059.931,82	89,1
1960	4.889.481,80	4.205.458,65	86,0
1961	5.457.778,37	3.885.416,47	71,2
1962	7.599.993,32	4.349.493,32	57,2
1963	12.174.509,00	7.604.082,62	62,4
<b>1964</b>	<b>26.470.934,00</b>	<b>18.534.607,49</b>	<b>70,0</b>
1965	26.359.482,00	21.047.586,00	79,5
1966	56.300.000,00	45.585.800,00	80,9
<b>1967</b>	<b>81.627.588,00</b>	<b>23.823.345,90</b>	<b>29,2</b>

Fonte: MENDES, Armando Dias. A problemática amazônica: os investimentos privados e a política financeira do governo. In: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. (Org.). *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971, p. 126.

No período propriamente militar, o governo, em articulação com seus ideólogos, funcionários e burocratas de toda ordem, valeu-se de uma fundamentação teórica enraizada na proverbial geopolítica do “integrar para não entregar”. No caso da Amazônia, este olhar foi lançado pelos sucessivos governos, que buscaram explicar como se dariam as transformações capitalistas, procurando apontar quais mazelas acometiam a região e impediam o desenvolvimento. Parte desta explicação acarretava em aplicar fundamentos políticos no trato com a geografia,<sup>44</sup> de modo que a região Norte era apresentada como vítima de uma má divisão

<sup>43</sup> LEAL, Aluísio. *Amazônia: aspecto político da questão mineral*. Belém: NAEA/UFPA, 1988, p. 62.

<sup>44</sup> “Em passado recente, a conotação ideológica e militarista de uma geopolítica em que o meio físico determinava a ação do homem e do Estado imobilizou a contribuição da geografia que, ameaçada, se esvaziou de seu conteúdo

territorial, cujo resultado seriam imensos Estados controlados por meio de um minguado raio de atuação dos centros administrativos mais dinâmicos.

Destarte, também não teria se efetivado com devida racionalidade o planejamento político dos recursos naturais e humanos, para atingir o “progresso” da região. A solução dos problemas cristalizados na conclusão de que a Amazônia sofria de um *duplo vazio*, demográfico e econômico, impunha investir em seu *destino* predominantemente continental.<sup>45</sup> Isto é, apregooou-se a necessidade da interiorização com o intuito de fugir à “tirania marítima” que obrigava a economia à dependência dos portos. Assim, transferiu-se novamente o problema de como desenvolver a região a um plano mais ou menos determinista geográfico, que teve na política de *integração nacional* sua expressão máxima:

A Política de Integração Nacional, em cujo âmbito se situam o PIN e o PROTERRA, *repele a limitação regional*, a curto e médio prazos, do processo econômico brasileiro. Rompem-se dois tabus, na política econômica brasileira: o de ser impossível tirar proveito, racionalmente, *da dimensão continental* do país, encarada, outrora, como verdadeiro ônus; e o de constituir a alta densidade populacional de certas áreas da zona rural do Nordeste, elemento não suscetível de modificação, para efeito de melhor combinar os fatores produtivos nacionais.<sup>46</sup>

As críticas do então governador Arthur Reis quanto à falta de objetividade das políticas federais, foram também reflexo de seu itinerário intelectual. Não constitui nenhuma surpresa, portanto, que sua atuação governamental tenha insistido nessa questão. No decorrer do trabalho, procuramos demonstrar que o governo Reis representou – como fiel depositário – as perspectivas e necessidades do golpe de Estado de 1964. Assim, Reis foi mandatário e colaborador assíduo da *Ideologia 64*,<sup>47</sup> não apenas na condição de ideólogo, mas como agente mesmo.<sup>48</sup>

---

político”. BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia*: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 p. 10.

<sup>45</sup> “Duas influencias principais do meio geopolítico saltam logo à vista – a dos mares e continentes. Os países predominantemente marítimos devem buscar soluções para seus problemas na utilização do mar. Os possuidores de imensas áreas interiores somente mostrar-se-ão aptos à plena valorização de seus territórios quando forem capazes de explorar essas massas continentais. Aqueles que combinam influencias marítimas e continentais hão de encontrar seu destino geopolítico na medida em que forem capazes de explorar a fundo ambos os apelos”. MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, 1980, p. 147.

<sup>46</sup> BRASIL., *Op. Cit.*, 1971, p. 27. Grifos nossos.

<sup>47</sup> “A Ideologia 64 manifesta nos discursos governamentais, por sua própria natureza, implica em concepções, propostas e programas que intentavam moldar a totalidade da vida social, a seu modo de ver, desde a estruturação da organização do sistema produtivo e suas relações com o financiamento externo, o tipo de comportamento político, subordinando o parlamento à lógica do executivo, assim como restringindo a liberdade de pensamento, de livre manifestação e organização” [...]. RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 1964*: os gestores do capital atrofico. Tese de Doutorado em História. PUC. São Paulo, 1998, p. 10.

<sup>48</sup> Contudo, foi imperativo definir, logo no início, um contraponto – retomado no decorrer do trabalho – às ideias “desenvolvimentistas” de Arthur Reis, pois: “Em suma o capitalismo dependente não era a sociedade nacional superável mediante políticas nacional-desenvolvimentista, nem o atraso que seria ultrapassado pela revolução democrático-burguesa, mas a outra face da economia mundial capitalista e seu sistema imperialista, com seus

## 1.2 Aspectos teóricos e ação política: estrutura histórica da Amazônia

Uma das preocupações decisivas de Arthur Reis consistiu em interpretar a Amazônia, desde suas “raízes históricas”, até acontecimentos cuja vigência era sentida em sua própria época. Dessa forma, a ciência da história foi utilizada pelo autor como ferramenta teórica empenhada em dar resposta à problemas contemporâneos.<sup>49</sup> Tal procedimento foi desenvolvido a partir de *História do Amazonas*, sua obra inaugural publicada ainda em 1931.<sup>50</sup> O historiador manauara deu início à narrativa enfocando o contato europeu com o “rio das amazonas” e concluiu sua abordagem investigando os últimos mandatos governamentais do Estado. Pretendeu, portanto, um apanhado integral da história do Amazonas. Em síntese, o fato de sua análise se iniciar no período colonial expressava legitimidade e rigor em relação à leitura da realidade na qual estava inserido.

Em razão disso, as atenções do amazonólogo não se voltaram àquele período apenas com a finalidade de reconstituir sua gênese histórica. Para além deste intuito, a época colonial ganhou status de momento preponderante no conjunto de sua obra. Reis enxergou na Colônia o “espírito civilizador” do “empreendimento comercial português”, por conta desta ideia ele aspirou integrar a Amazônia a um projeto nacional de modernização, que concretizaria o longo “processo civilizador” iniciado pelos lusitanos.<sup>51</sup> Seu constructo teórico esteve arrimado sobre uma dupla imbricação: apreender a Amazônia do século XX e relacionar esta primeira aproximação a uma problemática mais abrangente.

---

mecanismos internos de funcionamento que era preciso desvelar, compreender e superar”. FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 12.

<sup>49</sup> De acordo com Eric Hobsbawm, há uma correta tendência em se afirmar que “toda história é história contemporânea disfarçada”. HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 243.

<sup>50</sup> “Arthur Reis constrói ao longo de sua obra os heróis e os vilões; para aqueles, palavras elogiosas e justificativas para os seus atos contra os nativos, ao passo que estes receberam o seu julgamento mais duro e condenatório. Tudo isso sempre redundando na busca por uma verdade ética que servisse aos princípios do presente e ‘à nova geração de sua terra’. Ou seja, a história que planejou escrever tinha uma função didática, pois a busca pelo passado assumiu características de resolução de questões do futuro, sempre numa defesa aberta à colonização. Um início em grande estilo”. SOUSA, Lademe Correia de. *Arthur Reis e a história do Amazonas: um início em grande estilo*. Manaus: UFAM, 2009, p. 45.

<sup>51</sup> Werneck Sodré resumiu os objetivos de Reis em *A política de Portugal para o vale amazônico* (1941), da seguinte forma: “Trata-se de um estudo sobre os métodos seguidos pela Metrópole para povoar a área amazônica, Ferreira Reis mostra todos os aspectos da política portuguesa no grande vale, e como lhe foi possível manter a posse de região tão extensa e tão fracamente povoada”. SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 93. Para uma noção complementar à interpretação feita por Sodré, no sentido de demonstrar a atualidade do pensamento de Reis, ver: DANTAS, Hélio. *Arthur César Ferreira Reis: trajetória e escrita da história*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.



Para o autor, este último objetivo só poderia ser atingido por meio da leitura “exata” do passado colonial circunscrito ao século XVII.<sup>52</sup> Com esse tipo de explicação, Reis diferenciava as potencialidades do povo, do espaço e das riquezas amazônicas em relação às demais regiões do país ou até mesmo do mundo. Assim, as “façanhas” do período “heroico-colonial” teriam sido possíveis devido não só ao “ímpeto português”,<sup>53</sup> mas aos “lusobrasileiros” que desde a mais tenra época lutaram ao lado dos enviados da Coroa portuguesa contra os elementos indígenas hostis e agentes “estrangeiros”. O povo amazônico teria se constituído como fruto daquele processo de ocupação e integração territorial, resultando, por fim, na miscigenação entre portugueses e indígenas.

Mais de duas dezenas de cidades e vilas amazônicas resultaram de aldeamentos que montaram na tarefa ingente de conquista espiritual daquelas multidões de primitivos. A conquista, promovida com esses elementos, é tempo de esclarecer, decorreu de uma política emanada de Lisboa. Não se processou, destarte, pela vontade isolada, pela iniciativa das autoridades e colonos de Belém. Decorreu, insisto, de um programa de ação executado com decisão e galhardia. Em Portugal decidira-se ampliar o Brasil, ocupando as áreas interiores.<sup>54</sup>

Ao buscar a constituição específica das teses de Arthur Reis foi necessário apreender um apanhado teórico que concebeu a Amazônia enquanto *estrutura histórica*. Desse modo, seria plausível inferir que o autor admitiu a existência dos chamados “ciclos de devassamento”.<sup>55</sup> Isto é, as atividades que deram forma à economia do cacau, era da borracha,

<sup>52</sup> Este olhar, voltado à “longa duração” histórica, era adotado por outros estudiosos da *questão amazônica*. De acordo com um pensador alinhado ao sentido da ditadura civil-militar de 1964 e próximo ao pensamento de Arthur Reis, a história da Amazônia vertebrou-se por um componente evolutivo/linear, que foi do “Descobrimento” espanhol à “Integração” via Ditadura:

Período	Fase	Marco Inicial
<b>1500/1750</b>	<b>Conquista</b> (drogas do sertão)	Descobrimento (Pinzón)
<b>1750/1850</b>	<i>Ocupação</i> (empresa agrícola)	Tratado de Madri
<b>1850/1946</b>	<i>Exploração</i> (ciclo da borracha)	Criação da Prov. Do Amazonas
<b>1946/1966</b>	<i>Valorização</i> (planejamento)	Constituição Brasileira
<b>1966</b>	<b>Integração</b> (realização)	Operação Amazônia

Fonte: MIRANDA NETO, Manoel José. *Op. Cit.*, 1979, p. 67.

<sup>53</sup> É importante lembrar que Reis e Mattos nortearam suas narrativas, quanto à história de longa duração amazônica, por um ideal “patriótico” levado às últimas consequências quando se trata das “guerras de conquista” lusitanas – contra “estrangeiros” e indígenas – a ponto de expressarem verdadeiro chauvinismo pró-português. Não lhes ocorreu, todavia, registrar a dissonância entre o que os próprios portugueses pensavam a respeito da colônia e o que eles (Mattos e Reis) procuraram imputar-lhes. Ora, não há novidade no entendimento de que para o europeu a colonização representava um “grande negócio” e como tal objetivava auferir lucro, portanto, nada mais distante dos ideais quase que iluministas atribuídos por Reis e também por Mattos, ao elemento lusitano.

<sup>54</sup> REIS, Arthur Cézár Ferreira. *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1965, p. 23.

<sup>55</sup> “O primeiro ciclo do processo econômico do Amazonas marcou-se por uma corrida incessante à floresta, o que nos foi assegurando uma base física bastante ampla e permitiu que a formação política, social, econômica e espiritual do extremo norte apresentasse certas peculiaridades que o distinguíssem na paisagem brasileira”.

\_\_\_\_\_. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 240.

extrativismo da castanha, até o atual “ciclo da mineração”.<sup>56</sup> Todas estas atividades representaram marcos cuja vigência deu a dinâmica da economia regional. Contudo, em todas elas o autor percebeu que a falta de “planejamento” sempre encerrava mais um ciclo econômico. Reis considerou o passado da região, salvo raras exceções, como expressão de uma política precária, descontínua e incipiente.

Sob esta perspectiva, obteve as bases concretas para proclamar o discurso do *planejamento regional*, que passou a figurar como solução à *problemática amazônica*, além de ser o ponto de confluência para a discussão em torno do desenvolvimento econômico. Como forma de pensar a intervenção necessária a ser dirigida pelo Estado na região, Arthur Reis remeteu-se constantemente ao processo de ocupação. Nesse sentido, a escravização indígena foi entendida enquanto primeira atividade econômica, a qual juntava-se a coleta das “drogas do sertão”, atividade para a qual os próprios grupos nativos – profundos conhecedores da região – serviam como mão de obra e ao mesmo tempo como “mercadoria”, uma vez que os próprios indígenas figuravam como valiosa “moeda de troca”.<sup>57</sup>

Para Reis, os produtos que constituíram a base da indústria extrativista amazônica no período colonial, ganhariam maior importância devido à procura de especiarias até então adquiridas através do comércio europeu com as “índias”. A partir de então, produtos como o cravo, mas sobretudo o cacau, caçados a esmo na floresta, possibilitaram o abastecimento do mercado ultramarino.<sup>58</sup> Desse modo, a história econômica da Amazônia estaria ligada, logo em sua gênese, a uma base extrativista e em consequência, apoiada numa conformação social um tanto precária. A extração de matérias primas, assentada em práticas rudimentares, não contribuiu de nenhuma forma para o progresso técnico que, refletindo sobre a estratificação social, acabou por estabelecer uma formação débil do ponto de vista da produção e reprodução

---

<sup>56</sup> Em larga medida apoiada na interpretação global de Reis, Bertha Becker apontou o seguinte: “Na verdade o povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial. O primeiro devassamento foi o da floresta tropical da várzea, ao longo dos rios, em busca das “drogas do sertão”, utilizadas como condimento e na farmácia europeia. Devassamento significativo ocorreu no final do século passado e início do atual com o ‘ciclo da borracha’, demandada pela industrialização dos EUA e da Europa. A partir de 1920 e 1930, tem início as frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas oriundas do Nordeste, intensificadas nas décadas de 1950 e 1960”. BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997, pp. 11-12.

<sup>57</sup> “A controvertida história do Maranhão e Grão-Pará, apesar do muito já realizado por seus historiadores – tanto os clássicos estudo de João Lúcio de Azevedo, João Francisco Lisboa, Arthur César Ferreira Reis – [...] é uma história que aguarda ainda um esforço de síntese, principalmente no que tange à apreensão de seu aspecto mais singular, a utilização da mão de obra indígena, e suas implicações para a economia amazônica no bojo da empresa colonial portuguesa”. FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão*: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 32. Notar o emprego da expressão “empresa colonial portuguesa”, em seu vínculo com o que vem sendo dito acerca da concepção da histórica em Reis.

<sup>58</sup> Cf. REIS, Arthur César Ferreira. A ocupação portuguesa do Vale Amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, Tomo I, Vol. 1, p. 357-372.

econômica. Segundo Reis, faltava à Amazônia um “empenho secular”, uma “obra de continuidade”:

Através dos séculos que vem vivendo, esse esforço tem sido operado com certa impetuosidade nesse ou naquele período. O que tem faltado é a obra de continuidade, programada, disciplinada e executada sem esmorecimento. Em certa fase o Estado esteve presente sem cessar e os êxitos alcançados responderam, de certo modo, às dúvidas que se levantaram. Noutro período, todavia, o que ocorreu foi pura e simplesmente a ação da iniciativa privada, que acreditava, mas não dispunha dos elementos essenciais a uma tarefa que exigia mobilização não apenas de coragem, de capitais, mas de técnicas, de recursos, só alcançados através de uma política oficial incessante e bem dirigida.<sup>59</sup>

A política necessária, sob a ótica de Arthur Reis, não fora implementada com êxito. De sorte que o vale amazônico apresentou-se, desde o período colonial até o início do século XIX, como a área mais desintegrada do território “nacional”. “Em consequência, todas as demais resultantes materiais e espirituais da ausência observada, não pode ser outra senão a que caracteriza a região – vida pobre, sem perspectiva. O homem tendo realizado muito pouco que o dignifique ou o situe na escala dos vencedores”.<sup>60</sup> Para o autor, a região esteve resignada à situação de miséria estrutural, permeada por surtos de crescimento que variavam de acordo com a demanda externa. Esta mesma situação foi recorrente no conjunto da Colônia, ainda que não com o mesmo grau de precariedade. Uma mostra deste problema instalou-se na economia de subsistência, provocada pela escassa mão de obra e consequente falta de produtividade. O brutal sistema da escravidão indígena, descontínuo e envolvido em constantes litígios entre missionários e colonos, nunca pôde equiparar-se – em termos de produtividade – à igualmente cruel escravidão negra do litoral brasileiro.<sup>61</sup>

Muito dos traços remotos vinculados ao processo de ocupação, como por exemplo o extrativismo, persistiam mesmo no final da década de 1980 quando Reis constatou: “o Sul, industrializado, não pode ser comparado com o Norte, ainda na fase da economia extrativista vegetal, e só agora começando a retirar-se do conservadorismo que não lhe garantiu

---

<sup>59</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Op. Cit.*, 2001, pp. 32-33.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>61</sup> No processo de exploração colonial a perseguição aos indígenas fez nascer um conflito explícito entre colonos, autoridades seculares e religiosas. As missões, que no Norte foram levadas a cabo principalmente pelos jesuítas, simbolizaram os únicos redutos indígenas que teoricamente ficariam nas aldeias, organizadas e administradas por àqueles clérigos. Assim, estariam ao abrigo da caça pelo branco; somente empregando seu trabalho servil seguindo alguns critérios estabelecidos em lei. *Cf.* REIS, Arthur César Ferreira. *A formação espiritual da Amazônia*. Manaus: Secretaria de Estado de Cultura, 2012. “O Regimento das Missões, de 1686, criou uma situação que, sem resolver em definitivo a questão dos índios, ia permitir a formação e o progresso das aldeias, salvaguardando de rápido extermínio uma parte considerável da população indígena, integrando muitos e valiosos elementos na sociedade colonial e criando uma civilização em plena bacia amazônica, que teria fundas repercussões na política internacional”. SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 3ª Ed. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 414.

prosperidade permanente”.<sup>62</sup> Segundo o autor, durante todo o processo de formação histórica do Brasil, a Amazônia apresentou potencialidades econômicas que não passaram despercebidas. No entanto, este enredo esteve intimamente relacionado à produção extrativista. Dentre as “drogas do sertão”, o cacau apareceu como principal objeto de desejo do colono, bem como do comerciante que o transferia ao mercado europeu. Este produto surgiu, portanto, como o primeiro artigo sistematicamente extraído, conformando assim, um “ciclo econômico”.

Depois de um momento em que o regime de extração do cacau passava apenas pela iniciativa dos colonos individuais, de um lado, e das missões jesuíticas, de outro, iniciou-se, por meio da ação de Pombal, uma fase de maiores proporções. A Amazônia foi então articulada pela primeira vez ao mercado internacional. Abriam-se os portos de Belém para um movimento nunca visto antes e estes fatores consolidaram o cacau enquanto produto por excelência do primeiro “ciclo econômico”.<sup>63</sup> No entanto, a forma típica da economia, arranjada através de laços extrativistas e conjugada à agricultura de subsistência, encontrou-se sempre às voltas com a demanda do mercado externo. Nesse caso, com a queda dos preços, logo nos primeiros anos do século XIX, o primeiro ciclo veio a baixo, em consequência, a dinâmica da economia retornara ao estado de antes dos anos 1790.

A estagnação persistiu até que outro produto – ainda apoiado no modelo primário-exportador – pudesse atender às demandas externas novamente. Este artigo seria a Borracha, direcionado quase que de forma exclusiva para o atendimento do mercado internacional. Aproximadamente a partir de 1850, anos após uma série de experimentos que buscavam testar a aplicabilidade da borracha aos mais variados objetos, se chegou ao processo de *vulcanização*, realizado pela primeira vez em 1839 por Charles Goodyear. A vulcanização, que consistia em revolver o problema com a inconsistência da borracha, tornou-se o marco industrial do látex. Para aludir às dificuldades pelas quais passaram os “experimentadores” do látex, até aquele ponto, Santos explicou:

[...] o problema residia no fato de o produto chegar à Europa em estado já sólido, dada a facilidade de coagulação do látex no lugar da extração. Fresneau devotou cerca de vinte anos à pesquisa da liquefação da goma coagulada. Os solventes comuns não

<sup>62</sup> REIS, Arthur Cézar Ferreira. *Um mundo em mudança*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

<sup>63</sup> “O impulso da demanda externa transmitiu-se para a Amazônia. Já em 1730, graças ao trabalho dos missionários e dos colonos, a exportação da produção alcançou 28.216 arrobas; em 1740, 58.910. Por essa altura o cacau representava, em valor, mais de 90% das exportações regionais. A queda da exportação ocorrida entre 1750 e 1754 parece ter mostrado, no entanto, que a região carecia de um reforço oficial à sua atividade. Esse esforço sobreveio na época de Pombal, com a instalação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Consolidando o contato entre a região e os mercados da Europa pela rota marítima que ligava Belém a Lisboa” [...]. SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1980, p. 17.

serviam. Afinal, depois de vários experimentos, conseguiu a dissolução em terebintina, comunicando ao governo francês em 1762.<sup>64</sup>

O emprego industrial da borracha possibilitou seu consumo em larga escala. Sendo um produto que por razões superiores ao controle do homem existia em abundância na floresta amazônica, viabilizou um novo surto de “crescimento” diametralmente maior que o anterior, para a região, e em menor grau para a totalidade do país. Alguns fatores de produção foram necessários para que se pudesse jungir aquilo que a natureza havia proporcionado previamente, às demandas do mercado externo, que crescia em consonância com a Revolução Industrial. A borracha apresentava-se, então, como produto indispensável na confecção dos mais variados artigos de consumo doméstico; além de ser um versátil e eficaz auxiliar como isolante ou impermeabilizante industrial.

Outro importante fator, no que diz respeito a preparação da Amazônia à empreitada gomífera, seria a superação do impasse com os transportes, os quais não existiam em escala suficiente para o traslado massivo de goma elástica. A fim de remediar este problema, instituiu-se em 1853, a primeira companhia de navegação a vapor da região, comandada pelo Barão de Mauá.

Superado este primeiro entrave, coube ainda às autoridades políticas e principalmente ao financiamento estrangeiro definir a questão da escassez de mão de obra. Mesmo que até os anos 1850 quase todos os trabalhadores outrora comprometidos com a indústria cacaueteira, houvesse migrado para a atividade extrativa, persistia o problema. A demanda pelo produto amazônico no mercado internacional permanecia inversamente proporcional à força de trabalho. A resolução deste problema era de extrema importância, haja vista que diante da ineficiência técnica, a elevação dos lucros seria dada quase que exclusivamente pelo emprego do maior contingente possível de seringueiros.

A mão de obra efetiva só viria com a migração nordestina a partir da década de 1870, impulsionada tanto pela propaganda eufórica da riqueza fácil proporcionada pelo látex, mas principalmente pelo estado de calamidade que se instalara com a grande estiagem de 1877. Uma parte destes imigrantes chegou à Amazônia levada pela iniciativa governamental, que preocupada com o rareamento da atividade agrícola, provocado pela promessa do látex, buscou criar núcleos de colonização. Primeiramente com estrangeiros e a partir daquela data, mais

---

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 45.

intensamente, pelo contingente nordestino. Todavia, a atividade extratora do látex acabava por subtrair os efetivos das demais empresas agrícolas.<sup>65</sup>

Segundo Arthur Reis, para apreender o chamado “ciclo da borracha”, seria imperativo atentar ainda a um fator de produção que vem por último, mas não figura como menos importante: o financiamento comandado desde fora pelos centros dinâmicos da economia mundial. Estas inversões foram responsáveis por alimentar toda uma complexa cadeia produtiva, que ficou conhecida pela designação de “aviamento”.<sup>66</sup> Tal sistema, por sua vez, consistia no aproveitamento da tradicional abertura de crédito feita em mercadorias e pagos sem o intermédio monetário. Ou seja, se aprovisionava mercadoria a crédito para que fossem pagas com produtos em natura.

Com efeito, o ciclo da borracha representou para a Amazônia seu “milagre”.<sup>67</sup> De maneira similar aos demais surtos econômicos que se sucederam no Brasil, desde o “milagre” do açúcar, passando pelo ouro até o café – dentre estes o único a apresentar certo grau de aproveitamento, estabelecendo uma base de acumulação investida posteriormente no setor industrial –, a borracha amazônica proporcionou um *boom* de riquezas que somente foi proporcional à miséria na qual subsistia o seringueiro.<sup>68</sup> Frente a isso, Reis explicou:

É evidente que tudo fora realizado sem planejamento, sem programas, como empresa privada, a que o estado assegurara condições de segurança. Os investimentos se haviam feito numa movimentação de capitais trazidos de fora ou obtidos no rendimento do próprio negócio da extração das gomas. Manaus e Belém, enriquecendo-se na sua contextura e na sua fisionomia urbana, representavam a primeira admirável modernização de nossas cidades. A contribuição dos homens da Amazônia para as rendas federais ultrapassava a de todos os demais brasileiros. A

<sup>65</sup> “Houve colonização dirigida pelo governo e por particulares para fins agrícolas; parte dos migrantes, face ao fracasso das colônias, encaminharam-se para os seringais. Houve migração espontânea. E houve migração induzida por intermediários mais ou menos inescrupulosos, que arregimentavam gente no Nordeste brasileiro para os trabalhos extrativos da borracha”. *Ibid.*, p. 89.

<sup>66</sup> Este sistema consistia em “fornecer mercadorias a crédito. O ‘aviador’ de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho [...]. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo ‘aviador’, o qual acrescentava [...] ‘juros extras’. Esse ‘aviador’, por seu turno, era ‘aviado’ por outro. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda” [...]. *Ibid.*, p. 159.

<sup>67</sup> “O *desenvolvimento desigual e combinado* caracteriza toda a formação social brasileira, ao longo da Colônia, Império e República. A sucessão dos ‘ciclos’ econômicos, em combinação com os surtos de povoamento, expansões das fronteiras pioneiras, organização do extrativismo, pecuária e agricultura, urbanização e industrialização, tudo isso resultará numa sucessão e combinação de formas as mais diversas e contraditórias de organização da vida e trabalho. Cabe lembrar agora alguns ‘ciclos’ mais ou menos notáveis da história da economia brasileira: pau-brasil, açúcar, especiarias, gado, ouro, café, borracha, cacau etc; ou economia primário exportadora, industrialização substitutiva de importação, associações de capitais nacionais e estrangeiros, aliança capital-Estado”. IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992, pp. 59-60.

<sup>68</sup> Para Euclides da Cunha o seringueiro era “o homem que trabalha para escravizar-se”. Disse ele: “a exploração da seringa impõe o isolamento. Há um laivo siberiano naquele trabalho. Dostoiévski sombrearia suas páginas mais lúgubres com essa tortura: a do homem constrangido a calcar durante a vida inteira a mesma ‘estrada’, de que ele é o único transeunte. Trilha obscura, estreitíssima e circulante, que o leva, intermitentemente e desesperadamente, ao mesmo ponto de partida”. CUNHA, Euclides. *A margem da história*. Lisboa: Lello, 1946, p. 58.

imprudência de alguns, a euforia demasiada de todos, a ausência de um programa que aproveitasse aquele rendimento crescente, foi, porém, fatal.<sup>69</sup>

No que diz respeito ao campo propriamente teórico, uma impressão manente parece ter acompanhado Arthur Reis e o impelido a vislumbrar uma produção histórica quase improvável. Isto porque ele se viu incapaz de consolidar tarefas historiográficas devido à escassez de materiais, à falta de pesquisas prévias e de uma equipe engajada em construir uma “História da Amazônia”. Por conta de fatores como esses, sua obra permaneceu repleta de indicações acerca de temas incompletos, sobretudo quanto à história colonial, período da mais alta importância para o autor, mas que em sua opinião permanecia como o “momento lacunar” da bibliografia amazônica.<sup>70</sup>

Por outro lado, com a intervenção da ditadura civil-militar na região, experimentou-se condições completamente distintas de toda sua história, marcada pelo imprevisto e pela instabilidade. Assim, determinou Reis:

Na etapa que estamos vivendo, os homens de empresa da região, aos incentivos fiscais, procuram libertar-se daquela economia predatória, que valeu como a mais eloquente demonstração de nossos recursos naturais, tratados com integral desamor, não serviam senão para satisfazer mercados externos, como produtos primários. Para tal, tentam o aproveitamento local dessa matéria prima no esforço de promover o primeiro momento de que poderíamos um tanto ousadamente, denominar de nossa “revolução industrial”. Sim porque, com um ímpeto que merece registro, os homens de empresa da Amazônia montam seus estabelecimentos fabris, do negócio participando o capital do sul do país, agora incentivado pela legislação que permite e garante essa participação tão cheia de interesse, inclusive aquela de melhor fortificação dos laços da unidade nacional.<sup>71</sup>

Contudo, fomos norteados pelo entendimento de que o autor filiou-se a uma das tradições do pensamento social brasileiro. Tradição por meio da qual pôde influir no processo de consolidação da Amazônia enquanto objeto de conhecimento acadêmico e também como lugar de atuação política. “Tais tradições são representadas pela importância que os autores e suas ideias repercutem nas sociedades amazônicas e na formação de novos intelectuais. Ou, ainda, sobre o poder emanado dessas interpretações na ação política de indivíduos e grupos políticos em seus processos de autoreconhecimento nacional e regional”.<sup>72</sup>

---

<sup>69</sup> REIS, Arthur Cézar Ferreira. *Op. Cit.*, 2001, p. 242.

<sup>70</sup> “A Amazônia continua sendo, para o geral dos brasileiros, uma página de exotismo, de geografia tropical interessante, mas onde não será possível realizar uma operação de envergadura capaz de revelar a decisão e a potencialidade nacionais. O estudo do seu solo, de sua fisiografia, dos elementos que integram o patrimônio florestal e mineral são muito mais uma ação regular do estrangeiro que dos brasileiros”. *Ibid.*, p. 69.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 69, p. 242.

<sup>72</sup> BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas. (Org.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: EDUA, 2007, p. 33.

O “procedimento historiográfico” de Reis foi similar ao que Nilo Odalia concebeu ao perscrutar autores como Oliveira Vianna. Isto é, um pensamento que, sob a dupla necessidade de ser original em relação ao europeu e conservador perante o caráter próprio da nascente sociedade brasileira, acabou por desenvolver interpretações circunscritas a um espectro que ia da tergiversação à conciliação:

É nesse quase ato de vontade, em que se nega um destino prefixado pelos iluminares europeus, que podemos encontrar o que existe de criador e inventivo em homens como Oliveira Vianna, Sílvio Romero e outros, pois, não tendo forças nem morais nem intelectuais para renegarem o que recebiam como quinta-essência do cientificismo europeu, deram tratos à bola para conciliarem-na com a realidade do país, que se formava diante de seus olhos.<sup>73</sup>

O contraponto a este tipo de interpretação foi dado relativamente cedo para os padrões nacionais, pois já com Capistrano de Abreu, ao destoar do “coro” eurocêntrico, enfocou-se uma interpretação respaldada na questão indígena, que tratava de deslocar o eixo de sentido da colonização pondo em crise a validade, assim como a aplicabilidade dos valores civilizatórios europeus na Colônia. Estes valores, como se sabe, estribavam-se em concepções racistas, deterministas geográficas e lineares do ponto de vista da filosofia da história.

Cabe notar que tal entendimento acerca do nosso processo histórico foi desconstruído por autores como Capistrano, mas, em essência, estruturou o discurso de Oliveira Vianna e constituiu, inclusive, por muito tempo, explicação oficial de nossa formação.<sup>74</sup> Tal discurso, figurou também, com as devidas ressalvas, no itinerário intelectual-político arthuriano. Pôde-se aventar assim, com razoável grau de plausibilidade, que em sua concepção historiográfica Reis operou o enquadramento da “perspectiva viannista”, mas traçando “correções” que o possibilitou dar resposta à problemas contemporâneos, cujo contexto não mais permitia a abordagem estritamente positivista de outrora.

### *1.3 A ideia do planejamento em perspectiva nacional*

Ao analisarmos o ideário de Arthur Reis, percebemos fortes determinações regionalistas que, no entanto, estiveram sempre articuladas à necessidade de inscrever a Amazônia como parte integrante do Brasil e, portanto, entendendo seu desenvolvimento como exigência à

---

<sup>73</sup> ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 16.

<sup>74</sup> Cf. PRADES, Maria Dolores. *Ideologia e política na obra de Oliveira Vianna*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1991.



soberania nacional.<sup>75</sup> A forma mais veemente do nacionalismo arthuriano, conforme expresso no conjunto de sua obra, apresentou-se na denúncia da exploração e possível apropriação do patrimônio amazônico devido à cobiça manifesta das potências mundiais. Sua “militância” em face dessa questão apregoeou o combate ao “perigo da internacionalização”, bem como a denúncia ao problema dos *desequilíbrios regionais*. Dois obstáculos que, de acordo com o historiador, seriam vencidos somente com o fim do “subdesenvolvimento estrutural”.

Desse modo, Reis compreendeu a “revolução de 1964” como responsável por implementar as medidas necessárias à “verdadeira integração da Amazônia à civilização brasileira”. Integração esta, que já vinha sendo realizada com certo ímpeto, segundo o autor, desde os governos de Getúlio Vargas, mas que apenas com a ditadura civil-militar teria sido colocada na ordem do dia e ganharia maior dinâmica conforme as relações efetivamente capitalistas se processavam na região. Isto é, no decorrer do processo de

[...] articulação da economia nacional com a modalidade recente do movimento espacial do capital internacional [que] integra e proporciona, portanto, a abertura e a exploração efetiva da região amazônica à penetração do capitalismo.<sup>76</sup>

A partir desse momento, intensificou-se a exploração dos recursos naturais da região utilizando-se da abundante força de trabalho e das facilidades representadas pelos subsídios do governo federal. Tudo isso, posto em movimento de maneira repressiva, a fim de possibilitar nova rodada na acumulação capitalista. Os trabalhadores que tiveram sua existência consumida no processo foram constituídos pelos chamados “caboclos”, já parte integrante da sociedade amazônica, mais os recém chegados ou outrora migrados de algumas partes do país. Nesse momento, vindos a maioria do Nordeste e do Sul, expulsos devido aos conflitos pela posse da terra.

Esta problemática é ampla e frente à impossibilidade de discutir a fundo suas várias matizes, basta sinalizar o centro nevrálgico: havia uma espécie de reforma agrária espontânea se dando com a ocupação da Amazônia. Tal processo foi interrompido pelo que o sociólogo

---

<sup>75</sup> Citamos apenas um, dentre os muitos exemplos, desta articulação entre nacional e regional no pensamento de Arthur Reis: “O Para tem uma história rica, farta em lances e episódios que a definem como das mais invulgares na história nacional, pois a contribuição paraense para o processo de criação do Brasil é, realmente, uma contribuição cheia de maior interesse e com aspectos particulares expressivos. Em nenhum momento o Pará esteve ausente no plano da formação nacional participação intensa no quadro dos acontecimentos que significam o Brasil como empresa dos brasileiros.” REIS, Arthur César Ferreira. *Síntese da história do Pará*. Belém: INL/Governo do Estado, 1972, p. 17.

<sup>76</sup> COSTA, José Marcelino Monteiro. *Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas*. Belém: NAEA, 1987, p. 7.

Octavio Ianni chamou de contrarreforma agrária, concretizada pela colonização dirigida – oficial ou particular – via Ditadura. De acordo com sua própria natureza o projeto militar significou a objetivação das necessidades, ou melhor dizendo, dos desígnios do capital na Amazônia. Deve ser enxergado, desse modo, como uma das possibilidades de transformações capitalistas para a região. Porém, foi, sem dúvida, o projeto vencedor. Tais transformações não se dariam do modo mais corriqueiro, conforme o sistema capitalista, isto é, dentro da ordem democrático-burguesa. Pelo contrário, seriam efetivadas num momento de excepcionalidade, sob o comando da Autocracia Bonapartista Burguesa.

Esta conjuntura se impôs enquanto marco histórico porque durante a segunda metade do século XX foram constituídas mudanças estruturais, como: construção da rodovia Belém-Brasília;<sup>77</sup> articulação de órgãos-chave como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Banco da Amazônia – BASA, permitindo amplo repasse de capital e terras públicas ao setor privado;<sup>78</sup> imposição de uma “reforma agrária” pelo alto;<sup>79</sup> além de todo o aparato constitutivo da “Operação Amazônia”.<sup>80</sup>

Assim como o pensamento geral da ditadura civil-militar, expresso no Plano de Integração Nacional – PIN, o ideário de Arthur Reis delineou a importância política e econômica da região Norte, caracterizada ao longo de sua obra como “espaço que pode e deve ser ocupado com a velocidade que um empreendimento de tanto vulto e expressão exige”, mas

---

<sup>77</sup> “Uma das primeiras consequências da construção da Belém-Brasília foram o incremento do interesse pelas terras próximas à rodovia, a grande maioria delas definidas como terras devolutas, por parte de setores das elites locais e de outros estados do país”. PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 73.

<sup>78</sup> Até mesmo Fernando Henrique e Müller constataram, em sua análise “neutra”, que o Estado agiu com vistas a privilegiar a iniciativa privada: “em 1966 vemos que o Estado pretende, fundamentalmente, preparar o terreno para o estabelecimento do capital privado, restringindo-se aos investimentos de infraestrutura, pesquisa e planejamento, que requerem um montante de capital bem maior e com retorno a prazos mais longos”. CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 114.

<sup>79</sup> “Esse é o contexto da ocupação e reocupação da Amazônia, no qual repetem-se e multiplicam-se as pendências e os conflitos de terras. Por sob o desenvolvimento da ‘fronteira’, da ‘frente de expansão’ ou ‘frente pioneira’ o que ocorre de fato é a acumulação primitiva, como processo estrutural. Ao mesmo tempo que a terra é monopolizada pelo latifúndio e pela empresa, como “reserva de valor”, ou para a exploração, expropriam-se índios, caboclos, sitiantes e posseiros. Desenvolve-se um singular divórcio entre os produtores e a propriedade dos meios de produção, em favor de latifúndios e empresas protegidas econômica e politicamente pelo Estado. Nessa situação, repetem-se e multiplicam-se os conflitos de terras” [...]. IANNI, Octavio. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 24.

<sup>80</sup> “A Operação Amazônica, que se alcança agora e vale como uma recomposição da política federal a ser executada na Amazônia brasileira, representa o estado de maturidade que a Nação está alcançando. Reflete um ímpeto, um pensamento e uma ação que não pode ser interrompida. Devemos acreditar nela, dar-lhe a segurança do nosso apoio para que seja uma realidade inequívoca. O Brasil, já afirmei em livro e em oração, já realizou, com o maior sucesso, uma política platina e uma política atlântica. Inicia agora a política amazônica, que servirá à sua grande participação no destinos do mundo”. REIS, Arthur César Ferreira. *Como governei o Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967, p. 223. Ver também: SUDAM. *Operação Amazônia* (Discursos). Belém: Serviço de Documentação e Divulgação, 1968.

que devido à falta de incentivos continuava “ainda sem a utilização conveniente e salutar”.<sup>81</sup> Todavia, a tese geral do amazonólogo foi além do projeto civil-militar instaurado em 1964, pois estruturou seu “horizonte de expectativas” pautado em temporalidades que remetiam à história de longa duração.<sup>82</sup> Este constructo historiográfico admitiu que o autor perfilasse as especificidades geopolíticas vigentes na Amazônia:

O passado no decorrer do qual *nós próprios realizamos a primeira ação de soberania*, descobrindo, lançando os fundamentos essenciais da ocupação, não deve ser ignorado. Nele há uma presença efetiva nossa, por certo, mas que precisa consolidar-se com a ocupação firme [...]. É o que está sucedendo, [sob a ação da ditadura civil-militar] através de uma política certa que enriquecerá o patrimônio material do País, de maneira a proporcionar-lhe um novo polo de crescimento e desenvolvimento.<sup>83</sup>

De tal modo, verificamos nesse discurso tanto o emprego da reconstituição histórica como base para projetar a intervenção necessária na região, quanto o apontamento de que a política da “revolução de 1964” consistiria exatamente em elevar a moral administrativa, recuperar o espírito nacionalista e, por conseguinte, objetivar o desenvolvimento amazônico. A questão do planejamento também foi articulada por meio do constante retorno ao passado. Nesse caso, remeteu-se ao povoamento iniciado em 1616<sup>84</sup> até o advento da Monarquia no Brasil, período que estaria demarcado pela “política de Portugal no vale amazônico”. A partir de então, teria início uma “política de planejamento” emanada desde a coroa portuguesa com fito na colonização e integração do vale amazônico à “civilização brasileira”. O “passado” visto desta forma por Reis, encorajava-o a expressar inabalável “confiança no Brasil e em sua *destinação histórica*. Em face de suas diferenciações tão flagrantes, de ordem geográfica, econômica e cultural, diferenciações que aos olhos do estrangeiro parece qualquer coisa de espantoso”, mas que tal espanto, advinha apenas da ignorância do processo histórico que transformou, por meio de “uma política acertada”, as distintas regiões em unidade nacional.

Para a sua própria época o autor determinava: a “política que se executar, visando a manutenção dessa unidade, é, por conseguinte, uma política a que todos nos devemos dedicar, sem que por isso ignoremos certos imperativos”, posto que, “nem todas as regiões poderão industrializar-se como desejam”.<sup>85</sup> A técnica da planificação, seja ela econômica, política,

<sup>81</sup> REIS, A. C. F. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p. 8.

<sup>82</sup> Cf. LOBATO, Sidney. O futuro da Amazônia: horizonte de expectativa de Arthur Reis (década de 1950). *Confin* n. 28, out/2016.

<sup>83</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e os problemas da projeção internacional do Brasil*. São Paulo: Gráfica Carioca, 1969, p. 307. Grifos nossos.

<sup>84</sup> 1616 foi o ano de construção do Forte do Presépio em Belém, acontecimento tomado como marco da colonização portuguesa no Vale Amazônico.

<sup>85</sup> REIS, Arthur César Ferreira. O planejamento regional – suas características e particularidades; ensinamentos decorrentes de experiências estrangeiras. In: *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, 1958, pp. 341-342.

administrativa ou social deveria, portanto, estar atenta ao processo evolutivo de cada área geopolítica, bem como seus desdobramentos mais recentes. Nesta concepção, o “planejador” precisaria lidar com a realidade dos fatos e disciplina-los de acordo com seus interesses. Reis definiu a técnica do planejamento da seguinte forma:

Planificar é disciplinar, para alcançar um objetivo. O simples objetivo a atingir por qualquer meio, e na generalidade, a curto prazo, está fora do campo de cogitação do planejador. Porque, antes de mais nada, é preciso ter em mente que, para planejar, faz-se necessário adotar um critério de trabalho, uma técnica de ação, ter em mãos o material que deve ser utilizado para o fim em vista. Assim, disciplinar é evitar a dispersão de energias, é estabelecer controle, é organizar em moldes que se considere perfeitos. A operação do planejamento, sempre difícil, visa a dar uma ordenação a alguma coisa, material ou espiritual, que nos propomos atingir.<sup>86</sup>

De modo similar às interpretações de outros ideólogos<sup>87</sup> da Ditadura, no pensamento de Arthur Reis essa forma de planejar recebeu o mesmo embasamento teórico que se tornaria frequente nos vários campos do conhecimento, como o caso exemplar da geopolítica. De tal modo, dados prosaicos como a dimensão geográfica do Brasil, causavam verdadeira impressão ao historiador amazonense, sobretudo porque de maneira um tanto abstrusa, suas formulações atribuíam as proporções territoriais a um “espírito”, ou a uma “brasilidade” que teria existido desde o “descobrimento”. O autor conferia o domínio territorial brasileiro ao processo de conquista da autonomia nacional, que mesmo feito de maneira “positiva e serena”, não teria resultado em fisionomias regionais similares, já que as possibilidades de desenvolvimento não foram as mesmas em cada “sub-região”. Assim, “a história da formação dos territórios nacionais, que foram sendo constituídos no decorrer da conquista do espaço territorial” não efetivou-se satisfatoriamente “no caso da valorização da Amazônia”. Para o autor, com o desfecho do processo histórico, estabeleceu-se o dilema do *subdesenvolvimento* e dos *desequilíbrios regionais* internos:

As regiões econômicas, que foram estruturadas com base no que produziam e eram diferentes no que produziam, ficaram, por isso sujeitas aos ventos bons ou maus que sopravam do exterior, ora progredindo rapidamente, ora recuando ou estacionando. [...]. Os contatos não se fizeram com regularidade ou facilidade. De tudo isso resultou que o equilíbrio necessário a uma boa unidade política e cultural, com base na unidade

---

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> Entendemos Reis enquanto um ideólogo da Ditadura e fundamo-nos na “constatação de que qualquer ideólogo está sempre, em última instância, conscientemente ou não, ligado à sociedade em que vive. Os problemas que ele expõe, como sua solução, estão determinados pelas necessidades e aspirações sociais do seu tempo e de sua sociedade. Sendo esta uma sociedade de classes, seu pensamento está vinculado necessariamente a uma dessas classes, a uma posição regressiva ou progressiva”. ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O satânico doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP, 1999, p. 17.

econômica e social, perdeu a substância. Criaram-se, desse modo, regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas.<sup>88</sup>

O início do processo histórico teria se dado através da “civilização” dos povos tradicionais amazônicos. Civilização esta, colocada em movimento com a ação portuguesa que teria perdurado, na concepção arthuriana, por toda a época colonial; com forte expressão ainda durante o Império. Aí, assistiu-se a um momento de “esplendor”, tanto da história nacional quanto local. Todavia, no último período a “situação social e econômica [...] sofreu algumas alterações. O Amazonas e seus afluentes passaram a ser frequentados não mais pelas embarcações de tipo indígenas, mas pelo barco a vapor, introduzido por Mauá”.<sup>89</sup> Nesse momento, a região teria conhecido um crescimento econômico sem precedentes. No entanto, a verve criadora sustentada pela riqueza gomífera predominante até então, estiolou-se com o fim do *rush* da borracha. Em resumo, a Amazônia teria sofrido o “ocaso daquele efêmero esplendor civilizatório” devido à falta de perspectiva dos homens que conduziram o processo, pois

Auferiram sem dar um passo, sem praticar um ato que visasse, senão ao aproveitamento realístico, pragmático, daquela fortuna que estava entrando nas arcas oficiais e privadas, pelo menos à execução de uma política assecuratória de continuidade e de crescimento na produção das árvores lactíferas.<sup>90</sup>

Ao estabelecer a debacle gomífera enquanto resultado da falta de “planejamento”, Reis assentou a hipótese de que a história amazônica, vista na perspectiva da “longa duração”, esteve determinada por fatos que se repetiam e, em síntese, denunciavam a precariedade do meio, tanto material quanto espiritual, em que seus habitantes estavam inseridos. O autor enxergou algum feito inteligente apenas na atuação de um ou outro “grande homem”,<sup>91</sup> sempre incompreendidos por seus coetâneos. No todo, porém, o contexto social amazônico refletia verdadeira inércia de “ações criadoras”. Para Arthur Reis, o primeiro projeto efetivamente brasileiro a demonstrar preocupação com a questão amazônica – apesar da falta de êxito na maioria de seus objetivos – foi a Política de Valorização da Borracha, pensada quando o país estava ameaçado pela *crise* que, no entanto, se mostrou iminente.<sup>92</sup>

---

<sup>88</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, pp. 148-149.

<sup>89</sup> *Ibid.*, 1958, p. 357.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 359.

<sup>91</sup> Homens como Pedro Teixeira, Barão de Mauá, Rio Branco, etc. Contudo, para Reis o exemplo máximo teria sido o português Manuel d’Almada: “Colonial ilustre, ajudou na formação do Brasil, no extremo norte, ativa e eficientemente, coordenando, incentivando o desenvolvimento de todas as forças da riqueza regional, assistindo sem desfalecimentos a todos os empreendimentos que podiam marcar progresso, utilidade, benefício coletivo”. REIS, Arthur César Ferreira. *Lobo d’Almada, um estadista colonial*. Manaus: Imprensa Pública, 1940, p. 112.

<sup>92</sup> “A defesa da borracha foi a primeira operação de envergadura. Planejada entre nós [...] a interferência federal, convenientemente programada, decorreu da situação catastrófica a que se viu arrastada a Amazônia, ante a concorrência da produção gomífera do Oriente. Não plantáramos e ríamos do que o capital inglês, holandês,

Após este episódio, ocorrido ainda em 1912, o governo federal voltou suas preocupações para a região somente a partir da Constituição Federal de 1946, em cujo texto se estabelecia oficialmente uma política de valorização econômica tendo a Amazônia como foco. Previu ainda, em seus projetos mais contundentes, a criação da SPVEA que também não alcançou as metas planejadas. Em suma, a interpretação arthuriana traduziu a região amazônica como “área problema”. Durante o período monárquico, por exemplo, toda a política que se lhe havia dispensado esteve de fato restrita à prevenção da *cobiça internacional*. Importou aos governantes, preocupados com o vasto território “desprotegido”, apenas efetuar o embargo da navegação do rio Amazonas à nações estrangeiras. No mais, persistia o “abandono” do governo central, bem como a inaptidão de iniciativas regionais, no sentido de tirar a região do marasmo ao qual estavam submetidos a maioria dos setores econômicos e de livrá-la da regressão em outros.

A superação do “subdesenvolvimento” amazônico era entendida, portanto, como tarefa monumental. Toda a descrição do processo histórico apontava para um estado de coisas precário, cuja resolução impunha-se enquanto tarefa imprescindível. A fim de pôr em perspectiva a situação na qual encontrava-se sua terra nos primeiros momentos do governo, Reis afirmou o seguinte:

A economia amazonense ressentia-se da ausência de um real diagnóstico de potencialidade, resultantes, de uma modo geral, de estudo suficientes e da falta de pesquisas em profundidade. O reconhecimento dos recursos naturais e sua dimensão para traçar o respectivo aproveitamento, bem como a identificação das oportunidades constituem pré-investimento oneroso e arriscado a que somente o setor público poderia estimular total ou parcialmente.<sup>93</sup>

Ao tomar as responsabilidades políticas como governador, em junho de 1964, apontou os vários meandros que acabaram por lançar a sociedade amazonense num “verdadeiro estado de caos”:

A ordem que convém ao funcionamento regular das organizações políticas e administrativas não existia e a aplicação metodizada, sistemática, dos recursos da finança pública, era ignorada; a rigidez da obediência ao duodécimo orçamentário era apenas palavra vã, inútil; o recrutamento de pessoal para o serviço público não se condicionava a quaisquer formulas de seleção, nem mesmo a existência de claros nos quadros, ou de cobertura de verbas próprias para o atendimento de compromisso. Sacava-se contra o futuro, com o aval do Estado, em benefício de grupos, de

---

francês estava realizando nos respectivos impérios com as sementes emigrada da própria Amazônia”. REIS, Arthur César Ferreira. *Op. Cit.*, 1958, p. 349. Ver também: REIS, *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953. Para um ponto de vista atualizado: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *No tempo dos seringais: o cotidiano e a sociedade da borracha*. São Paulo: Atual, 1997.

<sup>93</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Plano de desenvolvimento econômico e social (1965 – 1966)*. Rio de Janeiro: Artenova, 1965, p. 5.

indivíduos, como se em vésperas falência fraudulentas. Nas obras públicas, de caráter essencial, comandava o empirismo, a charlatanice. A técnica do planejamento estava ausente, substituída pelo primarismo demagógico, erigido em sistema. Enfim, para definir em curtas palavras a exata condição do caos, erguera-se como princípio, forrado em Lei sancionada e vigorante, a inconstitucionalidade flagrante do estorno de verbas, coonestando-se, dessa forma, a prevaricação e o crime da responsabilidade.<sup>94</sup>

Na concepção de Arthur Reis, o movimento de expansão do capitalismo na Amazônia não havia sido efetivado enquanto empresa ordenada. Tampouco apresentava características de um desenvolvimento que, tendo atingido o auge de diversificação no centro do país, encaminhou-se à regiões mais distantes em cujo ceio repôs a dinâmica anterior – eram essas determinações históricas as responsáveis pelo cenário pré-64. Reis entendeu que, em termos de desempenho geral, o capitalismo brasileiro consistia nunca operação progressiva rumo ao desenvolvimento, porém, ele ressaltou o processo amazônico, desde pelo menos a “era da borracha” (1880-1912), devido à falta de autonomia no desenvolvimento capitalista da região.

Contudo, para o autor, não havia dúvidas de que as relações sociais vigentes seguiam a lógica do capital. Frente a isso, as intervenções da ditadura civil-militar na Amazônia, mais especificamente no período que vai de 1964 a 1968, deveriam ser realizadas tendo como base de sustentação as instituições governamentais, especialmente ancoradas sobre o poder executivo federal. Assim, o novo governo deveria enfrentar e pôr fim aos problemas históricos vinculados à insuficiente estrutura econômica, social e política. Esta atitude governamental era vista pelo autor como condição imprescindível à “operação de desenvolvimento”.

Em termos nacionais, aspirou-se, nos anos 1950, a consolidação do setor industrial, que correspondeu então à esfera dinâmica e, portanto, centralizadora da economia brasileira. Ao mesmo tempo, se pensou para a Amazônia a realização de um antigo desejo de autores como Arthur Reis, isto é, sua efetiva integração à economia e à sociedade nacionais. Para muitos outros autores, contudo, o ano definidor da atuação estatal, das diversas frentes de expansão e consequente “integração” da Amazônia ao Brasil foi 1966. Nesta data, uma pletora de ações emanadas do governo federal se chocou com o movimento cotidiano já consolidado, advindo das lutas de posseiros, sitiantes, e caboclos sem-terra contra os latifundiários. Nasceram daí os principais elementos constitutivos da atuação ditatorial pós-64 na Amazônia.

As várias frentes de expansão passariam então a conceber a Amazônia sobretudo quanto sua importância econômica para o “progresso da nação”, servindo como *empório de matérias primas* e sustentáculo agrícola dos centros industriais nacionais e internacionais. Nessa lógica,

---

<sup>94</sup> REIS, Arthur Cézar Ferreira. *Op. Cit.*, 1967, p. 32.

esforçou-se por constituir uma *visão geopolítica* que tratava de denunciar o risco da perda de território e, portanto, da necessária unidade nacional. Assim, regidos pela ideologia da “integração”, os militares procuraram desenvolver o aparato estatal basilar que, por sua vez, possibilitou a predominância da “livre iniciativa”. Isto equivale a dizer que o Estado supriu partes do território amazônico com a infraestrutura exigida pelo capital internacional e nacional associado que, então, passou a reproduzir-se livremente.

O BASA e a SUDAM foram os principais suportes sobre os quais as articulações entre o aparelho estatal e a iniciativa privada se assentaram, possibilitando assim, os “incentivos fiscais e creditícios destinados a atrair ‘empresários e empreendedores’, além de favorecer os empresários e empreendedores já estabelecidos na Amazônia”.<sup>95</sup>

O regime militar nascido em 1964 não representa, em essência, uma mudança radical no modelo econômico nacional-desenvolvimentista dos anos cinquenta [...]. Entretanto, com relação à Amazônia, embora tenham sido elaborados planos de desenvolvimento econômico a serem implementados na região e, alguns deles, postos em prática antes da implementação do Regime Militar em 1964, foi a partir de 1966, após a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S/A (BASA), que se intensificaram as ações da Administração Federal na região.<sup>96</sup>

Essas instituições possibilitaram, dessa forma, vasto desempenho do capital monopolista<sup>97</sup> que, a um só tempo, desenvolveu as relações capitalistas na Amazônia e capturou extensivamente o aparato estatal. A cooperação e a assistência técnica do Estado brasileiro se tornaram indispensáveis; figuravam como um pressuposto à atuação do capital nacional e associado.

Desde o primeiro momento, o governo militar instalado com o golpe de Estado de 1964 foi levado a adotar uma política de portas abertas para o capital estrangeiro [...]. O conjunto do aparelho estatal, em suas condições econômicas e políticas de atuação, foi posto a serviço dos interesses da empresa imperialista multinacional e nacional.<sup>98</sup>

Um traço marcante da atuação militar na Amazônia foi, portanto, a generalização das relações capitalistas na região. Deste modo, as frentes de expansão, atividades que englobavam

---

<sup>95</sup> “Ou melhor, a SUDAM e o BASA [...] realizaram uma real e dinâmica articulação das políticas governamentais para a Amazônia com as exigências do modelo de capitalismo dependente; modelo esse econômica e politicamente agressivo e repressivo, adotado desde o golpe de Estado de 1964”. IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp. 224-225.

<sup>96</sup> PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 25.

<sup>97</sup> “Em condições ditatoriais e monopolistas, o capital financeiro conseguiu fazer com que todo o peso do poder estatal fosse colocado a seu dispor. Foi assim que o planejamento econômico estatal transformou-se numa poderosa força produtiva complementar, à disposição da grande burguesia”. IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 43.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 152.



as variadas formas de extrativismo vegetal, a pecuária, a mineração e a agroindústria, no geral, já haviam fixado raízes nesta área, todavia, o que se instaurou e ganhou a dinâmica do processo após o golpe de 1964 foi a grande empresa agrícola. Por outro lado, o objetivo do desenvolvimento amazônico esteve por muito tempo ligado à ideia de suprimir o fluxo de importações regionais, isto é, interromper a toca de produtos primários por mercadorias industrializadas vindas, principalmente, do Sudeste.

Pretendeu-se, dessa forma, alterar o cenário de dependência efetuando a produção de bens industriais na própria região. Tal projeto assentava-se sobre uma peculiar interpretação do esquema cepalino,<sup>99</sup> que era transposto à realidade amazônica de forma quase automática. Pretendia-se reproduzir em escala local uma política que se pensava coerente e, sobretudo, responsável pelo desenvolvimento da região Sudeste.<sup>100</sup>

Visto por este ângulo o processo todo se tornou mais problemático uma vez que – como demonstrou Francisco de Oliveira<sup>101</sup> – não houve de fato substituição de importações no Brasil, mas sim o deslocamento da dinâmica acumulativa para o setor industrial. Não obstante a isso, a indústria seguiu necessária e visceralmente atrelada ao complexo agroexportador. No caso amazônico, a perspectiva da substituição de importações passou a ser sustentada de forma permanente com a criação da SPVEA, em 1953. Como parte fundamental da política de industrialização, cabia ao programa de importações encaminhar a lógica produtiva por meio de um processo de substituição induzido pelo governo federal.<sup>102</sup>

Vertebrado por uma visão mais ou menos linear do processo histórico brasileiro, o Plano Quinquenal da SPVEA entendeu o “desenvolvimento” da região enquanto consequência

---

<sup>99</sup> Para uma visão geral da “escola cepalina” ver: RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

<sup>100</sup> “Podemos observar assim, que se buscava mais ou menos explicitamente uma política de substituição regional de importações, ou pelo menos o fortalecimento das atividades regionais. Com isso reivindicavam-se recursos extra-regionais para estas atividades e se procurava transpor para o plano regional o esquema cepalino da industrialização por substituição de importações”. MARQUES, Gilberto de Souza. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, pp. 165-166.

<sup>101</sup> “Assim, foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a ‘substituição de importações’ é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária porém não suficiente” OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 23. Mesmo M. C. Tavares “reconhece”, ainda que não explicitamente, a antinomia da expressão “substituição de importações”, ao afirmar que “O setor externo não deixou de desempenhar papel relevante em nossos países; apenas houve uma *mudança* significativa em suas funções. Em vez de ser o fator diretamente responsável pelo crescimento da renda, através do aumento das exportações, a sua contribuição passou a ser decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante *importações* de equipamentos e bens intermediários”. TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 34. Grifos nossos.

<sup>102</sup> “Apesar de que não fosse o único, nos parece que o problema de fundo para a política substitutiva de importações era que nem o capital extrarregional nem o governo federal estavam necessariamente dispostos a investir significativamente nestes mesmos setores”. MARQUES, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 170.

ascendente da “evolução” nacional. Caberia então aos governos locais, implementar medidas similares àquelas vigentes no Centro-sul como forma de impulsionar o desenvolvimento pretendido. A noção de substituição de importações apregoada por este órgão, entretanto, já dava sinais de imprecisão, haja vista que uma das melhores definições dessa política foi a seguinte:

[...] pela substituição das importações, uma região periférica (isto é, um exportador líquido de produtos primários) pode reduzir sua dependência em relação aos interesses industriais dos centros dinâmicos. Ao fazê-lo, a região que substitui importação espera alterar em seu favor as relações de troca inter-regionais e aumentar a retenção de renda pela redução do escapamento causado pela importação.<sup>103</sup>

Uma das primeiras dificuldades enfrentadas, porém, para que se pudesse executar esta política, consistia em como adquirir meios de produção sem prévia reserva de capital, ou seja, como obter o maquinário que garantiria a produção de bens industriais e, por conseguinte, a substituição regional de importações, sem reserva monetária. Como nação e de forma um tanto contraditória,<sup>104</sup> o Brasil “resolvera” esse problema valendo-se da prévia acumulação propiciada por seu complexo agroexportador, o qual estava vinculado principalmente à aristocracia cafeeira. Entretanto, como se pôde notar, no Sudeste implementou-se uma política nacional; a Amazônia, por outro lado, não possuía algo similar à acumulação paulista, tampouco foi objeto de um esforço que envolvesse a totalidade do país. Em razão destas impossibilidades históricas, os discursos regionais passaram a recorrer quase que exclusivamente à ação salvacionista atribuída ao governo federal.<sup>105</sup>

Ao analisar a teoria, bem como a implementação de projetos que aspiravam o *desenvolvimento regional* a partir de uma noção de *planejamento econômico*, impôs-se o seguinte problema: por que desenvolvimento regional e não uma perspectiva homogênea para

---

<sup>103</sup> MAHAR, Dennis. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA, 1978, p. 139.

<sup>104</sup> Um dos marcos dos problemas enfrentados no processo de industrialização foi o estrangulamento externo.

<sup>105</sup> “A grande decisão transfere-se, desta forma, ao poder público federal, que definirá o apoio infra estrutural para desenvolvimento acelerado [...] de modo a oferecer condições mínimas para seu crescimento estabilizado [...]. A atuação da máquina federal, quase sempre ausente na região, é persistente reclamo lembrando ao Poder central. Sem dúvida o *Plano Biental* poderia ampliar consideravelmente seu raio de ação, desde que as atividades federais características e atuantes em outras unidades da federação tivessem recurso regular na Região Amazônica, e, em particular, no Estado. Uma mobilização geral de esforços mostra-se ainda indispensável para lograr resultados positivos, em relação a meta desenvolvimentista que pretende promover a administração estadual”. REIS, Arthur César Ferreira. *Op. Cit.*, 1965, pp. 17-18. Para citar outro exemplo muito significativo: “É de lamentar que, até hoje, governo federal não tenha apresentado um plano viável e consistente de política de desenvolvimento não só da Amazônia, mas das regiões e enclaves brasileiros com índices econômicos e sociais inadmissíveis e incompatíveis com os parâmetros desejáveis no início do terceiro milênio.[...] SUDAM e BASA ainda não atingiram plenamente essas metas, por falta de apoio e planos coerentes do governo federal, que demonstra não ter absorvido, ensinamentos do que tem ocorrido, e ainda está ocorrendo, em outras regiões deste planeta globalizado”. RIBEIRO, Fernando *apud* MARQUES, Gilberto, 2007, p. 203.

o desenvolvimento nacional? Ao considerar o processo histórico amazônico e os problemas nele implicados, cristalizaram-se debilidades próprias da condição brasileira. Diferentemente de outros países (os casos clássicos ou de via prussiana) que se bateram com sua contradição colonial e forjaram uma saída decisiva para o “atraso político-econômico”, no Brasil, imperou a coexistência de formas heterogêneas e contraditórias entre si. Talvez, a parte mais afetada por essas “contingências históricas” foi a amazônica.

A produção extrativa, por seu esquema de produção e pelo capital que o controlava não levou à internalização da produção, limitou-se, grosso modo, à extração primária e à comercialização, inibindo outros processos produtivos. Quando esta comercialização entrou em crise, em função da ação de cartéis de países centrais e da entrada de concorrentes internacionais que apresentaram preços que desbancaram a produção amazônica, a região foi inserida em profunda crise que se arrastou por décadas.

Na contramão da crise regional a industrialização brasileira, concentrada no Sudeste, foi se acelerando via substituição de importações e uma política ativa do Estado nacional brasileiro para alcançar este fim, ainda que ela encontrasse grandes barreiras ao seu aprofundamento, o que fazia com que se localizasse em setores de produção de bens de consumo, caracterizando-a como uma industrialização restringida. As limitações ao aprofundamento da industrialização brasileira foram em grande medida superadas na segunda metade dos anos 1950 com o montante de investimentos estatais em indústrias de base e em infraestrutura, constituindo as bases ao desenvolvimento da produção capitalista em patamares superiores aos até então existentes, configurando a industrialização pesada.<sup>106</sup>

Em resumo, o caminho tortuoso do “desenvolvimento” regional amazônico apenas confirmou – infelizmente de modo exemplar – os traços gerais da história de um país em que nunca se fez um “acerto de contas com o passado”, no sentido de extinguir a “marcha colonial” inerente à nossa formação – não obstante, é claro, aos altíssimos níveis de crescimento econômico alcançado, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

Entrementes, a ideologia norteadora do desenvolvimento regional foi precária desde seu nascedouro, já que era formulada no interior de um país que, incapaz de levar a cabo uma transformação capitalista atuante em todas as regiões de seu território, criou, pelo contrário, incoerências como a disparidade do desenvolvimento nas diversas regiões.<sup>107</sup> Daí que o mero florescimento de ideias aspirando o “desenvolvimento” regional denunciou nossa contradição enquanto Estado. O problema mostrou-se ainda mais agravado devido ao fato de que a “teoria desenvolvimentista” pró-ditadura (cujos representantes, Arthur Reis e Meira Mattos estudamos

<sup>106</sup> MARQUES, Gilberto. *Op. Cit.*, 2007, p. 4.

<sup>107</sup> “Quem percorre o nosso território do litoral para o interior, marcha, no tempo, do presente para o passado, conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semifeudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva onde os indígenas conservam o tipo de sociedade peculiar, o mesmo que os colonizadores encontraram no século XVI. O fato de que tais regimes já não estejam nitidamente caracterizados, e o fato de que o escravismo, a rigor, esteja extinto, não invalidam tais contrastes”. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968, p. 4.

aqui) se mostrou inábil no sentido de compreender o passado em suas implicações negativas decorrentes do *desenvolvimento desigual*, ou da *via colonial* do capitalismo.<sup>108</sup>

#### 1.4 Entre o planejamento regional e o projeto da ditadura civil-militar

Para Arthur Reis, o tema do *planejamento* devia ser encaminhado tendo em vista sua relação com a teoria *geopolítica*. O autor compartilhava da visão de que o Sudeste brasileiro havia sido privilegiado no processo de desenvolvimento e que para as regiões menos afortunadas – caso exemplar da Amazônia – restaria superar as desigualdades mais profundas por meio de um projeto político eficaz, levado a cabo por um Estado forte. O historiador convenceu-se desde cedo que a chave para a transformação encontrava-se no planejamento. Em sua prática intelectual/política, durante a passagem por instituições governamentais, buscou compreender e pôr em movimento políticas de superação das defasagens regionais.

Contudo, foi no golpe civil-militar de 1964 que o autor viu representado o arquétipo “modernizador” até então expresso em âmbito teórico que, no entanto, demonstrava pouca efetividade política. Nesse sentido, o objetivo de reverter as desigualdades regionais vigentes no Brasil recaía num duplo problema. Por um lado, impunha-se compreender os traços

---

<sup>108</sup> Em grande medida, chamamos atenção para o fato de que assim como a história regional dialoga com a nacional, a história do capitalismo no Brasil precisa ser compreendida enquanto uma face da transformação capitalista mundial. Desse modo, “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky [...] é uma tentativa de explicar estas ‘modificações’ e, por consequência, de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo”. LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: *Revista Actuel Marx*, n. 18, p. 74. Ou, nas palavras do próprio autor: “O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas”. TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundemann, 2007, p. 21. Um outro aspecto central deste mesmo problema foi a relação entre a burguesia brasileira e o imperialismo: “A particularidade da via colonial [...] engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independências neocolonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizaram sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a efetivação de um regime político democrático-liberal, por outro lado a burguesia prussiana realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela via colonial tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos polos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia prussiana é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com sua subordinação ao imperialismo”. CHASIN, José. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000, p. 69.

particulares das formações locais e, por outro, equalizar esses vários componentes de modo a não prejudicar a “evolução” da unidade nacional.

Na concepção de Arthur Reis o processo histórico amazônico teria sido efetivado de modo *sui generis*, visto que a região permaneceu por longa data a prescindir da “integração” econômica – ainda que à brasileira – iniciada em 1930. Além disso, mesmo que a região tenha de fato se integrado ao “sistema econômico nacional” a partir mais ou menos dos anos 1950 e finalmente com os grandes projetos minerais dos anos 1970, isto se fez, via de regra, mediante enclaves econômicos. Objetivada desse modo, a extração intensiva de riquezas primárias não diversificou em quase nada o sistema produtivo, a esfera da transformação e muito menos influiu no crescimento do mercado regional.<sup>109</sup>

Grosso modo, a região teria sido submetida aos interesses nacionais apenas enquanto “máquina” produtora de matérias primas, sua função básica consistiu em garantir o melhor funcionamento da economia brasileira. “Vários órgãos governamentais foram criados objetivando defender os interesses da Amazônia. Entretanto, a poupança regional continuava sacrificada enquanto inúmeros projetos globais eram implantadas ‘visando o progresso’”.<sup>110</sup> Mesmo no ano 1966, em pleno mandato governamental, Reis seguia denunciando as desigualdades regionais e a morosidade com que a problemática amazônica era enfrentada pelo governo federal:

Representamos, no quadro físico do Brasil, metade de sua extensão territorial. Constituímos o deserto brasileiro, pela exiguidade populacional. Nosso progresso material não se vem processando com a velocidade por que esse mesmo progresso ocorre no Nordeste e principalmente no Sul de nossa pátria. O desequilíbrio que ocorre entre a Amazônia e as demais áreas brasileiras não pode ser ignorado de quem quer que seja. O potencial de que dispomos, já conhecido, e o que poderá ser identificado em futuro próximo, assegurar-nos-á posição totalmente diferente. Será isso um sonho de quem lá nasceu e tem a paixão de sua região?<sup>111</sup>

Apesar do preocupante cenário descrito por Reis, ele mesmo apontou que a Amazônia já atraía as atenções nacionais pelo menos desde o primeiro ciclo da borracha (1870-1912).<sup>112</sup>

---

<sup>109</sup> “As tentativas de colonização dirigida contribuíram para alterar a realidade social, política e econômica da Amazônia além do equilíbrio ecológico. Através do pioneirismo e do contexto político de ocupação e valorização das terras (política de incentivos fiscais e ‘integração nacional’), procedeu-se à acumulação nas demais regiões brasileiras, intensificando a penetração do capitalismo que se evidencia pela atuação das grandes empresas agropecuárias e determinando a formação de uma nova estrutura de classes socioeconômicas. Como os interesses da região sempre estiveram ligados ao capital do Sul do país, nunca foram criadas resistências para qualquer tipo de penetração, capazes de competir com os interesses de fora”. MIRANDA NETO, Manoel José. *Op. Cit.*, 1979, pp. 14-15.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Op. Cit.*, 2001, p. 246.

<sup>112</sup> Ver: \_\_\_\_\_. *O processo histórico da Amazônia*. São Paulo: Gráfica Carioca, 1969. Nesta obra, Reis perfilou o contexto geral da produção gomífera amazônica; mesmo processo que Furtado especificaria da seguinte maneira: “A borracha estava destinada, nos fins do século XIX e começos do atual, a transformar-se em

Todavia, a configuração das relações sociais naquela área mantinha-se caracterizada pela presença do escambo e regida, a título de conceituação geral, por intermédio de uma forma de produção singular e amplamente conhecida, o “aviamento”. Também depois dos anos 1940 a região permanecia comportando dualidades, apresentado, assim, um tecido societário disforme. Não obstante esta contradição fosse comum à vida brasileira, de acordo com Reis, no caso amazônico os problemas seriam agudizados por conta do *desequilíbrio regional*, que incorria em limitações determinantes como, por exemplo, a inexistência de uma parte industrial.<sup>113</sup>

O capital estrangeiro adentrou o espaço amazônico a fim de efetivar a extração gomífera, estruturando uma produção baseada na exploração do seringueiro, que só foi possível, pelo menos nas proporções que passaria a apresentar a partir de meados do século XIX, quando consolidado o “apoio” dos capitais norte-americano e inglês.<sup>114</sup> Não obstante a isso, ao invés de “modernizar” as relações produtivas locais, o orçamento externo uniu-se à cadeia produtiva do “aviamento” perpetuando a forma econômica tradicional. De tal modo, a exploração do látex esteve assentada em bases precárias, submetida ao crédito externo e desvinculada de qualquer autonomia regional. As fortunas criadas nas duas principais cidades amazônicas – Belém e Manaus – só tiveram êxito graças ao movimento do “financiamento externo e nacional” que “combinavam-se [...] à produção com características locais peculiares, chamada *aviamento*”.<sup>115</sup>

Desbancada a atividade gomífera pela produção inglesa em território asiático, a economia amazônica voltou-se a outros produtos de base extrativa como o cacau, o minério e sobretudo a castanha. A pecuária se desenvolveu concomitantemente ao extrativismo, mas a letargia econômica, que submeteu a região a partir do fim do primeiro “ciclo da borracha” durou

---

matéria prima de procura em mais rápida expansão no mercado mundial. Assim como a indústria têxtil caracteriza a revolução industrial de fins do século XVIII e a construção das estradas de ferro os decênios da metade do século seguinte, a indústria de veículos terrestres a motor de combustão interna será o principal fator dinâmico das economias industrializadas” [...]. FURTADO, Celso. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1995, p. 130.

<sup>113</sup> “É evidente que Arthur Reis encarna, aqui, o espírito da modernização. Olha para o ‘Nordeste e o Sul’ e vê um outro Brasil que, progressivamente, vai se libertando das ‘técnicas do passado e dos sistemas que não têm mais nenhum sentido’. Com efeito, Arthur Reis faz uma ampla defesa do planejamento econômico e da modernização capitalista como mudanças que devem animar, mobilizar e coordenar os ‘valores espirituais e morais’, bem como ‘as energias latentes na terra e no homem’. Quase diz da necessidade de converter o excedente econômico potencial representado pelas forças produtivas da região em excedente econômico efetivo através de sua apropriação e uso por meio ‘da iniciativa privada e da iniciativa oficial’ como parte de um ‘esforço nacional para integrar-se, sem novos receios, no contexto brasileiro’”. SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 99-113, Mai/Ago. 2005.

<sup>114</sup> “Sabemos que entre 1840 e 1850, quando a borracha começa a ter alguma expressão em termos regionais, não havia demanda desse produto no resto do Brasil. A procura era basicamente limitada aos Estados Unidos e Inglaterra. Pode-se então admitir que foram um ou mais agentes de origem norte-americana ou inglesa, ou de ambas as nacionalidades, que trouxeram o capital inicial capaz de dinamizar a então modestíssima produção de borracha”. SANTOS, Roberto. *Op. Cit.*, 1980, pp. 123-124.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 153.

até meados da II Guerra Mundial.<sup>116</sup> A partir de então, novas atividades ganharam espaço, contribuindo para minorar os efeitos do colapso gomífero. A castanha apresentou-se como primeiro produto a ser explorado em quantidade razoável, constituindo em poucos anos a atividade econômica mais importante. Alguns fatores concorreram para o sucesso, sabidamente sua abundância nas florestas, mas principalmente o fato da produção se realizar nos mesmos moldes da extração gomífera, ou seja, sob a égide do “sistema de aviação”.<sup>117</sup>

Junto ao incremento da empresa castanheira viu-se o surgimento da pecuária, ainda como iniciativa menor, uma espécie de atividade complementar. Aos poucos, alguns trabalhadores começavam a especializar-se no pastoreio, especialmente do gado que vinha de fora. “De início, pelo menos até a abertura da Belém-Brasília, o que se irá fazer predominantemente é aproveitar as invernadas existentes para a engorda do gado que é trazido de Goiás e Maranhão”.<sup>118</sup> Nasceu, desse modo, no Estado do Pará e em partes do Amazonas, o germe da pujante fazenda criadora, que se desenvolveria ulteriormente até se transformar numa das atividades fundamentais da grande empresa agroindustrial.

No que concerne à atuação do governo federal, até 1953 apenas o Banco de Crédito da Borracha – BCB, havia representado impacto socioeconômico significativo. Este banco, além de ter servido como financiador da segunda fase da produção gomífera, continuou sendo utilizado para estimular a produção castanheira e tendo seu crédito desviado deste fim para atuar como capital inicial da pecuária. Naquele ano, valendo-se do artigo 199 da Constituição Federal de 1946, o governo central criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. Os encaminhamentos deste órgão para à região Norte foram distintos do que até então se havia efetivado, mesmo que desde aquele período estivesse calcado na “tese” do duplo vazio, econômico e geográfico, suas atividades eram coordenadas com vistas a atingir todos os Estados e territórios amazônicos.

---

<sup>116</sup> Ainda que totalmente subordinada aos desígnios norte-americanos, os chamados “soldados da borracha” representam um dos primeiros sinais de vida econômica. “Durante os anos 1940, esses homens foram trazidos dos mais diversos rincões do Brasil para, juntos com os moradores da floresta amazônica, serem utilizados como ponta de lança da máquina de guerra Norte Americana, que no despojar do segundo conflito mundial precisava urgentemente de borracha” [...]. FREDERICO, Alexandre de Oliveira Lima. *Soldados da Borracha: das vivências do passado às lutas contemporâneas*. Mestrado em História. UFAM, 2013, p. 143.

<sup>117</sup> “Com a queda da borracha, a Amazônia toda caiu num período de depressão. Sua população, que de 1872 a 1920 passara de 332.847 a 1.439.052, em 1940 ainda seria de 1.462.420, com taxa de crescimento inferior ao crescimento vegetativo, e que, portanto, caracteriza uma região de repulsão [...]. Só depois de 1940 iniciar-se-ia uma lenta recuperação”. VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2009, p. 44.

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 7.

Getúlio Vargas, vislumbrando as perspectivas de mudança a partir da implementação da SPVEA, no que ficou conhecido como “Discurso do Rio Amazonas”, apontou: “Será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso despovoado. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação”.<sup>119</sup> Desta forma, as expectativas de ocupação da Amazônia, sustentadas desde então pelos órgãos governamentais, entenderam a região como uma imensidão desértica, que precisava ser submetida aos “desígnios do país”. Segundo o economista Gilberto Marques, o processo que levou à criação da SPVEA poderia ser resumido assim:

[...] havia a necessidade e interesse em ocupar demograficamente a região, entre outras coisas para não sofrer questionamento quanto à soberania brasileira sobre a mesma. Para esta ocupação, numa região onde a natureza se apresentava como problema e inimigo a ser vencido, era necessário dar à ela função econômica. Como? Mantendo o extrativismo enquanto se processava um movimento rumo a agricultura. Objetivava-se, então, manter a economia no seu caráter primário, se distanciando do extrativismo, mas primária.<sup>120</sup>

Apesar de suas ambiciosas metas, a SPVEA não logrou “desenvolver” a Amazônia conforme seus objetivos iniciais. Grosso modo, as tentativas de integração, bem como de exploração das potencialidades econômicas, frustraram-se ou tiveram vida efêmera quando pensadas em termos de desenvolvimento permanente. Todavia, a partir das intervenções postas em movimento pela ditadura civil-militar de 1964, a região foi novamente alvo das atenções nacionais que a analisaram sob os mais diferentes prismas – sobressaindo-se, no entanto, a ideia de que a região Norte deveria contribuir como a “evolução dos interesses nacionais”. Uma das particularidades da Ditadura, em relação aos demais “ciclos de exploração”, foi provavelmente o caráter global de sua política.

Com efeito, entre 1964-1978, instituiu-se um projeto de “modernização”<sup>121</sup> do Brasil no qual a Amazônia foi amplamente incluída, pautando-se na ideia de “integração nacional”. Foi

---

<sup>119</sup> VARGAS, Getúlio *apud* MARQUES, Gilberto de Souza. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). In: *Revista Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, fevereiro 2013. Nº 34, p. 197.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 169.

<sup>121</sup> “Sob o ciclo do regime militar, por *modernização* se compreendia a conclusão do processo de imposição do capitalismo, que estaria a requerer, na ótica de seus dirigentes, o uso de recursos da *violência política* a fim de remover os entraves políticos e sociais à sua realização. Tratava-se, portanto, de uma americanização *por cima*, à base de uma *forma autocrática de Estado*. Para tanto, aparecia como necessária a imobilização política da sociedade e o estreito controle da sua vida associativa, impedindo-se assim que o planejamento estratégico da ação estatal fosse obstado. O ‘social’, nessa chave radicalizada de modernização autoritária, não se apresenta como uma dimensão com legitimidade própria – ele deve ser desorganizado ‘por cima’ e sob o impacto da nova estruturação da economia que o regime quer institucionalizar”. VIANNA, Werneck *apud* RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. São Paulo: PUC, mimeo, 1998, p. 34.



possível notar que neste período estabeleceu-se uma agenda para intervenção naquela área a partir da criação, ou modernização, de instituições chave; tais como: Banco da Amazônia – BASA,<sup>122</sup> Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM,<sup>123</sup> Fundação Nacional do Índio – FUNAI<sup>124</sup> e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (criado em 1970). Estas entidades foram articuladas por uma concepção geral, que direcionou o papel a ser desempenhado pela região, no sentido de contribuir com a totalidade do país. Assim, o Plano de Integração Nacional – PIN, articulou boa parte dos objetivos determinados pelo governo federal:

A partir de 1964, passou a Amazônia a merecer do Governo Federal tratamento consentâneo com a dimensão de sua problemática geopolítica [...]. Os resultados do grande esforço empreendido com vistas à ocupação produtiva da Amazônia, mais intenso, nesta década através do Programa de Integração Nacional – PIN, frutificaram em grandes realizações: a implantação dos eixos de penetração rodoviária; o aumento da oferta de energia nos núcleos urbanos de maior porte; a introdução do moderno sistema de telecomunicações interligando a região ao resto do país [...].<sup>125</sup>

A fim de encaminhar esses objetivos, desenvolveu-se uma visão geopolítica na qual a Amazônia foi compreendida enquanto zona de “vazio demográfico”<sup>126</sup> e, exatamente por conta disso, enquanto espaço chave para o “desenvolvimento nacional”, uma vez que dessa forma sua configuração como “fronteira de recursos” era explicitada. Passou a figurar, portanto, como última fronteira, cuja conquista deveria atrelar-se ao ímpeto de alcançar as “plenas potencialidades” da nação brasileira.<sup>127</sup>

<sup>122</sup> O BASA, criado pela Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, representou a modernização do antigo Banco da Borracha, órgão estabelecido em 1950, posteriormente transformado em Banco de Crédito da Amazônia e, por fim, a configuração e nomenclatura atuais.

<sup>123</sup> A SUDAM, criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, constituiu a atualização da SPVEA, na qual Reis fora Superintendente de 1953 a 1955.

<sup>124</sup> A FUNAI tornou-se, em 1966, a reconfiguração do Serviço de Proteção aos Índios – SPI.

<sup>125</sup> POLAMAZÔNIA *apud* IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 67.

<sup>126</sup> Em texto publicado pela primeira vez sob o título *A Amazônia e as áreas desérticas do Brasil*, no ano de 1972, Reis expôs o seguinte: “As sociedades que dão caráter à vida da Amazônia brasileira, diversificadas no gênero de atividade que exercem, sociedades que se singularizaram ou pluralizaram no contato com o meio agressivo, não foram objeto, ainda, de um exame ou de uma análise substancial [...]. O que ressalta, logo de início, de quando se apurou visando identificá-las, é que são imensamente exíguas ao considerarmos a extensão do território sobre que atuam. Para uma área de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, não passam de um milhão e meio. E desse um milhão e meio, concentrados nas duas principais sedes do governo ou na região bragantina, o que totaliza cerca de quintas e cinquenta mil pessoas [...]. É evidente que uma região assim extensa, representando cerca de 2/3 do Brasil, mas tão pobremente ocupada, está proposta à ousadia dos que tiverem apetite para possuí-la”. REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *Op. Cit.*, 2001, p. 68.

<sup>127</sup> Os problemas envoltos nesta ideia de *fronteira*, foram mais ou menos equalizados da seguinte forma: “Num outro ângulo, situa-se o mito da imagem oficial difundida sobre a fronteira como ‘espaço vazio’, noção que estrategicamente serve como válvula de escape a conflitos sociais em áreas densamente povoadas e de campo aberto para investimentos. Mito porque nega a existência da populações indígenas e caboclas, e das sociedades locais. Mito também por que, se essa noção de ‘espaço vazio’ é antiga e recorrente no Brasil, existe uma diferença fundamental entre a fronteira da década de 1970 e suas predecessoras. No passado, povoamento e investimento se

Segundo Arthur Reis, ao término do longo processo de formação amazônico, teria resultado um mundo novo, contando, acima de tudo, com uma riqueza da ordem do inominável. Mundo este, finalmente propício ao encaminhamento das demandas regionais de forma autônoma. Contudo, o local de onde falava Reis a partir de meados do século XX – período em que exerceu seus principais cargos políticos, a começar pela chefia da SPVEA – requeria, segundo ele, um ataque severo ao comportamento que impera no Brasil e de maneira mais forte na Amazônia. Tratava-se do “desprestígio à coisa pública” e o “aviltamento político”, conforme foi possível depreender de seu discurso ao presidente Castelo Branco, no qual determinou-se:

A Amazônia, Senhor Presidente, compunha, no quadro regional brasileiro, a 31 de março, a área mais atingida pelo *aviltamento político*, pela *desordem administrativa*, pela prática de atos que a desfiguravam e a deslustravam. O Amazonas, nesse particular, atingia o inacreditável. Vossa Excelência Senhor Presidente, bem conheceu aquela situação, pois a experimentou na própria carne, quando comandou militarmente este vasto mundo tropical que é o Brasil [...]. A Revolução de 31 de Março, Senhor Presidente, pôs fim aqueles desmandos administrativos [...].<sup>128</sup>

Na visão do autor, a importância da região como parte integrante do desenvolvimento nacional tornou-se perigosamente irrefutável devido ao interesse que o *grande vale* sempre despertou nas poderosas nações capitalistas. Para Reis, ainda que de forma “pretensiosa” e “equivocada” a problemática amazônica “estava sendo entendida em termos de que não podíamos enfrentá-la e resolve-la sem a contribuição, a generosidade, sempre suspeita, de outros povos mais fortes”. Segundo esta interpretação estrangeira, a projeção e a “montagem de um parque industrial que cresce diariamente, satisfazendo as exigências do mercado interno e já nos proporcionando a formação de divisas no Exterior” não expressaria o êxito dos povos da Amazônia e conseqüentemente dos brasileiros, mas o resultado do apoio ou mesmo da total intervenção de outros países.<sup>129</sup>

O espaço amazônico jamais figurou no pensamento de Reis enquanto lugar inerte no decorrer do tempo. Pelo contrário, explicitou-se de forma estrutural a ideia de que vários projetos teriam sido intentados, apensar de nenhuma dessas ações haver logrado concretizar

---

vinculavam à atividade agrícola ou mineira e geravam crescimento da população e da produção. A fronteira do final do século XX tem novas feições por se expandir num novo patamar de integração nacional, com mercado em grande parte unificado e sob comando de uma nova dimensão de capitais envolvidos: a) já nasce heterogênea, constituída pela superposição de frentes de várias atividades, e o povoamento e a produção são relativamente modestos; b) já nasce urbana e tem intenso ritmo de urbanização; c) o governo federal tem papel fundamental no planejamento e no volume de investimentos infraestruturais”. BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 10.

<sup>128</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *A visita do presidente Castelo Branco ao Amazonas*. Manaus: Governo do Estado, 1965. p. 19. Grifos nossos.

<sup>129</sup> \_\_\_\_\_. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 7.

algum empreendimento eficaz. Em razão dessas falhas, a ditadura civil-militar apresentou-se enquanto depositária dos anseios renovadores, da política nacional e regional, pensados pelo historiador amazonense. Precisamente por contar disso, coube-nos pontuar a contradição existente no interior da relação entre o projeto individual, isto é, o modo como Reis compreendeu o desenvolvimento amazônico, asseverando o que este possuiu de antagônico ao projeto implementado mesmo pela ditadura civil-militar.

Nesse sentido, notamos que houve uma concomitante virada nas perspectivas políticas e intelectuais de Reis a partir mais ou menos dos anos 1950. Tal mudança, levou o autor a pensar uma Amazônia cada vez mais abrangente, conforme a região ascendia à condição de tema frequente na *questão nacional*. Essa transformação, a qual queremos enfocar, encontra-se matizada pela atividade executada por Reis na direção da SPVEA e do INPA, durante a década de cinquenta. No exercício destes cargos, Reis estudou, com maior ênfase, o problema que o projetou intensamente no meio político-intelectual, qual seja, as tentativas e propostas de internacionalização da Amazônia.

Estas questões foram apresentadas em sua obra mais expressiva: *A Amazônia e a cobiça internacional*, publicada primeiramente em 1960. Na sequência, saíram outras obras que continuaram os debates em torno da necessidade do desenvolvimento amazônico, centrado na autonomia nacional e contra os “processos de internacionalização”. Neste sentido, foram marcantes os seguintes títulos: *Tempo e vida na Amazônia*, de 1965; *A Amazônia e a integridade do Brasil*, de 1966 e *O impacto amazônico na civilização brasileira*, de 1972.

### *1.5 Cobiça internacional e integração da Amazônia à civilização brasileira*

Apesar da riqueza representada pela exuberante floresta tropical amazônica, com boa parte do seu patrimônio ainda desconhecido, pouca atenção havia sido direcionada a suas problemáticas internas e muito menos à possibilidade de utilização de seus recursos naturais por empresas estrangeiras, sem o consentimento do governo brasileiro. A princípio, esta era a configuração apreendida por Arthur Reis no início dos anos 1960, de modo que sua interpretação acerca da *cobiça internacional* esteve sempre baseada nesses fatores. Reis entendeu que a opinião pública brasileira, mesmo sabendo das “pretensões expansionistas internacionais”, não discutiu formas contundentes de garantir o desenvolvimento e a integração da Amazônia com plena autonomia nacional.

Os governantes, por sua vez, regiam-se através de uma política despreocupada no tocante à problemática amazônica.<sup>130</sup> Frente a isso, o autor direcionou sua tese ao problema da cobiça internacional. Procurou demonstrar como o interesse das nações estrangeiras não haviam se dissipado ao longo do tempo, mas, pelo contrário, teria ganhado outras motivações devido à contínua revelação, sobretudo de riquezas minerais, naquela área. Já quando publicou *A política de Portugal para o vale amazônico* (1940), Arthur Reis pôde formular sua tese global, vinculando os destinos do *grande vale* à sorte do império ultramarino ibérico. Então, dois eixos afloraram e passaram a vertebrar o conjunto de sua obra.

Por um lado, o processo colonial passou a ser visto enquanto expansão da cultura europeia pelo mundo e, por outro, os impasses provocados pelo embate do objetivo civilizador em face do “desafio nos trópicos”. Ao término do governo de Lobo D’almeida, considerado por Reis como o maior estadista colonial, aprofundou-se a decadência da região na passagem da Colônia ao Império. Este período seria, então, orientado por uma política despreocupada com o Norte do país, atitude diametralmente oposta à administração portuguesa na fase anterior.

Assim, o autor construiu um enredo empenhado em demonstrar a contradição entre a Amazônia colonial – para ele, exemplo de “esplendor civilizatório” – e o momento em que escrevia e publicava suas obras, no qual se via uma Amazônia “subdesenvolvida” e repleta de incoerências internas. Enfim, um panorama que do ponto de vista econômico, em nada, ou quase nada continuava o “projeto civilizador” da Coroa portuguesa. O acontecimento emblemático, cujo desfecho explicitou os problemas causados pelo advento do Império, seria a Cabanagem.

Este movimento social de base popular, apesar de legítimo, representou para Reis verdadeiro *desastre cívico*, terminando com milhares de mortes e a inevitável desarticulação da economia local. No entendimento de Reis, com a Monarquia rompeu-se os laços do projeto econômico português construído na região, focando-se, então, apenas nos elementos políticos. As preocupações do Império, passariam sistematicamente a deixar o Norte em segundo plano, importando-se mais com o Nordeste e o Centro-sul do país. Mesmo a era da borracha não foi

---

<sup>130</sup> “A Amazônia vem constituindo uma das preocupações nacionais mais agudas. A sua volta anda visível um interesse universal, que resulta de sua existência como espaço gigantesco desabitado e onde pode ser localizado um dos maiores núcleos demográficos, representados pelos excedentes populacionais da atualidade e a constituírem uma das mais sérias e agudas motivações para a inquietação que aflige o mundo. Mais, do fato de ser ela uma das áreas ricas em matérias primas que são também um dos mais sérios campos de preocupação dos povos industrializados”. Mais à frente: “Porque a Amazônia continua a carecer da atividade descobridora dos homens de ciência, dos pesquisadores que informem acerca do que valem seu solo, seu subsolo, suas águas, sua floresta”. REIS, Arthur César Ferreira. Instalação. In: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. (Org.). *Op. Cit.*, 1971, pp. 9-10.

vista por Reis com bons olhos, pois em sua concepção expressava um retrocesso ao extrativismo e a partir de métodos ainda mais predatórios que os anteriores.

Se mesmo no distante século XVII Portugal tentou evitar a primazia extrativista, por que em pleno século XIX voltar-se-ia a ela? Não era acertado, no entendimento do historiador amazonense, deixar de investir em setores mais promissores, como a agricultura, para tornar-se dependente de um produto de base unicamente florestal. Contudo, ele não negou que a atividade tenha legado um pujante crescimento econômico à região, findado, todavia, com a decadência em 1912. Por isso, a proposta do autor concentrou-se em preconizar a modernização das estruturas políticas, econômicas e culturais enquanto finalidade a ser atingida pela industrialização. De modo que com o retorno à valorização econômica, em bases modernas, nasceu o vínculo do autor com o pensamento e a ação da ditadura civil-militar de 1964, na qual Arthur Reis viu a consubstanciação prática de suas convicções teóricas.

Destarte, compreende-se o constructo de um pensamento pautado na longa duração da história amazônica. Tal posicionamento, permitiu a seu articulador comparar o período no qual esteve inserido com a evolução do processo histórico. Este tipo de reflexão também instruiu Reis a formular possibilidades de saída por meio de transformações diversas. Foi justamente isto que acreditamos ter ocorrido durante os primeiros momentos do Golpe, quando Reis analisava a conjuntura política do Brasil e tomava posição frente às alternativas. Sua postura foi, portanto, articulada à lógica da ditadura civil-militar. Influenciado por este projeto, Reis passou também a contribuir para legitimá-lo.

O contexto social vigente na conjuntura política do golpe de 1964 seria também responsável, ainda que de maneira subjacente, pelo acirramento à cobiça internacional da Amazônia. Uma vez que os “homens de cultura” brasileiros não expressavam o “ímpeto” necessário à proteção do patrimônio nacional amazônico. Muito em decorrência deste cenário marcado pelo “aviltamento político”, problemas centrais permaneciam sem o tratamento salutar, pois na concepção arthuriana os impasses para constituir uma nação “verdadeiramente digna” perpetuavam distúrbios históricos que, por conseguinte, impediam o bom funcionamento das instituições.

No caso da região Norte, avultavam os problemas geopolíticos e o maior deles expressava-se sob a forma das “tentativas de internacionalização da Amazônia”. Um dos primeiros exemplos utilizados pelo autor a fim de explicitar a situação foi o caso do Instituto

Internacional da Hileia Amazônica – IIHA.<sup>131</sup> No impasse da resolução deste problema, Reis apresentou a repercussão causada em âmbito nacional. Procurou reconstituir o solo histórico no qual estabeleceu-se a questão, apresentando as motivações que sustentaram a ideia da criação de tal órgão de pesquisas integradas sobre a Amazônia.

É ponto pacífico que o estudo da Amazônia não pode continuar a ser feito na base do trabalho pessoal de um ou outro cientista, mesmo desta ou daquela equipe. Porque, pelos termos de extensão, de importância, de gravidade que oferecem os seus problemas, esse esforço tem de ser realizado dentro de programas a curto e longo prazo, por pessoal caro, que disponha de equipamento, também caro, e cobrindo os seus mais variados aspectos para a compreensão do conjunto. O que se tem conseguido saber, sobre a região por obra e graça dos naturalistas, antropólogos, geógrafos, economistas, pedólogos, geólogos que trabalharam a serviço dos interesses de seus países ou da própria área científica que representavam, não é suficiente ou é muito pouco, impedindo aquela compreensão de conjunto. O trabalho isolado de indagações precisa, portanto, ser encerrado.<sup>132</sup>

Dessa forma, o próprio autor não só reconheceu, mas expressou mesmo a necessidade de fortalecer instituições que buscassem “revelar a Amazônia em suas reais potencialidades”. De início, o “caminho da ciência” possibilitaria a superação das visões fantásticas sobre a região e depois apontaria o horizonte adequado para a superação do subdesenvolvimento. Em suma, por meio da modernização afastar-se-ia eventuais ataques ao patrimônio natural amazônico, promovidos pelas chamadas “nações fortes”. O Instituto da Hileia aparecia, então, como um mecanismo empenhado em suprir as necessidades históricas na área de pesquisa, irradiando-se desde o Brasil para os demais países amazônicos. Na sequência, o autor apontou:

Tendo em vista aqueles resultados favoráveis [...] inspirando-se neles, o Professor Berrendo Carneiro, como ele próprio escreveu, imaginou a criação de um órgão, que seria o Instituto Internacional da Hileia Amazônica. Não era possível que permanecêssemos fies a lição de Euclides da Cunha, isto é, continuando, com relação à Amazônia, “no limiar de um mundo maravilhoso”.<sup>133</sup>

Todavia, apesar das boas intenções do projeto formulado pelo professor Carneiro, apontou Reis, a “expressão internacional ferira-lhe a sensibilidade patriótica. O Instituto [...] estava a serviço não das nações amazônicas, mas de um mundo mais amplo, mundo marcado por cobiça” [...], não era direcionado pela perspectiva “científica”, mas por objetivos econômicos. Para o autor, um dos planos que constituíam o Instituto já denunciava sua força excessiva, que poderia sobrepujar a soberania nacional. Pois, “O Instituto venderia o que desejasse. E entre essas partes da operação de venda poderia estar a base física da região. A

<sup>131</sup> Este órgão, que nunca existiu efetivamente, foi uma proposta de intelectuais e políticos brasileiros, em conjunto com a UNESCO. O projeto visava a articulação de pesquisas integradas, em âmbito nacional e internacional, tendo como foco o estudo interdisciplinar da floresta Amazônica.

<sup>132</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – 5ª Ed, 1982, p. 155.

<sup>133</sup> *Ibid.*, 156.

entrega da Amazônia às nações fortes, que dispunham de populações para ocupa-la sob o patrocínio do Instituto, era passo fácil”.<sup>134</sup> À vista disso, Reis esforçou-se por demonstrar o caráter genuíno de suas preocupações:

As pressões demográficas, as pressões da fome, as pressões do interesse econômico em torno das matérias-primas regionais, podem conduzir a soluções profundamente humilhantes para o Brasil. Os perigos que rondam a Amazônia entram pelos olhos da cara. Não afirmamos sem fundamento.<sup>135</sup>

Passados cinco anos da publicação acima, já decorrido *um ano de governo* sob sua chefia, o então governador fez a seguinte declaração em referência ao episódio da *hileia amazônica*: “a elaboração de uma consciência nacional sobre a Amazônia, [...] necessária como fundamento de qualquer política que pretenda a integração definitiva da região aos quadros dinâmicos do país” faz-se urgente. Porém, a lentidão com que se estava constituindo tal consciência esvaziava o tratamento verdadeiramente nacional dos impasses amazônicos. Ao mesmo tempo que possibilitava, cada vez mais, os “interesses suspeitos sobre o que valíamos e podíamos constituir”. Por isso, Reis continuou demonstrando o mesmo entendimento sobre a questão:

Quando me insurgi contra a tentativa de estabelecimento de uma instituição estrangeira, que procedia ao inventário de nossa realidade como espaço útil ao bem-estar universal, com inteiro alheamento aos nossos títulos de soberania plurissecular e à nossa capacidade de realização científica, estávamos fies à ideia de uma consciência exata, penetrante e objetiva do Brasil sobre a região.<sup>136</sup>

Com isso, apresentou-se “consciente denúncia” sobre os “perigos” de internacionalização da Amazônia ao enfatizar as investidas anteriores, em que outro países tentaram penetrar o território sempre revivendo aspectos da cobiça que, no entanto, foi combatida de forma decisiva pelo que o autor caracterizou como “defesa da nossa soberania plurissecular”. Destarte, apesar dos problemas relacionados ao baixo teor da unidade nacional, episódios como estes teriam a função de reafirmar um sentido ascendente no processo de construção identitária.

A reação, que se constatou por todos os quadrantes da pátria, serviu para evidenciar que já podemos contar com esse estado de espírito cívico de todo o país, o que importa em concluir que a unidade nacional, em que pesem as diversificações e os desequilíbrios regionais, é uma realidade incontestável.<sup>137</sup>

Talvez esta expressão corresponda ao momento mais incisivo quanto ao espírito de proteção da “soberania nacional” vigente no decorrer dos pronunciamentos do então governado

<sup>134</sup> *Ibid.*, 165.

<sup>135</sup> *Ibid.*, 196.

<sup>136</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Um ano de governo*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1965, pp. 15-16.

<sup>137</sup> *Idem*.

Arthur Reis. Nos termos utilizados pelo autor, a “proteção direcionada à Amazônia, traduzindo uma consciência cívica de todos os brasileiros”, seria a correspondência direta do grau de desenvolvimento econômico incidindo sobre a esfera efetiva da política. E assim, não seria exagero lembrar que o fato desta denúncia contra a cobiça internacional da Amazônia ocorrer no exato momento de instauração do regime militar, deixa mais claro para Reis a necessidade de um poder executivo forte. Em outra oportunidade, numa longa, porém esclarecedora passagem, apresentou-se o seguinte:

Houve um momento, desejo recordar porque isso me falou profundamente ao coração pelas repercussões que obteve a minha atitude, em que tive de assumir uma responsabilidade, inédita em nossa terra, perante o Brasil. Foi quando me opus, como simples cidadão e como governante, acobertado pela expressão unânime dos legisladores amazonenses – e aqui lhes deixo meu agradecimento, e de toda a coletividade de nossa terra, a uma perigosa iniciativa estrangeira, visando à implantação, na Amazônia brasileira, de instituições científicas, com técnicos e pesquisadores estrangeiros, programa próprio, comando vindo de fora e disponibilidade de capital e de instrumental que não eram nossos. A aventura era ousada, e partia do pressuposto de que não tínhamos capacidade para inventariar o que era nossa Amazônia, uma vez que se decidira, lá fora, desconhecer a existência de nossas instituições científicas, de nossos pesquisadores, de nossos cientistas e da tradição que possuímos e podíamos oferecer ao exame mais rigoroso dos maiores nomes da ciência universal. A reação que se operou em todo o País, numa admirável manifestação, que refletia a existência de uma consciência brasileira nítida e objetiva, serviu para que a ousadia fosse impedida de realizar-se. Não sou xenófobo, mas não admito que se despreze nossa experiência e a nossa inteligência pragmática. Quinze (15) Assembleias Legislativas expressaram aplauso à minha conduta, dezenas de organizações particulares, Câmaras Municipais e Entidades Universitárias e quase toda a imprensa brasileira, foram eloquentes desse estado de consciência nacional. Em São Paulo, perante a Assembleia Legislativa, tive ocasião de expor a verdade, sob aplausos dos deputados paulistas. Perante a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, na Câmara Federal, fiz também o depoimento necessário, ouvido da mesma maneira compreensiva.<sup>138</sup>

Vemos assim, as qualidades que Reis conferiu a seu pensamento e a sua práxis. Não sendo nosso objetivo deslindar cada um dos problemas da perspectiva do autor – problemas, em grande medida decorrentes de sua extração ideológica – cabe notar o alcance de suas ideias no conjunto da sociedade, uma vez que a explicação do autor para a cobiça internacional passou a fazer parte da explicação comumente adotada pelos mais diferentes personagens sociais, sendo apropriado pela opinião pública mesmo. Sob esse ponto de vista, fez-se necessário entender o modo como o historiador amazonense considerou a “internacionalização da Amazônia”, pois encaminhou a questão apoiando-se quase que estritamente em parâmetros *geopolíticos*, que carregaram quase sempre pressupostos arbitrários.

---

<sup>138</sup> REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *Como governei o Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967, p. 222.



Ora, as ofensivas do autor foram direcionadas, conforme vimos, às situações que caso ocorressem se dariam em condições excepcionais, como por exemplo, uma “invasão” ao território amazônico devido à “fome” ou à “guerra”.<sup>139</sup> Todavia, no momento em que Reis formulou suas principais teses acerca da “cobiça internacional da Amazônia”, o grande capital operava violento processo de expansão naquela área, amplamente apoiado pelo aparato estatal brasileiro. Nesse sentido, foi a grande empresa capitalista que, em larga medida, se encarregou de implementar o chamado “modelo de economia aberta”, na Amazônia:

A criação e a presença dessas empresas representam mudanças consideráveis, no que diz respeito à estrutura capitalista e à formação econômica regional. Nesse sentido, é possível a *internacionalização da Amazônia ao mundo capitalista*, que evolui no que tange à produção de carne, à de grãos, à produção de minérios e à fabricação de produtos derivados da floresta, produtos estes que fazem parte da estratégia de *mundialização da região*, produzir para servir ao mercado *internacional*.<sup>140</sup>

Assim, a internacionalização da Amazônia ficou a cargo do capital e foi implementada de maneira profunda sob a ditadura civil-militar de 1964, a qual Reis apoiou de forma categórica. Não se praticou tal operação por meio do “aviltamento da soberania nacional”, mas com sua anuência. Não era e não é necessário, pois, que as “nações fortes” tomem de assalto e explicitamente parcelas do território brasileiro, a grande empresa o fez de modo mais “sutil”, em termos diplomáticos, porém de forma brutal da ótica do trabalhador e do indígena, por exemplo. No que diz respeito, por fim, ao modo como o capital estrangeiro subverteu a lógica da economia nacional e, por incrível que pareça, sob a forma da lei, temos o seguinte:

Outro aspecto de relevância econômica refere-se à faculdade de poder registrar em moeda estrangeira os lucros obtidos pelas empresas, no Brasil. Transformam-se, desse modo, cruzeiros em dólares e aumenta-se, com moeda nacional, o capital estrangeiro das empresas. Desse modo, a base econômica real das empresas deixa de ser, depois de um tempo, a divisa estrangeira efetivamente ingressada no país, mas recursos originados no país que se convertem – mercê da lei – em moeda estrangeira.<sup>141</sup>

Além disso, um exemplo claro de que todo o alarde quanto à internacionalização da Amazônia, feito por autores da estirpe de Arthur Reis, não passou de discursos pretensamente nacionalistas é que o capital alienígena se converteu, sobretudo durante a ditadura, numa das principais bases do latifúndio. Ao criticar a legislação sobre este assunto, aponta Plínio

---

<sup>139</sup> “Falava-se já em uma *internacionalização da Amazônia* ou na sua partilha por várias *nações fortes*. Altos interesses da Humanidade, que sofria fome e precisava de espaço para ocupar, ditariam essa política, que consideraria as fronteiras sem mais razão de ser, pois eram utopias do passado. A realidade presente impunha uma inteligência mais liberal ou mais de acordo com os tempos novos que viviam. Ora, a Amazônia poderia ser o grande campo a ser ocupado para a solução daqueles problemas realmente angustiantes”. REIS, Arthur César Ferreira. *Op. Cit.*, 1982, p. 159.

<sup>140</sup> PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 42-43. Grifos nossos.

<sup>141</sup> SAMPAIO, Plínio. *Capital estrangeiro e agricultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 127.

Sampaio: “As restrições, contudo, apesar de seu aparente rigor, não impedem que essas empresas instalem explorações agrícolas de grandes dimensões no país, chegando a controlar mais de 30% da área ocupada com imóveis rurais do Estado do Pará”.<sup>142</sup>

Após o período *castelista*, de forma mais acentuada, encontram-se numerosos indícios de que a ditadura civil-militar procedeu na Amazônia de forma entreguista no que tange, sobretudo, às riquezas naturais da região. Conforme apresentou Osny Pereira, ao levantar-se contra um dos maiores projetos da Ditadura, apreciamos o seguinte:

Por motivos de ordem nacional, desejamos ver o Projeto da Transamazônica repudiado, mas completado pelas medidas de anulação das vendas ilícitas de terras e dos projetos neocolonialistas de mineração, [...] despido, por outro lado, dos programas demagógicos de colonização inexecutáveis e incapazes de alterar o drama agrário brasileiro.<sup>143</sup>

Depois de citar importantes passagens de discursos pronunciados pelo general-presidente Castelo Branco, o autor estabeleceu ainda uma crítica ao governo e expôs a incompatibilidade entre o que aparecia nos discursos, quanto à temas como a soberania nacional e o que se fazia na prática. Desta forma, estabeleceu: “É preciso que termine a prática de colocar nas mãos do Presidente da República, dados para palavras patrióticas e, no silêncio dos gabinetes, atenderem a todas as solicitações da advocacia administrativa das empresas estrangeiras” [...].<sup>144</sup>

Neste particular, percebeu-se que um dos pontos centrais de diferenciação entre o pensamento arthuriano e as perspectivas do governo ditatorial foi o comprometimento no discurso e na prática daquele, com o ideal de autonomia nacional e desenvolvimento independente frente às potências internacionais. Por meio de suas pesquisas historiográficas, Reis sempre buscou apreender, discutir e realizar a denúncia de uma série de questões que em síntese estiveram ligadas à *cobiça internacional da Amazônia*. Este foi, provavelmente, o âmago das problematizações que procurou articular a partir dos anos 1960. Com esta obra o autor ganhou visibilidade nacional, fato que se deu muito em decorrência da originalidade do tema, bem como devido à forma de abordagem. Todavia, no conjunto de seus escritos a cobiça da Amazônia sempre esteve presente.

As análises feitas por Reis em face dos problemas relativos ao desenvolvimento da Amazônia, apresentaram, incessantemente, a conclusão de que os impasses históricos que acometiam a Região seriam, em síntese, fruto da má administração e portanto, podiam ser

---

<sup>142</sup> *Ibid.*, p. 128.

<sup>143</sup> PEREIRA, Osny Duarte. *A transamazônica: prós e contras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 313.

<sup>144</sup> *Ibidem.*, p. 313.

resolvidos simplesmente através de formas “racionais de planejamento”. Desse modo, sua compreensão sobre a modernização, sustentou-se sobre questões que entendemos serem problemáticas. O autor não relacionou o passado colonial, as gritantes desigualdades regionais, e a constância da subordinação do país às potências mundiais, como causadoras da *miséria amazônica*, fato que constituiu certa limitação ideológica. Cabe ainda lembrar que Reis apoiou amplamente a construção da transamazônica e isto, por si, representou não apenas o alinhamento à proposta de “desenvolvimento” a qualquer custo da ditadura civil-militar, mas também a impossibilidade de reconhecer “erros estratégicos” dentro da própria lógica adotada.

A perspectiva de “desenvolvimento e integração nacional” pôs e repôs uma série de argumentos e de práticas que, em tese, iriam proporcionar um “progresso” nunca visto no interior da Amazônia. Todavia, ao analisar a propaganda, da qual lançou mão o governo, no intuito de atrair contingentes de outras áreas do país para a Amazônia, observou-se um claro desvio entre a propositura do discurso e o que realmente ocorreu. Em grande medida as pretensões alimentadas por Arthur Reis, com base em sua análise histórica a partir do período colonial amazônico e imbricadas a sua própria temporalidade, isto é, à segunda metade do século XX, não foram muito além de reminiscências marcadamente pessoais.

Desse modo, pareceu-nos que as aspirações do autor foram muito mais produto de sua “fantasia organizada” do que expressão fiel da realidade. No entanto, este entendimento não basta para explicar o papel do historiador amazonense enquanto *ideólogo do regime* instituído em abril de 1964 no Brasil, pois, não obstante serem historicamente determinadas e politicamente insuficiente, as ideias de Reis cumpriram *funções sociais* naquele momento. Destarte, vale questionarmos: quais as contradições entre as perspectivas de desenvolvimento da Amazônia expressas no pensamento arthuriano e a “modernização” concretizada pela ditadura civil-militar? E mais: como as ideias do autor foram apropriadas pelo regime ditatorial?

## 2 MEIRA MATTOS E A GEOPOLÍTICA: ARTICULAÇÃO DO PROJETO DITATORIAL

### 2.1 Meira Mattos e o Golpe

O general Carlos de Meira Mattos fez parte de uma geração de militares constituída sob o afã de pensar a *questão geopolítica* conferindo-lhe status de ciência nacional. Este fato contribuiu para que sua produção teórica, iniciada no final dos anos 1950, se voltasse a pensar questões que depois se tornaram caras ao regime ditatorial instituído em abril de 1964. O autor direcionou-se sob uma compreensão pragmática acerca da teoria e da intervenção política.<sup>145</sup> Enquanto militar, envolveu-se decisivamente nos debates “ditados” pelo clima da Guerra Fria, o qual dava a tônica das relações internacionais à época. Já no âmbito do próprio Brasil, preocupou-se sobremaneira com a questão da “potência nacional” e da luta ideológica anticomunista.<sup>146</sup>

Em grande medida devido a sua afinidade com estes fatores, Mattos foi levado a operar junto aos movimentos de conspiração para o Golpe. O autor compreendia as Forças Armadas

---

<sup>145</sup> “Política é realismo, já disseram Bismarck, De Gaulle e o prof. Morgenthau, entre muitos outros. O idealismo político é uma virtude maiúscula; para o estadista responsável pela condução dos interesses do Estado, nem sempre é uma posição possível. Entre o puro idealismo de Chamberlain e o firme realismo de Churchill, ninguém pode ter dúvidas sobre quem salvou os valores da civilização ocidental, e quem os colocou à beira do desastre.” MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica v. I*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 202. Algumas páginas à frente: “O poder nacional, essencialmente político, é a soma dos recursos materiais e dos valores psicológicos de que dispõe o Estado, tendo em vista os objetivos que pretende alcançar ou preservar. É exercido através do Estado, por meio de um governo, com a incumbência de, na ordem interna, assegurar o bem-estar a todos os seus habitantes e o progresso do país, e, na ordem externa, defender os interesses da nação que representa, no jogo dos interesses internacionais em competição ou em conflito”. *Idem.*, p. 227. Meira Mattos publicou estas palavras pela primeira vez em 1970, em um artigo denominado *Brasil: geopolítica e destino*. Cerca de quatro anos antes, o embaixador estadunidense Averell Harriman expressava o seguinte: “Meu governo faz questão de afirmar que o mais grave perigo hoje existente na América Latina provém do comunismo internacional. Os comunistas estão organizando o que eles chamam de guerras de libertação e, embora em certas regiões os adeptos de Moscou se oponham aos de Pequim, na América Latina sua estratégia coincide. Devemos, portanto, também opor uma estratégia de intervenção. A não intervenção, aqui como lá, é um artifício, um suicídio. Lembrem-se o que ocorreu na Europa e mesmo conosco antes de Hitler? Não devemos abrir o guarda-chuva da neutralidade de Niville Chamberlain. Hitler serviu-se da neutralidade para tomar conta de metade da Europa. Os comunistas se utilizam da não-intervenção... para intervir à vontade”. ALVES, Hermano. Tempos anormais. In: *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 2, 1965, pp. 263-264.

<sup>146</sup> Parte significativa do “clima de guerra permanente” típico dos anos correspondentes às primeiras publicações de Meira Mattos e concomitantemente a sua intervenção política, foi descrito, naquele mesmo contexto, da seguinte forma: “Embora a imprensa do Continente dedicasse um espaço cada vez maior à Aliança para o Progresso, a verdade é que, com Kennedy, os *oficiais latino-americanos* começaram a ser preparados, em diversas escolas norte-americanas, não para o desempenho das tarefas militares do tipo tradicional, mas para a luta contra as ‘agressões internas’ – ou seja: contra todos os movimentos de caráter insurrecional que prejudiquem, desta ou daquela forma, os interesses norte-americanos, fossem eles governamentais ou particulares”. ALVES, Hermano. Força interamericana permanente de paz: o braço armado do império. In: *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 2, 1965, p. 138. Grifos nossos.

enquanto instituição responsável por *tutelar* o Estado a fim de impedir qualquer “atentado à ordem constituída”. Antes de participar, entretanto, dos processos de desestabilização do governo João Goulart, o general havia estreitado laços com ideias pró-Estados Unidos, iniciadas ainda durante a Segunda Guerra Mundial. Da Escola Superior de Guerra – ESG, Mattos recebeu a base teórica sobre a qual firmou sua consciência política, bem como estabeleceu os fundamentos das ideias que passou a desenvolver no terreno específico da divisão geográfica internacional.

Uma vez instaurada a ditadura, Mattos não apresentou pudores em exercer mesmo tarefas truculentas ligadas à “necessidade” de consolidação do regime. Aliás, traço característico de seu estilo foi ter se mostrado hábil enquanto homem de ação, ao mesmo tempo em que se dedicava à elaboração teórica. Assim, atuou como representante do novo governo, em sua face efetivamente militarizada, já a partir dos primeiros movimentos no sentido de impor a nova (des)ordem política. Tal postura foi observada, por exemplo, na narrativa dos “primeiros passos” adotados quando do impasse na sucessão governamental:

[...] tropas federais foram movimentadas na direção de Goiânia. E assim, quase que em seguida à concessão do *habeas-corpus*, o governador Mauro Borges entregava o governo de Goiás ao interventor Meira Mattos. Consumado o plano, tratou-se de obter sua coonestação pelo Congresso, devidamente coagido com a argumentação de que havia mais uns dez Estados passíveis de sofrer operação análoga. No início de 1965 o coronel Meira Mattos dava por concluída sua tarefa, depois de “reordenar” a política no Estado de Goiás.<sup>147</sup>

De forma similar, em descrição feita pelo deputado Ronaldo Costa Couto a respeito do protagonismo exercido pelo então coronel Meira Mattos na “dissuasão” de um emblemático “protesto”, na verdade, em face da resistência oferecida pelo Congresso Nacional contra a ditadura civil-militar, em 1966, apresentou-se o seguinte:

Brasília, madrugada de 20 de outubro de 1966, final do governo Castelo Branco. Tropas do Exército fecham o Eixo Monumental na altura da rodoviária e avançam rumo ao Congresso. Rastejam, dão pequenas corridas pelo gramado, escondem-se atrás de postes. Apoiam metralhadoras no chão e fazem pontaria. Há grande movimento de tanques e de caminhões. Oito dias antes, o presidente da Câmara, Adauto Lúcio Cardoso, amigo e correligionário do presidente Castelo Branco, resolvera desafiá-lo, por considerar ilegítima a cassação recente de seis mandatos de deputado federal. Continuou a tratar os cassados como parlamentares, inclusive concedendo-lhes a palavra.

No Congresso, luz e água cortados, o ataque já era esperado. E ninguém tinha a mais remota ideia de resistência armada. Mas, lá fora, o coronel Meira Mattos comanda operação de guerra. Está metido num uniforme de campanha. Usa capacete, cinto de balas e pistola embalada. Cercado de soldados, invade em corrida acelerada o saguão principal. Então vê, de pé no primeiro degrau da escada, que dá acesso ao segundo

---

<sup>147</sup> BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da Ditadura*. 2ª Ed São Paulo: Perspectiva, 1994, pp. 37-38.

andar e ao plenário, o deputado Adauto Lúcio Cardoso. Os dois há muito se conheciam. Mas ele ouviu: “Alto! Quem é você”? Meira Mattos toma posição de sentido: “Eu sou o poder militar”. E ouviu: “Pois eu sou o poder civil. Cumpra sua missão, mas saiba que a História o condenará”.<sup>148</sup>

Em algumas outras passagens, escritas por distintos autores com o objetivo de esclarecer os acontecimentos relacionados ao golpe de 1964 e à ditadura que o seguiu, Mattos foi compreendido enquanto um personagem despótico, sempre imbuído de tarefas embaraçosas, frente às quais impôs, todavia, ação resoluta direcionada à defesa da “revolução”. A atitude do general paulista foi semelhante a de muitos homens, militares ou não – como o caso já apresentado de Arthur Reis –, que se orientaram mediante o viés golpista, pelo menos desde a renúncia do então presidente Jânio Quadros. Ao ser questionado, em entrevista concedida à TV Câmara, sobre o contexto pré-64, apreciamos o seguinte diálogo entre os entrevistadores e Meira Mattos:

A partir de que momento o senhor participou da conspiração?

– Eu participei da conspiração a partir do momento da renúncia do Jânio. Porque o grande divisor se deu na hora da renúncia do Jânio. Foi com a renúncia do Jânio que apareceu a ala da legalidade, que se dizia da legalidade. E o Brizola era o líder dessa ala, compreendeu? Mas essa ala se espalhou e toda a esquerda brasileira se aliou à ela, compreendeu? E se instalou no Governo João Goulart. O João Goulart, politicamente, havia duas pessoas que o conduziam: um era o Brizola e o outro era o General Assis Brasil – todos de esquerda, tá? E o sonho deles era transformar o Brasil numa república sindicalista. E eles, no governo, promoveram atos sucessivos.<sup>149</sup>

O estabelecimento do plano teórico enquanto suporte ideológico e também como forma de intervenção política, foi um traço constante no decorrer da obra de Meira Mattos. Seu entendimento do contexto pré-64, entretanto, não diferiu dos aspectos gerais, cuja estrutura compareceu, sobretudo, na visão do alto comando da “revolução”. Tal compreensão, consistia em explicar a necessidade, assim como justificar a profundidade da violência que irrompia quase exponencialmente, consagrada à tarefa de fixar o Golpe.<sup>150</sup> Devido ao sentido próprio da

<sup>148</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Parlamento e a história recente do país* (Ronaldo Costa Couto). Brasília: Câmara dos Deputados. 2006. Grifos nossos.

<sup>149</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Entrevista com o General Carlos de Meira Mattos*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003, p. 4.

<sup>150</sup> “O corte de 1964 mudaria de vez a lógica da exceção, tanto no hemisfério da ordem política quanto no dos ilegalismos do povo miúdo e descartável. O Golpe avançara o derradeiro sinal com a entrada em cena de uma nova ‘fúria’ – para nos atermos ao mais espantoso de tudo, embora não se possa graduar a escala do horror: a entrada em cena do ‘poder desaparecedor’, [...]. Depois de mandar prender, mandar desaparecer como política de Estado, e tudo que isso exigia: esquadrões, casas e voos da morte. Essa nova figura – o desaparecimento forçado de pessoas – desnorteou os primeiros observadores”. ARANTES, Paulo Eduardo. 1964. In: *Idem. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 283. E mais à frente, complementando a questão: “É bom insistir: foi justamente a capacidade política de organização daquelas ‘pessoas comuns’ o alvo primordial do arrastão aterrorizante que recobriu o país a partir de 1964”. *Ibid.*, p. 294.

vida castrense, Mattos deu início a sua atividade política por meio da intervenção prática, sob a voz de comando da hierarquia militar. Apenas depois de constituído como militar maduro é que passou a contribuir na condição de intelectual.

Isso foi mediado, como facilmente se deduz, devido a vinculação a um posicionamento político de direita. É necessário notar, porém, que apesar da hegemonia no comando militar brasileiro ter sido quase sempre exercida por setores desta agremiação política, houve também constante resistência de uma ala progressista, constituída, inclusive, por soldados adeptos do comunismo. No entanto, uma das questões centrais para o enfraquecimento das disputas foi determinada pelo contexto internacional capitaneado por uma esmagadora presença ianque.<sup>151</sup> Por outro lado, em que pese a inegável ação imperialista, os militares progressistas tiveram que enfrentar também os erros cometidos pelo próprio movimento militar nacionalista que, mesmo conquistando vitórias em 1955 e 1961, seguia amargando constantes derrotas, sendo a maior delas, 1964. Sobre o clima de “bipolarização do mundo” e o peso daquele cenário para o Brasil, em sua implicação no ideário, bem como na ação política militar de esquerda, Paulo da Cunha nos brindou com uma análise do caso exemplar representado por Nelson Werneck Sodré:

No plano internacional, muito já foi sinalizado sobre o significado combustor da guerra fria, que, associada às sucessivas crises internacionais em curso, trazia ao autor e seus camaradas a nítida sensação de que a próxima guerra mundial era uma questão de tempo e, muitas vezes, de dias. O embate enunciado entre as civilizações cristã e ocidental X comunistas justificava, para muitos militares, a influência americana e a dependência nacional, ainda que, para Sodré, o imperialismo fosse a maior ameaça à paz, refletindo-se, no plano interno brasileiro, na submissão, no atraso e no servilismo [...]. Após discorrer sobre o caráter do governo Dutra, as sucessivas companhias em defesa do petróleo e da Amazônia, que eram um fator de atrito com o imperialismo americano, o historiador chama a atenção para os seus aliados internos, como também para as forças que deveriam ser antepostas à resistência.<sup>152</sup>

O caminho percorrido pelo general Carlos de Meira Mattos representou o contraponto exato dos compromissos políticos assumidos pelo também militar, Werneck Sodré. O primeiro esteve ligado justamente às forças pró-imperialistas, lutando ao da “civilização cristã” contra o que entendia ser o “comunismo ateu”. Desse modo, a concepção teórica na qual ele sustentou a conspiração e o Golpe, deitou raízes nas formulações previamente arquitetadas por

---

<sup>151</sup> “A Segunda Guerra Mundial, como continuação, pelas armas, da concorrência entre as potências capitalistas, submeteu as nações mais fracas à hegemonia dos Estados Unidos. Ocorreu, internacionalmente, o fenômeno da concentração e centralização da riqueza, o processo pelo qual a liberdade de competição, principal mola do progresso capitalista, engendrou o sistema de monopólios [...]. O Brasil, como um país capitalista em desenvolvimento, sentiu todo o impacto da influência americana. A penetração econômica e militar atingiu a suoeestrutura da sociedade, modificou hábitos e costumes, padrões de comportamento, consciência e linguagem”. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 429.

<sup>152</sup> CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Doutorado em História. UNICAMP, Campinas, 2001, pp. 319-320.

instituições como a Escola Superior de Guerra – ESG. Também nesse particular, Mattos ajudou a compor o quadro geral dos agentes militares que, após estreitarem laços com soldados norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial, passaram a pregar a *doutrina da interdependência*, especialmente entre Brasil e Estados Unidos.

Igualmente, a influência do Itamarati concorreu para o ajuste da política externa brasileira que passaria, então, sob os auspícios de homens como Vasco Leitão da Cunha, a pregar a subordinação brasileira à diplomacia ianque.<sup>153</sup> Esta seria a forma cada vez mais decantada de explicar a posição ideal a ser ocupada pelo governo brasileiro frente à grande divisão geopolítica internacional. Alterava-se, por conta disso, os conceitos de guerra e paz predominantes até aquele momento, a fim de se implementar uma ação política que desse vazão às novas exigências da luta ideológica.<sup>154</sup>

O quadro conjuntural resultante da Guerra Fria teve pelo menos duas implicações iniciais para o contexto histórico da ditadura civil-militar de 1964. Implicações que tratamos de demonstrar por meio do “resgate” da atuação política e da concepção teórica formuladas pelo general Carlos de Meira Mattos. Como se pode notar, o primeiro resultado guardou relação com a ordem internacional e consistiu em determinar qual posição *geoestratégica* o Brasil deveria assumir perante o conflito entre Estados Unidos e União Soviética. E, no plano nacional, engendrava-se o clima político decorrente do primeiro aspecto, criando, dessa forma, as bases para a chamada luta contra o *inimigo interno*.

Como atitude típica desse contexto, o comportamento político do então coronel Meira Mattos ofereceu-nos elementos para percebê-lo enquanto expressão privilegiada, por um lado, da truculência interna através da qual a ditadura se fazia sentir ao reprimir os focos de resistência. E, por outro lado, a política externa alinhada aos interesses dos Estados Unidos, contra os próprias aspirações dos povos latino-americanos:

---

<sup>153</sup> Ver: SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Global, 1981.

<sup>154</sup> Em capítulo intitulado “Poder político e poder militar”, Nelson Werneck apontou: “É evidente que a organização militar apresenta determinadas formas e exerce determinadas funções políticas nas nações ditas desenvolvidas, e outras nas nações qualificadas como subdesenvolvidas. Nas primeiras, as forças armadas conservam ainda muito de sua função tradicional e externa, isto é, de preservações dos interesses externos do Estado, voltadas preponderantemente, portanto, para o cenário internacional. Nas segundas, elas abandonaram já a função tradicional e externa, voltando-se, de maneira quase sempre absoluta, para funções internas [...]. Entre as duas missões gerais da organização militar – defesa da nação no exterior e manutenção da ordem interior – havia absoluta preponderância da externa, no pós-guerra de 1919; essa preponderância já não era absoluta, no pós-guerra de 1945. [...] as veleidades de guerras externas tendem a desaparecer e as forças armadas destinam-se, cada vez mais, a manter a ordem interna, isto é, a assegurar a permanência do regime”. SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil*. 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984, p. 15.



O Coronel-de-Infantaria Carlos de Meira Mattos, Comandante do Batalhão de Guarda Presidencial, a tropa de choque e de elite de Brasília. É o mesmo coronel que fora a São Domingos com tropas brasileiras para permitir que os dominicanos votassem livremente. O mesmo que deixara o Brasil para defender a democracia. E é o mesmo que desembarca na porta do Congresso Nacional com extremada violência.<sup>155</sup>

No protagonismo do soldado, forjava-se a consubstanciação do poder que, tomado de assalto da democracia representativa civil, após o golpe de Estado, já não podia mais fazer frente às prerrogativas do domínio militar.<sup>156</sup> No entanto, a esta realidade, fez-se necessário ainda vincular o novo posicionamento adotado pelas Forças Armadas e seus setores de inteligência, os quais encontravam-se articulados em função do estatuto doutrinário estipulado pela ESG. O papel de Meira Mattos foi, desse modo, orientado pela nova concepção institucionalizada na doutrina de Segurança Nacional,<sup>157</sup> cuja razão de ser deixava de lado o objetivo secular voltado à defesa da pátria, contra um possível inimigo externo, para concentrar-se quase que exclusivamente na obsessiva perseguição ao inimigo interno.

No processo de instauração da ditadura, esses “princípios doutrinários” passaram a orientar a postura diplomática do Brasil no interior da América Latina. Em decorrência da nossa dimensão geopolítica, os Estados Unidos trataram de encaminhar – juntamente com os militares no poder – a intervenção diplomática ou bélica nos países tidos como “em crise institucional”. O primeiro caso foi a invasão de São Domingos pela Força Interamericana de Paz. Sobre sua relação com o processo de estabelecimento da ditadura, bem como com o episódio específico de “pacificação” na América Central, Mattos lembrou o seguinte:

Então, houve a revolução. Em virtude da revolução, o Presidente Castelo me convidou para vice-chefe do Gabinete Militar. Eu era coronel. Então, eu servi no Gabinete Militar até que houve a crise da República Dominicana. Na Crise da República Dominicana, veio um apelo da Organização dos Estados Americanos para que o Brasil

<sup>155</sup> NETO, Casimiro. Quinta República. In: *Idem. A construção da democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados*. Brasília: Biblioteca da Câmara, 2003, p. 503.

<sup>156</sup> “Aberto o dissídio entre o poder militar e o civil representado no Congresso, o governo baixava no dia 20 de outubro o Ato Complementar n. 23 pelo qual era decretado, nos termos do art. 31 do AI-2, o recesso parlamentar até o dia 22 de novembro de 1966. Simultaneamente era promovida uma operação bélica, com tropas chefiadas pelo coronel Meira Mattos (que já atuara em Goiás) ocupando o Congresso”. BEIGUELMAN, Paula. *Op. Cit.*, 1994, pp. 72-73.

<sup>157</sup> “A ideologia da segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente. Devemos analisar em sua globalidade a Doutrina de Segurança Nacional, tal como ministrada na ESG e em outros estabelecimento militares. Em sua variante teórica brasileira a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e em um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado. Todavia, a Doutrina de Segurança Nacional efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos ‘inimigos internos’ e da ‘guerra psicológica’”. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Bauru – SP: Edusc, 2005, p. 31.

integrasse uma força internacional para uma intervenção coletiva. Então, o Castelo me mandou para lá para ver como estava aquilo, para opinar, antes dele tomar uma decisão. Eu fui, opinei e fiquei comandando a força. O Brasil mandou um contingente. Os americanos aceitaram que o comando geral da força fosse brasileiro. Aí tivemos de mandar um general de 4 estrelas para lá, que comandou inclusive os americanos, o general Panasco Alvim. E foi organizada uma brigada com todos os latinos que estavam lá, chamada Brigada Latino-Americana, e eu assumi o comando.<sup>158</sup>

Nos anos imediatamente anteriores ao golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, Meira Mattos havia exercido funções como adido militar na Bolívia. Ele escolhera este país devido ao interesse que despertara pela Revolução de 1952, cuja importância lhe causava enorme impressão uma vez que apresentava afinidade direta com os problemas da doutrina de Segurança Nacional, além de significar oportunidade privilegiada (uma espécie de laboratório) para observar e talvez contribuir com a neutralização do “inimigo interno” naquele país. Por dois anos Mattos esteve inteiramente imerso à função de observador e participante da política boliviana, constituindo, dessa forma, experiência fundamental que influenciaria na preferência do general-presidente Castelo Branco em enviá-lo, no ano de 1965, à República Dominicana.

Nesse contexto, havia a necessidade de intervir em várias frentes, nas quais a ação era quase sempre direcionada a salvaguardar o caráter “revolucionário” do Golpe, isto é, utilizava-se de todos os meios possíveis com a finalidade de instituir a contrarrevolução. No entanto, este processo figurou no pensamento da elite civil-militar enquanto corolário de uma revolução autêntica, cujas raízes provinham não dos setores dominantes, mas dos anseios do próprio povo que, segundo eles, “exigia” a intervenção militar nas ruas.<sup>159</sup> Além disso, o golpe e a ditadura serviriam a um propósito maior: conter o crescente ânimo da “esquerda” em ascensão e prestes a atingir seu intento de “implantação do comunismo” no Brasil.

Em âmbito precisamente militar, a longa tradição golpista brasileira havia sido crucial, ao preparar o terreno político-ideológico propício à ação armada, que culminou no violento 1964. O alto escalão das Forças Armadas, a um só tempo, alinhado aos Estados Unidos e subordinado às exigências da burguesia brasileira, opunha-se ferrenhamente às medidas populares do governo Goulart, ao mesmo tempo que concebia a conspiração generalizada como atitude positiva, até mesmo patriótica, de oposição. A tomada do poder, assim como a instalação

---

<sup>158</sup> BRASIL. *Op. Cit.*, 2003, p. 5.

<sup>159</sup> Em entrevista, Mattos determinou que o advento da “revolução de 64” se deu: “Porque o povo estava nas ruas pedindo a revolução, não sei se você sabe. Não sei se você assistiu ao comício de São Paulo, ao comício do Rio. O povo estava nas ruas pedindo a revolução. Você pode até dizer que o Exército fez a revolução atendendo a um apelo popular veemente”. BRASIL. *Op. Cit.*, 2003, p. 6.

do regime ditatorial pela força, colocava em cheque a *democracia representativa*; em seu lugar, passaria a vigor o *estado de exceção*.<sup>160</sup>

Contudo, rejeitando essa leitura, conforme já discutimos, personagens como Arthur Reis entenderam que a única forma de enfrentamento dos problemas amazônicos considerada plausível – de acordo com as medidas organizadas pelo menos desde 1950 e acirradas no decorrer dos anos 60 – consistia em integrar a região, que seria finalmente envolvida na esteira do processo modernizador desencadeado pela “revolução”, isto é, através de uma política comandada pela ditadura civil-militar.<sup>161</sup> Meira Mattos também apontou, insistentemente, para a ideia de que só a “revolução militarista” encaminharia o Brasil a seu destino de grande potência. Nessa lógica, o contexto daqueles efervescentes anos da vida política brasileira, centrado no período pré-64, foi traduzido por uma chave salvacionista.<sup>162</sup> Ao apresenta-lo, Mattos registrou o seguinte:

Castelo Branco, em 1964, ao receber, *surpreso*, o governo da Revolução, que mais parecia uma “massa falida”, arrasada por *três anos de demagogia e de irresponsabilidade administrativa*, pôde sentir uma realidade pulsar sob o sufocamento daquela crise – era a de um Brasil com vontade de crescer, com impulso para os grandes desafios, orgulhoso de realizações recentes (a construção de Brasília, a implantação da indústria automobilística, a construção de grandes hidrelétricas, o impulso geral de industrialização), em que fora porta à prova a vontade nacional. Soube Castelo Branco reunir os valores morais, psicológicos, que, para sorte nossa,

---

<sup>160</sup> “Após a Segunda Guerra Mundial, os golpes militares, no Brasil, apresentam curiosa alternância (e aqui são incluídos os pronunciamentos que não chegaram à fase de luta armada e conquista do poder): em 1945, Vargas é deposto, quando orientava a redemocratização do país, acusado de pender para a solução ‘subversiva’; em 1951, retorna ao poder, garantido pelos militares, em consequência de sua consagração nas urnas; em 1954, é deposto e levado ao suicídio, ao inclinar-se em uma posição nacionalista; em 1955, entretanto, Kubitschek, apoiado em forças políticas antes organizadas por Vargas, tem a posse assegurada pelos militares; em 1961, com a renúncia do presidente Quadros, a tentativa de golpe militar aborta por força de resistência da própria força militar. Existe, assim, uma alternância, na sequência dos golpes e pronunciamentos militares: ora eles se definem em defesa de soluções democráticas, ora contra a democracia; têm um sentido em 1951, em 1955, em 1961 e têm sentido oposto em 1945, em 1954, em 1964. Entre 1945 e 1965, menos de vinte anos, os militares no Brasil, depuseram quatro vezes os presidentes”. SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. Cit.*, 1984, p. 27.

<sup>161</sup> Mattos descreveu as primeiras ações do regime em solo amazônico, nos seguinte termos: “Mil novecentos e sessenta e quatro é o advento da revolução. O Presidente Castelo Branco marcou indelevelmente sua presença na região pela projeção da política amazônica que inaugurou. De sua iniciativa e com o apoio do congresso, reformulou sua estratégia para o desenvolvimento amazônico e reestruturou os órgãos destinados à sua consecução. Montou a nova estratégia amazônica” [...]. MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 97.

<sup>162</sup> “A usurpação do espaço político da cidadania pelas Forças Armadas tem sido justificado como missão *salvacionista*, da qual o militar está imbuído. Temos assim um *ethos* heroico/despojado para os papéis empenhados até agora. Na realidade, o arcabouço ideológico-normativo que informa a pretensa missão salvacionista dos militares e que se expressa na factualidade do golpe de Estado pretende repousar no texto constitucional vigente, que deixa brechas para o princípio intervencionista. Há uma auto-investidura exclusivista do patriotismo, da ‘certeza moral’ enfim, da autossuficiência ética a respeito de suas próprias ações – assim como um profundo desprezo pela capacidade popular de definir os seus caminhos – e que faz com que a intervenção seja considerada não como um ato de preocupação descabido ou como aberração política, mas como um ‘imperativo categórico’”. DREIFUSS, René Armand. *Sociedade política armada ou força armada societária? In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org.). As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, pp. 114-115.

poderiam ter sido atingidos, mas que estavam apenas dispersos, *abalados pelos três anos de insânia que em 1961, 1962, 1963 e começo de 1964* envolveu a nação.<sup>163</sup>

A ruptura do aparato político-institucional comandada militarmente pelo conjunto das Forças Armadas orientou-se de imediato aos expurgos políticos. Muito em decorrência desse fato, dois elementos afloraram nos discursos dominantes de então: a denúncia da subversão à ordem constituída e a perseguição aos corruptos. No primeiro grupo eram imputados praticamente todos os indivíduos que, em decorrência dos mais variados motivos, e lançando mão das mais diversas formas, questionavam o *status quo*. A esta dupla implicação, compareceram os autores dos quais nos ocupamos neste trabalho, porém, cada um precisou enfrentar forças políticas específicas.

Por estar inserido na região Norte, Arthur Reis não encarou o “perigo comunista” tão invocado nas demais regiões do país. Assim, voltou-se quase que exclusivamente à denúncia da *corrupção*, que em seu discurso figurou como um elemento estrutural. Por outro lado, para Meira Mattos o inimigo central correspondia à “ameaça da subversão”. O general justificou isso enfatizando que os “comunistas” dedicaram-se incansavelmente à estratégia de *seduzir* o governo “demagógico”, do “inexpressivo” líder político João Goulart, que sedia à pressão da esquerda e encaminhava cada vez mais o projeto de instauração de uma “república sindicalista no Brasil”.

A explicação do autor correspondia à visão plasmada, pelo menos desde de 1949, quando da fundação da ESG, momento em que se estabeleceu as bases para a “onipotente” Doutrina de Segurança Nacional. Estas diretrizes para uma política nacional, formuladas por “homens de grande têmpera”, seriam a materialização e, sobretudo, a confluência de objetivos genuinamente brasileiros com os “pressupostos morais inalienáveis” da civilização ocidental. Nesses termos, em 1975, Mattos dava a público sua primeira interpretação acerca do vínculo orgânico entre doutrina esguiana, golpe e ditadura civil-militar:

Em 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra, o pensamento político brasileiro começou a se estruturar em bases realísticas e científicas. É a ESG responsável por uma doutrina política essencialmente brasileira, fundamentada na dinâmica da aplicação do poder nacional. Assentada na relação de mútua causalidade entre Segurança e Desenvolvimento, a doutrina difundida pela ESG durante mais de um quarto de século fundamenta-se essencialmente, no levantamento do objetivos nacionais permanentes e objetivos nacionais atuais, e na formulação de uma política para alcançá-los.

De 1949 a 1964, durante 14 anos, a ESG não teve influência maior nas decisões do governo. Entretanto, formulou sua doutrina de segurança nacional e pesquisou profundamente no campo do desenvolvimento. Formou elites civis e militares aptas a

---

<sup>163</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, p. 74. Grifos nossos.

pensar o Brasil com objetividade [...]. Quando veio a Revolução de 1964, a doutrina da Escola Superior de Guerra já estava formulada e exercida em termos laboratoriais ou escolares. Foi fácil para o chefe da revolução, o presidente Castelo Branco e seus principais assessores, Golbery, Ernesto Geisel, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, todos ex-militares, participantes ativos na formulação da doutrina, pois todos haviam pertencido aos quadros da ESG, transferirem para a prática governamental a doutrina formulada durante 14 anos no casarão do Forte São João.<sup>164</sup>

No entanto, a visão de mundo encerrada no conjunto da “militância” golpista, seja em plano teórico ou mesmo na sua implicação prática, não expressava diretamente a ideia de que o Golpe orientou-se como um “movimento de salvação nacional”. Esta formulação foi concebida após o evento e passou a figurar como uma espécie de narrativa oficial sobre a tomada do Estado pelos militares – não obstante, é claro, ao tom sempre alarmista expresso no anticomunismo generalizado, pauta que pelo menos desde 1935 arrebanhava os vários setores da direita.<sup>165</sup> Contudo, Meira Mattos, tal como Reis, foi um dos primeiros a descrever 1964 enquanto “resultado lógico” do cenário internacional capitaneado pela Guerra Fria, ao mesmo tempo como um movimento político-militar de base civil e responsável por impedir que o país fosse tomado pelo iminente “imperialismo soviético”.<sup>166</sup>

Pautado sobre este tipo de entendimento, Mattos pretendeu conjugar o repertório analítico já cristalizado no interior da ESG ao novo contexto de Golpe em curso. Com esta operação discursiva o autor procurou explicar, a partir de seu campo de estudos, em que grau e qual o sentido da vinculação entre a “Revolução de Março” e as disputas ideológicas internacionais. Em complemento a isso, o autor refletiu sobre como deveria ser encaminhada,

---

<sup>164</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica v. I*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 144-145.

<sup>165</sup> Sobre a doutrinação anticomunista no interior das Forças Armadas: “Desde 1935, depois do frustrado levante do Partido Comunista, a doutrinação nesse sentido foi num crescendo. Paradoxalmente, dentro do próprio Exército, o comunismo encontrou terreno fértil para se expandir. É notória a frase de Luís Carlos Prestes de que era mais fácil organizar o Partido dentro dos quarteis do que dentro das fábricas, pois a estrutura de hierarquia e de obediência militar se adequaria melhor ao tipo de militante disciplinado que o Partido queria formar. As disputas ideológicas dos anos 50 em torno da questão do nacionalismo serviam para consolidar algumas teses da esquerda entre os militares, despertando nos chefes a necessidade de medidas saneadoras. Assim, grande parte do esforço doutrinador das escolas militares foi voltado para a construção e sedimentação de valores contrários ao comunismo. Este esforço foi legitimado pelo conflito ideológico da guerra fria, levando a que as teses anticomunistas já estivessem no centro dos acontecimentos quando do golpe de 1964”. D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 20.

<sup>166</sup> “Com a geração de uma ideologia imperialista de defesa contra o expansionismo soviético no mundo ocidental, desenvolve-se a necessidade de uma doutrina de segurança nacional, impulsionada pelos EUA, os maiores ‘defensores’ da democracia ocidental, para melhor combater o comunismo, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Com a polarização entre as forças vitoriosas na repartição de domínios e áreas de influência, os Estados Unidos logravam a sua supremacia, graças ao financiamento das economias destruídas, inclusive, não só dos países aliados, mas também dos antigos inimigos, o imperialismo alemão e o japonês, e ao monopólio atômico, visava bloquear a alternativa real, consubstanciada na edificação do capital coletivo não-social na União Soviética. Ameaça que, longe de ser derrotada desde a Revolução de Outubro, saía fortalecida pelo desempenho e sucesso do exército russo sobre as forças nazifascistas”. RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese de Doutorado em História. PUC. São Paulo, 1998, p. 98.

uma vez vitoriosa a conspiração e o Golpe, a luta secular por um desenvolvimento modernizador, que englobasse todas as esferas do terreno social.

## 2.2 A centralidade da questão geopolítica

O conjunto da obra elaborada pelo general Carlos de Meira Mattos se articulou por uma relação direta com o pressuposto de que a ordem capitalista deveria ser mantida, sobretudo no que concerne a suas características comprometidas com o *conservadorismo* político. Este último aspecto foi continuamente apresentado pelo general como forma de proteger os valores da “civilização ocidental cristã”. Nesses termos, e constituída nos quadros do pensamento militar, a teoria de Meira Mattos procurou contribuir com visões positivas quanto ao futuro de potência destinado ao Brasil, mas, ao mesmo tempo, assumindo a necessária subordinação do país aos Estados Unidos.

Seu primeiro escrito veio a público no final de 1958, em artigo cujo próprio título, *Projeção mundial do Brasil*,<sup>167</sup> dava a tônica das expectativas crescentes alimentadas não só por Mattos, mas por toda uma geração de militares brasileiros, acerca das “potencialidades geopolíticas” nacionais. Mattos se estabeleceu como um dos principais aportes no âmbito da *teoria geopolítica*. Contribuiu para tanto, o fato de ele ter feito parte de um grupo que praticamente encerrou uma tradição em si mesmo, já que as questões ligadas ao campo da *estratégia* – um dos pilares centrais do *métier* castrense – foram também a base do ideário geopolítico de talhe conservador e, especialmente, militar.<sup>168</sup>

---

<sup>167</sup> Publicada em forma de livro no ano de 1960, a obra *Projeção mundial do Brasil* teve como fonte inspiradora: TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1934. Esta obra, por sua vez, foi compreendida por autores como Paulo Schilling enquanto uma das primeiras a incutir, nos corações e nas mentes militares, a ideia do *expansionismo* brasileiro.

<sup>168</sup> Fez-se necessário acenar, de antemão, para o arcabouço analítico que considerou a geopolítica e seus demiurgos, criticamente: “A obra que edificaram, maior ou menor, assinala uma fase do desenvolvimento histórico da Geografia, a fase condicionada, em larga faixa do mundo, pela dominação burguesa; essa fase não pode ser ignorada e o que ela apresentou de melhor está incorporado ao patrimônio da cultura humana. A Geopolítica não tem esse caráter: oriunda da Geografia da etapa imperialista, e pretendendo-se geográfica, não passa de construção ideológica desprovida de sentido científico, marginal, com papel no plano político unicamente. *Seu estudo não deve deixar de ser feito, entretanto*, pois encerra preciosos ensinamentos, e particularmente quanto ao grau de descomedimento e de falsidade a que pode atingir o conhecimento, quando a serviço das forças reacionárias, necessariamente obscurantistas”. SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Geografia: geografia e ideologia*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1976, p. 54. Grifos nossos. Miyamoto apontou no mesmo sentido: “Não é necessário concordar-se com os pressupostos da geopolítica para se estudá-la. Torna-se importante, isto sim, constatar sua existência e sua influência na política de vários países, inclusive na do Brasil. Isto se verifica, por exemplo, no período pós-64, quando muito da geopolítica tem servido de pano de fundo – as vezes ocupando lugar de realce – na elaboração e conduta da política nacional, sobretudo no campo das relações internacionais”. MIYAMOTO, Shiguenoli. *O Pensamento Geopolítico Brasileiro* (1920-1980). Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 1981, p. 76.

Assim, Meira Mattos vertebrou sua obra sobre dois eixos norteadores indissociáveis: um correspondente ao tema da origem e desenvolvimento da “ciência geopolítica” a nível internacional, e outro, voltado à apreensão dos estudiosos que deram forma ao pensamento geopolítico brasileiro. Contudo, o autor teve em mente, desde o princípio, um objetivo maior que consistia em fazer avançar os debates e mais do que isso, dar novos encaminhamentos à *questão nacional*.<sup>169</sup> Desse modo, a vinculação de Mattos com a ditadura se deu de maneira simultânea a sua elaboração teórica, o que naturalmente o levou a refletir sobre como o governo deveria implementar o novo projeto de Brasil posto em movimento com o golpe de 1964.

O primeiro aceno voltou-se à geopolítica universal, consistindo em demonstrar os parâmetros teóricos ordenados pelos “pais fundadores” da geopolítica – autores quase sempre de origem alemã, mas também francesa e norte-americana –, pondo no centro da análise o caráter pioneiro daqueles estudiosos. Nesta operação analítica, o autor se interessou muito mais pelo conteúdo político do novo conhecimento, o qual aparecia desvinculado do contexto sócio-histórico responsável por sua germinação.<sup>170</sup> Como segundo passo, Mattos considerou que, feitas as devidas alterações, aquela “ciência” engendrada pelos países centrais a fim de justificar sua expansão política pelo mundo, também poderia adequar-se à realidade brasileira dos anos 1950, momento em que o país experimentava franca ascensão econômica comandada desde a indústria.

Voltados aos principais impactos na política internacional decorrentes do fim da Segunda Guerra, os ideólogos brasileiros precisaram rever os conceitos tradicionais surgidos no final do século XIX,<sup>171</sup> mas, sobretudo, obrigar-se a condenar de forma veemente os

---

<sup>169</sup> Para exemplificar, apontamos a referência, que já no final de sua segunda obra – formulada em 1975 – Meira Mattos deu a quem considerou como as duas principais autoridades no âmbito da geopolítica amazônica: “Entre os contemporâneos, incentivadores da dinamização geopolítica da Amazônia, alinhamos a robustez e força das ideias de Arthur Cézair Ferreira Reis e Leandro Tocantins. Foram ideias que se transformaram em ação”. MATTOS, *Geopolítica v. 1*. 2001, p. 152.

<sup>170</sup> “Em debate recente, fomos colocados diante da seguinte questão: geopolítica, arte ou ciência? Expusemos, então, o nosso pensamento: geopolítica, ciência política. Por quê? Ciência, porque pertence à grande família das ciências de elaboração nascidas de experiência histórica e incorporadas, pouco a pouco, à área dos conhecimentos científicos, a pós a consagração dos pensadores do século XVII – Francis Bacon, Galileu, Descartes –, que conseguiram ampliar o horizonte do saber pela criação do método de pensamento indutivo. Portanto, a geopolítica pertence ao grupo das ciências sociais (política, economia, psicologia, sociologia etc.), e nós a posicionaríamos como um ramo da política – aquele que trata da aplicação da política aos espaços geográficos”. MATTOS, *Geopolítica v. 3*. 2001, pp. 26-27.

<sup>171</sup> “A partir do final do século XIX, nos estudos de geografia da área alemã já estavam presentes os conceitos que, em seguida, caracterizaram a geopolítica do nacional-socialismo e que, por este último, foram aplicadas à América do Sul, como será visto mais adiante. Tais ideias ainda oitocentistas foram, porém, revitalizadas e impregnadas com um forte conteúdo emotivo pelas mutilações territoriais impostas à Alemanha como o Tratado de Versailes, no final da Primeira guerra mundial. Em seguida, com o nacional-socialismo, fundiram-se numa doutrina política unitária (que se apresentava, todavia, como fundamentada na ciência), para justificar e explicar as agressivas expansões territoriais, inicialmente da Alemanha, depois, dos seus aliados, Itália e Japão”. LOSANO, Mario G. A

“equivocos” então atribuídos aos teóricos alemães, devido a sua famigerada capitulação à ideologia nazista. Posto isso, Mattos esteve atento ao esforço de explicar que o problema não residia na essência do escopo geopolítico, mas na distorção provocada pelo “imperialismo hitlerista”.<sup>172</sup> Para o autor, esta determinação era mais verdadeira ainda no tocante ao caso brasileiro, pois tratava-se de uma “nação *satisfeita* em termos territoriais” e “*pacífica*, no que tange a conflitos étnicos”.<sup>173</sup>

No nosso caso, a geopolítica deveria ser empregada com a finalidade de dotar a pátria dos pressupostos estratégicos que, em plano geral, suplantariam o perigo da subversão a partir de um aparelho estatal forte, implementando, assim, um projeto compatível com a imprescindível diáde segurança e desenvolvimento. Essas qualidades eram consideradas mínimas para um Estado com as dimensões geográficas do Brasil. Claramente, esta perspectiva foi uma constante no discurso do regime ditatorial e da mesma forma, este ponto de vista, por vezes timbrado de maior volteio analítico, compareceu às formulações de Meira Mattos. Fato que podemos notar já em suas primeiras considerações acerca do caráter da geopolítica “pura”:

Há inúmeras conceituações de geopolítica, ciência ou arte de governar os Estados, inspirando-se nas realidades geográficas de seu território. Como síntese desses conceitos vamos destacar o do Instituto de Geografia de Munique, bastante expressivo: “A geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a geopolítica proporciona os instrumentos para a ação política e diretrizes para a vida política em conjunto. Assim, a geopolítica se converte em uma arte, arte de guiar a política prática. A geopolítica é a consciência geográfica do Estado”.<sup>174</sup>

---

geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina. In: *Cultura, revista de história e teoria das ideias*, v. 26, 2006, p. 2.

<sup>172</sup> Segundo Meira Mattos, o importante teórico do nazismo, em geopolítica, Karl Haushofer, [...] “diretor do Instituto Geopolítico de Munique, aviltou este centro científico consentindo que ali se veiculassem as ideias expansionistas de Hitler, tentando impregná-las de uma marca geopolítica baseada em falsa pesquisa e análise; com essa intenção mistificadora foram tratados os interesses racistas e de expansão territorial que interessavam o terceiro Reich”. MATTOS, *Geopolítica* v. 3, p. 27. Contudo, é necessário lembrar que este autor – de fato um teórico do nazismo – figurou amplamente nas referências bibliográficas e mesmo em parte do embasamento analítico de Mattos. É claro que o general paulista tratou de pinçar das formulações de Haushofer elementos teóricos “compatíveis” com a realidade brasileira. Por esse motivo, concepções estritamente racistas não compareceram a sua geopolítica. Todavia, isso não impediu que Mattos operasse a partir de categorias deterministas como a ideia de que o meio físico poderia moldar diretamente o “caráter” de uma nação. Ou a ideia de que pelo fato de um país ser dono de larga faixa territorial e recursos naturais abundantes, esteja ele destinado a ser grande potência. No que tange a mudança de perspectiva, mesmo que pontual, na apreciação dos conteúdos geopolíticos, notamos que Mattos, em obras mais antigas como *Projeção mundial do Brasil* (1960), referiu-se aos alemães Ratzel e Kjellén (sabidamente influenciadores do nazismo) como pais da geopolítica, ao passo que em obra posterior, *Geopolítica e teoria de fronteiras* (1990), ao atribuir aos mesmo autores o título de fundadores da geopolítica, acrescentou que tal associação incorria “num exagero de avaliação”. MATTOS, *Geopolítica* v. 3, p. 35. Não obstante este sutil reexame, o autor aderiu, em parte, à perspectiva dos referidos teóricos alemães.

<sup>173</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, 1984.

<sup>174</sup> MATTOS, *Geopolítica* v. 1, p. 88.



Generalizado numa dada concepção de arte, o domínio político aparece norteado por um componente plástico que, a rigor, poderia servir aos mais distintos objetivos. Nesse primeiro caso a ideia central consistiu em explicitar o vínculo entre território e poder, aspectos complementares de uma mesma base objetiva: a geografia. Destarte, as “elites dirigentes” poderiam desfrutar de uma ferramenta quase inequívoca, cuja aplicabilidade resultaria, em última instância, na orientação sempre acertada, uma vez que a consciência política estivesse assentada na combinação entre um “lastro” físico específico e a observação empírica. Apesar disso, alerta às críticas há muito consolidadas contra o determinismo geográfico, Mattos procurou justificar o papel desempenhado pelo meio físico em sua teoria.

Tendem os geopolíticos da escola alemã – Ratzel, Kjellén, Maull, Supan e outros – a emprestar caráter determinista as suas doutrinas. Preferimos ficar com Arnold Toynbee, que aceita a geopolítica como conselheira, indicadora de soluções, mas coloca o *destino dos povos nas mãos de suas elites*. Para o sociólogo e historiador inglês, as inferioridades geográficas, os obstáculos, são desafios que se antepõem ao processo de afirmação das nações. Ou estas superam esses desafios e se afirmam, ou não se superam, e são condenadas à estagnação ou à desagregação.<sup>175</sup>

Ao adicionar novos contornos aos parâmetros deterministas próprios de alguns geógrafos, como os alemães que figuraram amplamente em sua análise, o autor almejou sofisticar os modelos geopolíticos disponíveis. Não rompeu, entretanto, com a ortodoxia geográfica, mas conferiu aos próprios homens (aqui compreendidos enquanto civilização) as possibilidades de sucesso, ou de fracasso da nação.<sup>176</sup> Este foi o mecanismo histórico que de fato predominou nas formulações do general, embora apareça delineado por meio de concepções singulares do processo social na vida dos povos. Concepções que entendem os Estados modernos como resultado estrito da inter-relação entre homem e meio, não podendo cada povo escapar dos “desafios”, tal como das “respostas” que o ambiente lhes exige.

A base analítica concebida dessa forma, deu margem para que Mattos projetasse um futuro brilhante enquanto decorrência do gigantesco território brasileiro. Na esteira do processo de “evolução” histórica, da Colônia à República, estaria a evidência da predisposição do Brasil

---

<sup>175</sup> *Ibid.*, 124. Grifos nossos.

<sup>176</sup> A “nação” foi compreendida como a soma das forças localizadas em cada setor da sociedade. O espírito nacional deveria incidir sobre o tecido societário como um “éter”, conferindo-lhe, assim, uniformidade. Frente à nação, não seria permitida a existência de contradições dessa ou daquela classe. Portanto, afastada qualquer aspiração de lutas de classe, a política assumiu caracterização essencialmente técnica: “Os governos, centro do poder político nacional, devem coordenar um sistema bem articulado de cérebros e de vontades, operando no âmbito de adequada estrutura de órgãos, utilizando modernas técnicas de informática e de avaliação permanente, tendo por mira objetivos traduzidos em planos, programas, projetos e orçamentos. Órgãos de decisão, de planejamento, de inteligência e de execução, escalonados em vários níveis, alimentando o sistema decisório pelo fluxo de uma corrente permanente que mantém o chefe do Estado informado da realidade da situação em todos os setores de atividade da nação”. MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica v. I. A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 227.

em se tornar uma potência mundial. Para o autor, essa espécie de “destino manifesto” nacional, começara a se firmar no momento da independência política, quando o Brasil conquistou verdadeira autonomia em relação a Portugal. Nesse evento, ele viu a consagração do esforço secular empreendido por portugueses, juntamente aos luso-brasileiros, na conquista e manutenção territorial.

Diferentemente de nossos vizinhos hispânicos, cujo processo de independência resultou na desintegração geográfica, nos, ao ostentarmos a condição de ex-colônia, não apenas mantivemos o perfil fronteiriço estipulado desde a colonização, como anexamos a área hoje conhecida como Acre. O território apareceria naquele momento como fonte de poder e projeção no continente sul-americano, depois sustentaria as expectativas de projeção mundial. No último grau de evolução geopolítica, segundo o discurso de Meira Mattos, estariam localizados aspectos como a elevada taxa de crescimento populacional, aumento substancial do produto interno, implementação das vias de transporte, além de muitos outros fatores que culminaram no mais importante, a industrialização.

Nessas “marcas insofismáveis do progresso”, repousava um elemento de coesão que percorreu todo o itinerário temático do autor: o Brasil não só detinha esses “predicados geoestratégicos”, como os detinha em posição superior a qualquer outro Estado latino-americano. Por isso, os militares afeitos ao estudo da geopolítica, haviam – até a geração de Mattos – constituído um *corpus* analítico voltado intimamente à questão da influência brasileira no subcontinente sul-americano, ao passo que de sua geração em diante, sobretudo no período do “milagre brasileiro”, os ideólogos passaram a considerar a hegemonia subcontinental do Brasil como fato dado, dedicando-se, a partir daí, a pensar e estimular a projeção internacional do país.

Para chegar a essas “constatações” acerca do significado da geopolítica como ciência norteadora, de modo a torná-la o principal elemento constitutivo de seu ideário, (ou deveríamos dizer, de seu compromisso político) o general paulista precisou recorrer à teorias que estavam fora de seu objeto de estudo central, isto é, o Brasil. Para tanto, voltou-se inicialmente a três matrizes teóricas que em seu pensamento desempenharam papel seminal: o alemão Friedrich

Ratzel (1844-1904),<sup>177</sup> o sueco Rudolf Kjellén (1864-1922)<sup>178</sup> e o inglês Halford John Mackinder (1861-1947).<sup>179</sup> A simples análise do perfil intelectual dessas figuras exigiria um estudo à parte. Nosso objetivo, porém, foi apenas sinalizar que todos eles deram importantes contribuições, tanto no âmbito geográfico, quanto em plano efetivamente político para a elaboração do conhecimento que chegaria ao final do século XIX consolidado como geopolítica. O emprego dessas teorias na obra de Meira Mattos foi desdobrado no decorrer de nossa análise.

As múltiplas faces de suas colaborações teóricas foram equalizadas, contudo, pelo geógrafo alemão Karl Haushofer (1869-1946). Coube a ele dar forma a uma série de ideias que procuraram, mormente, traçar um paralelo entre condicionantes geográficos e comunidade humana. Embora os “três predecessores” tivessem conferido aplicação política as suas respectivas teorias, foi Haushofer quem levou esse desiderato “maquiavélico” às últimas consequências. Assim, não só dotou a geopolítica de contornos genéticos definidores, como os associou indelevelmente nesse início à ideologia nazista. Este fator determinou a rápida ascensão do novo conhecimento, como também seu inevitável declínio com a queda do terceiro reich.<sup>180</sup>

---

<sup>177</sup> Meira Mattos seguia a ideia consensual de que “a origem da geopolítica [encontra-se] nos estudos de Friedrich Ratzel produzidos no campo da geografia humana ou antropogeografia. O geógrafo alemão enfatiza a importância dos fatores espaço (*raum*) e posição (*lage*) nos conhecimentos da geografia humana. Indica Ratzel que a ação do homem está sempre vinculada ao meio geográfico em que habita. Aí realiza sua obra – de progresso, estagnação ou decadência. Ressalta quão importantes são os fatores espaço e posição geográficos na consecução da missão do homem sobre o planeta. Ratzel vincula, indissoluvelmente, o homem à terra: o homem é a vontade viva, o agente de criação e transformação, e o espaço físico em que habita é a fonte de matéria-prima. A associação de ambos produz a mecânica do progresso”. MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica v. 3. Geopolítica e teoria de fronteiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 17.

<sup>178</sup> Ao teórico seguinte coube o papel de continuador, penetrando “no terreno da geografia política partindo do homem para a nação e desta para o Estado – homem-terra (elementar); nação-país (no âmbito da geografia humana); estado-território (no âmbito da geografia política). Assim, a aplicação da relação elementar homem-terra às entidades políticas Estado Território resultou na criação de importante ramo da geografia política, que, por sua dinâmica própria, começava a se afastar do grande tronco da geografia para penetrar nas cogitações da política. A este novo seguimento Rudolf Kjellén deu o nome de geopolítica” [...]. *Ibid.*, p. 18.

<sup>179</sup> “Ao lado deles, outros nomes são considerados ‘clássicos’ na geopolítica mundial. Um deles, Mackinder, ficou conhecido com a *teoria do coração do mundo*. Segundo Mackinder quem conquistasse determinada região designada *eixo geográfico da história* (hoje constituída pela China Continental e União Soviética) teria o controle do mundo [...]. Mackinder, Ratzel e Kjellén são os representantes maiores da teoria que considera o *território como fonte de poder*, tendo exercido marcada influência no estrategista Karl Haushofer, um dos principais assessores de Adolf Hitler. Há mesmo versões segundo as quais a Alemanha ao fazer o Acordo Ribbentrop-Molotov (1939) com a União Soviética teria obedecido às concepções estratégicas desenvolvidas por Haushofer de domínio do *coração do mundo*”. MIYAMOTO, Shiguenoli. *Op. Cit.*, 1981, p. 77.

<sup>180</sup> “Sem o nazismo, a Geopolítica não teria ultrapassado os limites daquilo que, com frequência, na fase de decadência do capitalismo, em vários campos, confunde a novidade com o novo. Seu ingresso na área científica estaria naturalmente vedado”. SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. Cit.*, p. 63. Mais à frente: “A Geopolítica, que passara por transitório eclipse, e apenas parcial, com a derrota nazifascista, ganhou corpo, novamente, com a chamada ‘guerra fria’, definindo claramente seu conteúdo ideológico. Pela sua natureza e pelos seus propósitos, deveria acolher-se particularmente nos Estados Unidos e, em proporções mais reduzidas, nos países dependentes dos Estados Unidos”. *Ibid.*, p. 66.

Ao se valer dessas teorias, Mattos pinçou aspectos entendidos como positivos e principalmente compatíveis com as possibilidades de análise da realidade brasileira. Assim, as maiores críticas, ou “correções”, foram endereçadas ao determinismo geográfico. De igual modo, foi alvo de severas considerações aquilo que o general paulista denominou como o “totalitarismo” decorrente da apropriação do conhecimento geopolítico pela Alemanha de Hitler. Com um olhar mais específico, analisando sua obra em perspectiva, nos pareceu que o autor primeiro ignorou o fato do conhecimento geopolítico estar eivado de contradições ideológicas (isso durante os anos 1960 e 70); somente depois, como que em um exame de consciência, ele determinou pontualmente que o “verdadeiro sentido” da geopolítica havia sido aviltado mais de uma vez pelo “totalitarismo”. Nesta perspectiva, o autor declarou o seguinte, em 1990:

Existem, a respeito da geopolítica, nos meios acadêmicos de alguns países do Ocidente democrático, certas restrições a sua aceitação como conhecimento científico. Esta recusa advém da criminosa exploração da geopolítica por políticos e acadêmicos alemães que, por ocasião dos dois grandes conflitos bélicos deste século, tentaram impingir, ao mundo, suas ambições imperialistas revestidas de uma justificativa científica baseada na geopolítica. Associaram-se, nesse mister, o *kaiser* Guilherme II e Von Liebert, na I Grande Guerra; Hitler e o professor e geógrafo Karl von Haushofer, na II Guerra Mundial [...]. Mas, a utilização condenável da geopolítica por autores e políticos despudorados não deve atingir como conhecimento científico, como não atinge a estatística e a história, sempre objetos de falsificações intencionais.<sup>181</sup>

Não obstante ao comparecimento tardio dessas críticas no conjunto da obra de Meira Mattos, sua existência é inegável. Contudo, se por um lado ele direcionou críticas à figura de Haushofer devido sua filiação ao nazismo, por outro, seguiu utilizando princípios estabelecidos por este mesmo autor, embora pontualmente. Como se houvesse certa incongruência de valores entre o que o geógrafo alemão pensava em regime teórico e as mediações de sua teoria com a prática. O fato é que para Mattos não havia problema no conhecimento geopolítico “puro”, mesmo que desde os primeiros teóricos se apontasse para determinismos diversos, como o geográfico e o “destino manifesto”, por exemplo. No caso específico dos ideólogos alemães, o problema era quase que reduzido a sua *teoria de fronteiras*, uma vez que encontrava-se “viciada” pelo objetivo precípua do expansionismo militar.<sup>182</sup>

<sup>181</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>182</sup> Todavia, vale ainda demarcar que jamais ocorreu a Mattos contextualizar a geopolítica alemã enquanto resultante direto da transformação histórica capitalista e, nesse particular, de suas crises intrínsecas. Muito menos, demonstrar que a barbárie germânica foi, em grande medida, motivada por imposições dos demais países imperialistas vitoriosos na Primeira Guerra Mundial. “É nesse cenário que surge a figura do general-geógrafo K. Haushofer, que, à frente de um atuante grupo, [...] constituirá a mais famosa e controversa escola de geopolítica de todos os tempos. Partindo das ideias gerais de Ratzel, mas inspirando-se principalmente em Kjellén, a *geopolitik*, que se desenvolve basicamente em Munique, nos anos do interguerras, acaba por repercutir fortemente

Nesse particular, Haushofer foi também o alvo predileto. Mattos dedicou algumas páginas à tarefa de desqualificar o geopolítico nazista, com o objetivo já corrente de o defenestrar da posição na qual foi, durante alguns anos, ocupante prestigiado. O conceito que veio determinar esta crítica assentou-se na importância dada à fronteira, entendida enquanto componente vivo, portanto, móvel, a depender de “um ato de força”. Para Meira Mattos, a “correção” da essência autoritária consistiu apenas em definir que “A nuance está na forma de manifestação desse ato de vontade. Segundo Ratzel, ‘*é um ato de força*’; segundo o nosso geógrafo Delgado de Carvalho, ‘*é um ato de vontade nacional*’”.

Feita esta ressalva, a dilatação das fronteiras estaria justificada, uma vez que o “diferencial está em que a vontade nacional se manifesta pelos seus valores culturais, de coesão, de ação diplomática, e não apenas de força, que seria a razão última”.<sup>183</sup> Assim, nota-se que na concepção de Mattos, quase tudo seria plausível se os “interesses da nação” estivessem em jogo. Por isso, ele buscou esclarecer em diversas ocasiões, como já vimos, que nada poderia estar à frente dos “objetivos nacionais” – para resgatar a expressão por meio da qual os sucessivos governos ditatoriais se referiram, a partir de 1964, ao processo do “desenvolvimento com segurança”. Mesmo antes de 64, em consonância com a proverbial ideologia militar, Mattos glorificava seu nacionalismo. Contudo, estes princípios foram, na melhor das hipóteses, relativizados nos diálogos críticos do general com Haushofer, sobretudo do início dos anos 90 em diante.

Nos conceitos de Haushofer sobre fronteiras, predomina a preocupação oriunda do Estado central com fronteiras terrestres vivas, como era e é o caso dos Estados europeus, particularmente da França, Alemanha e leste da Europa. Essa preocupação é que manifesta influência no pensamento de Haushofer, quando escreve: “Um fenômeno vital resultante de um jogo de forças sempre confinante, como a fronteira política, não pode ser plenamente ocupado *de lege lata* em virtude de uma lei coagulada, vinculada a uma Carta oriunda de uma concepção estática, nascida de um Estado já decadente desde o momento em que ela foi fixada. Somente uma concepção dinâmica prevendo, constantemente, uma alteração no jogo das forças pode levar em conta sua mobilidade e isto não representa, senão, considerar a lei do futuro, *de lege ferenda*, que nasceu conosco e que muda em cada geração; assim podemos pressentir os rumos do futuro e suas leis”.

O pequeno trecho de Karl Haushofer é um retrato vivo de seu pensamento pseudogeopolítico e de sua adesão à teoria organicista de Kjellén. Sua linguagem – fenômeno vital, lei coagulada, Estado decadente, lei que nasceu conosco – representa a própria essência do Estado – organismo vivo. Sua concepção política foi servir ao

---

não apenas na Alemanha, mas em alguns círculos acadêmicos, militares e diplomáticos para além do país. Será também inspiradora de inúmeros estudos e ‘estratégias’ antes e após a Segunda Guerra Mundial, particularmente nos ambientes dos ‘Estados-Maiores’ de países do Terceiro Mundo, dentre eles o Brasil, a Argentina e o Chile, mas também ganhará adeptos em setores militares norte-americanos, por exemplo”. COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2ª Ed. São Paulo: Editora USP, 2008, p. 116.

<sup>183</sup> MATTOS, *Geopolítica* v. 3, p. 54. Grifos nossos

expansionismo germânico. Representa uma perversa distorção da geopolítica. Foram pensamentos deste teor, cheios de preconceitos expansionistas, que influíram para que alguns setores acadêmicos rejeitassem a aceitação da geopolítica como ciência. Mas, o peso real das decisões geopolíticas nas decisões dos Estados modernos superou esta rejeição.<sup>184</sup>

No debate, foi contínuo o intento de nuançar aspectos positivos de uma “ciência” que se originou problemática, na concepção filosófica moderna, e evoluiu para se estabelecer enquanto uma pseudociência, como o próprio Meira Mattos assume. Porém, uma ciência que conseguiu fazer com que restasse intacto, ainda, algum elemento que mesmo constitutivo do que outrora foi falso, habilitaria sua permanência. Ora, como reabilitar um conhecimento intimamente ligado ao “imperialismo nazista”, sem modificar sua essência? Mattos procurou fazê-lo ao lançar mão de pelo menos duas “táticas”: evitar ao máximo as polêmicas e proceder de modo “técnico” ou descritivo, quando não houvesse alternativa.

A fim de exemplificar essa postura, tomamos sua análise do, no mínimo, escabroso Estado de Israel.<sup>185</sup> Nela estão dispostas as duas formas por meio das quais, acreditamos, o autor concebeu a operação geopolítica. Primeiramente, estabeleceu padrões ou tipos em que se encaixa o formato geográfico de cada país, por exemplo: compacto (França), alongado (Chile), recortado (Grécia) e fragmentado (Japão). Posto que essa disposição pretende ser um elemento para a tomada de posição política, é como se os países se resumissem à figuras geográficas, das quais se parte para tomada de decisão e mais do que isso, para a justificativa de suas possibilidades e limitação históricas.

Desse modo, a “forma compacta” do território francês passa a ser responsável pelo status daquele país como uma das grandes nações do mundo, uma vez que a interiorização do poder em Paris, centro geoestratégico por excelência, teve fundamental significação desde a resistência contra às invasões inglesas do século XIV, austríacas no XVI, espanholas no XVII, etc. Por outro lado, territórios que não contaram com “formatos geográficos positivos”, tiveram que enfrentar mais problemas e não atingiram “objetivos civilizatórios”, inclusive. Este seria um exemplo do que pensamos ser a determinação geográfica de processos histórico-sociais, na concepção geopolítica de Mattos. No entanto, logo após estas considerações a respeito da França, vemos o verdadeiro objetivo do autor: traçar uma análise pretensamente descritiva do Estado de Israel.

O pequeno e alongado território de Israel consiste, para o seu governo, na principal preocupação de sobrevivência desde a sua constituição em Estado pela ONU, em

<sup>184</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>185</sup> Para uma análise crítica sobre a origem e transformação do Estado de Israel, ver: SCHOENMAN, Ralph. *A história oculta do Sionismo: a verdadeira história da formação do Estado de Israel*. São Paulo: Sundermann, 2008.

1948. Agressivamente contestado pelos países árabes que o cercam por todos os lados, Israel não resistirá a uma ação militar de surpresa que corte seu território em dois, atingindo Tel Aviv partindo da fronteira leste, num avanço menor que 250 km. Esta extrema vulnerabilidade vem obrigando o governo israelense a adotar uma estratégia ofensiva de ocupação preventiva das áreas de ameaça e vem se constituindo em razão de permanente inquietação internacional naquela área.<sup>186</sup>

O modo compassivo sobre o qual sustentou a análise do Estado de Israel e da França procurou validar a geopolítica enquanto ferramenta de investigação, explicitando o apego da apreciação pelo caráter didático dos eventos e processos históricos. Diferentemente, portanto, dos fundadores da geopolítica que importavam-se sobremaneira com o componente geográfico, acabando por deixar a história em segundo plano. Para além disso, entretanto, o autor parece tão somente descrever fenômenos históricos que aparecem geralmente como um estudo de caso. Ao fim de sua exposição, imprime-se no leitor, o sentimento de estar diante de um interlocutor erudito, isento e acima de tudo, um pesquisador que procura contribuir para a evolução do conhecimento. Ademais, este tipo de avaliação figurou mesmo na ideia que o general fazia de sua própria metodologia.

Nos voltando, entretanto, a um outro momento da narrativa em que Mattos se refere a exemplos históricos contrários a sua filiação ideológica, notamos de fato como a pretensa isenção política se estiola precisamente na denúncia, que dessa vez comparece a todos os aspectos da crítica. Isto é, o que antes se apresentava como descrição isenta de um “método científico”, quase restrito apenas à forma, agora se interessa efetivamente pelo conteúdo político-ideológico do objeto que investiga. A título de especificação, acompanhamos um momento em que o autor pôs-se a considerar as “sete leis do expansionismo” elaboradas por Ratzel. Em meio à exposição de parâmetros conceituais ligados ao estudo de caso, apontou o seguinte:

A sexta lei está sobejamente comprovada pela história antiga e moderna. O império romano revela o modelo mais antigo. Os povos conquistados pelo romanos herdaram um mesmo impulso de crescimento e buscaram sua própria expansão. Assistimos, contemporaneamente, na pequena ilha de Cuba, a um Estado de limitadíssimo poder político intrínseco meter-se numa aventura imperialista na América e na África, impulsionado pela ideologia e pelos recursos vindos de fora, “de uma civilização superior”, para usar as palavras de Ratzel.

Nos dias de hoje, assistimos, em nossa América, ao processo de transmissão do expansionismo vindo do exterior, União Soviética, transmitir-se à Cuba e desta à Nicarágua, com tentativas mais ameaçadoras em El Salvador e Guatemala.<sup>187</sup>

Nas considerações do general, a imposição de Israel nada teve a ver com razões e nem mesmo com ações militares imperialistas – aliás, não encontramos qualquer passagem na obra

---

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 52.

de Mattos em que ele compreenda de maneira explícita, ou ao menos tacitamente, os Estados Unidos como país imperialista –, nem muito menos com a cobiça internacional que ronda as imensas reservas de petróleo do Oriente Médio. Por outro lado, Cuba e União Soviética foram constantemente desabilitadas em seu conteúdo político pelo autor.

### 2.3 O projeto de poder da Ditadura

1964 foi um marco na vida militar e na produção intelectual de Meira Mattos. Mais do que em qualquer outro momento de sua trajetória, o golpe civil-militar o projetou politicamente a um caminho que confirmou sua consolidação como uma das figuras mais expressivas do regime em sua área de atuação. Ele pertenceu ao que seria consolidado como grupo da *Sorbonne*, ou *castelista*, não só devido a aproximação prévia, firmada com Castelo Branco nos anos imediatamente anteriores ao Golpe, mas sobretudo porque daí em diante Mattos se encaminhou à elaboração intelectual constante.<sup>188</sup>

A outra parte da contribuição teórica desenvolvida por ele, guardou estrita relação com o ideário geopolítico brasileiro, de tal modo que seria correto situar este elemento como o principal objetivo perseguido pelo autor. Colocou, então, sua atividade acadêmica à disposição da burocracia estatal conforme se afastou do comando direto em operações militares. A partir daí, e principalmente quando passou à reserva em 1977, sistematizou seu pensamento sobre o Brasil especializando-o num dos ramos dos estudos militares e da geografia. Atingiu depois uma das mais altas patentes, coroando a opção política pelo regime que havia incorporado desde a conspiração, até a instauração da ditadura. Ao fim do processo, havia se dedicado integralmente à construção do *projeto político 1964*, o qual entendeu como única solução aos dilemas nacionais.<sup>189</sup>

---

<sup>188</sup> “Meira Mattos é considerado um integrante do ‘grupo da Sorbonne’, constituído por militares, sobretudo do Exército, educados nos Estados Unidos ou na França e que se destacaram por suas habilidades intelectuais. Eles foram responsáveis pela construção do substrato teórico que norteou as ações estratégicas dos Governos do Regime Militar. Esse grupo caracterizou-se por seu ferrenho anticomunismo, com adesão aos princípios da economia privada e da democracia representativa”. VIEIRA, Friederick Brum. *Matrizes teóricas da geopolítica brasileira: as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos*. Mestrado em geografia. UERJ, 2005, p. 120.

<sup>189</sup> [...] “prossequimos no afã incansável de modernizar a sociedade brasileira, completando a obra de renovar o sistema de ensino, os processos de produção e os meios de serviços, buscando essa modernização nos seus aspectos político, econômico, social, educacional e cultural. No político, procurando os níveis de participação, de organização e de benefícios sociais, por meio do progresso social e tecnológico; no econômico, lutando pelo crescimento constante do produto interno bruto e do *per capita*, por uma melhor distribuição de renda e pelo emprego de uma tecnologia cada vez mais avançada; no social, intentando estabelecer padrões de organização geral e social que correspondem à expansão dos benefícios da urbanização a todas as áreas e a uma mudança de valores das profissões, resultante do aumento de especialização e oportunidades de distribuição; na educação,



Um traço comum aos ideólogos do regime instituído em abril de 64 foi, todavia, conferir ao crescimento econômico o status de fator *sine qua non* para a sobrevivência do próprio poder ditatorial, mas sobretudo como força impulsionadora do projeto de Brasil moderno subjacente a toda propaganda governamental.<sup>190</sup> Cada pensador, burocrata ou político ligado ao regime, esforçou-se por diversos meios para dar vassão às ideias consagradas como “desenvolvimentistas”. Ao acompanharmos o ideário de Meira Mattos, notamos que ele não se escusou, também, de contribuir nesse empenho comum aos intelectuais orgânicos do regime.<sup>191</sup> O autor contribuiu apontando para as possibilidades de “evolução” do Brasil que resultariam, em última instância, na sua conversão ao patamar de potência mundial.

Nesse sentido, ao lançar mão de um diagnóstico da sociedade, a fim de apontar em seguida suas recomendações, o autor iniciou a primeira análise submetendo “o Estado brasileiro ao ‘raio X’ de Kjellen”, como ele mesmo denominou. Se perguntava, nesse momento, a respeito do estado de evolução apresentado por fatores como a geografia, a coesão interna e até mesmo sobre condicionantes climáticos aos quais o Brasil estava sujeito. Acerca deste parâmetro inicial, apontou que segundo o “critério geral dos estudiosos da geografia humana, a zona tropical é a mais desfavorável ao surgimento das grandes civilizações”. Isso, devido ao “fato”

---

ampliando as oportunidades de ensino a todos os brasileiros, de todas as partes do território, melhorando a qualidade do ensino, incrementando a pesquisa, adequando o sistema às necessidades políticas, econômicas e sociais do país, disseminando conhecimentos teóricos e técnicos, de sorte a difundir a todos a atividade, a crença na racionalidade; no cultural, estimulando o espírito nacional no cultivo das ciências e das artes, no estudo e na fé nos valores essenciais de nossa história e nossa civilização de raízes cristãs e democráticas”. MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica v. 1. Perfil e obra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 26-27.

<sup>190</sup> Para o caso de Mattos, a sustentação teórica do desenvolvimento econômico enquanto objetivo central vinha de outros autores como, por exemplo, Roberto Simonsen. O que o general fazia sistematicamente era tomar essas teorias e dar à elas significados de acordo com suas necessidades; no geral, timbrava-as com características autocráticas. Contudo, Furtado equalizou melhor o assunto em conceituações que lembram mais a perspectiva de Arthur Reis: “Apreciando em conjunto o período que se inicia em 1953, comprova-se que está praticamente superada aquela etapa intermediária, iniciada em 1930, e que se caracterizou pela busca de novos caminhos. A velha estrutura colonial está enterrada no passado. O desenvolvimento econômico, hoje, é, basicamente, um processo de industrialização. Esse desenvolvimento tem raízes profundas e alcançou uma fase de semi-automatismo: quaisquer que sejam os obstáculos que se lhe antepõem, tudo indica que ele seguirá adiante. Este fato traduz-se na consciência generalizada de que é dever de qualquer governo deste país fazer do desenvolvimento o seu magno objetivo”. FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, p. 68.

<sup>191</sup> [...] “um novo conjunto de agentes sociopolíticos aparecia na economia e na política brasileiras. Esses agentes formaram um aparelho civil e militar modernizante responsáveis pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado. Esta estrutura de poder político de classe do bloco multinacional e associado era corporificada numa *intelligentsia* empresarial. Esses agentes sociais modernizantes-conservadores, todos eles verdadeiros intelectuais orgânicos do novo bloco em formação, eram: a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional; b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da techno-burocracia; c) oficiais militares”. DREIFUSS, René Armand. A. 1964, *a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008, p. 78.

de que nessas áreas “a fixação humana e a valorização econômica do solo constituem, ainda, um desafio da natureza ao engenho do homem”.<sup>192</sup> Por outro lado, disse o autor:

Esse critério dos antropogeógrafos não é absoluto. Há condições que neutralizam os efeitos negativos da latitude tropical: uma delas é a altitude do solo. Se é verdade que nos trópicos, nas altitudes baixas, preponderam as condições climáticas desfavoráveis, elevando-se estas altitudes transformam-se as condições mesológicas, favorecendo as condições de vida.

Esse fator altitude, no caso brasileiro, veio influenciar favoravelmente. O planalto brasileiro cobre a maior parte do nosso território, propiciando altitudes favoráveis à neutralização dos fatores negativos da climatologia tropical (em média cada 180 ou 200 m de altitude representam o decréscimo de temperatura de 1°C).<sup>193</sup>

Contrapondo-se ao determinismo de alguns geógrafos o autor abriu mão, porém, da coerência, para empregar outras formas de determinação – nesse caso uma espécie de determinismo climático – quando resolveu defender, e devido ao modo como defendeu, a tese de que os trópicos eram também propícios ao desenvolvimento de grandes civilizações. Ao seguir esta linha de raciocínio, o ponto central seria comprovar que apesar dos problemas não havia impedimento natural (geoclimático) que desautorizasse a ascensão do Brasil à categoria de potência. Toda a primeira parte da obra foi dedicada à apreciações desta natureza, de modo que Mattos estabeleceu um caleidoscópio de exemplos, dados a comprovar que nas várias sub-regiões brasileiras predominavam “condições ambientais ótimas”. Frente a impossibilidade de listar todos os exemplos, citamos o caso típico:

Na Amazônia, em que pese a sua fraca densidade demográfica, fomos capazes de levantar duas cidades do tipo Belém e Manaus (com 400 mil e 250 mil habitantes), o que representa um esforço de que não há exemplo em nenhuma outra área continental equivalente, situada em plena faixa equatorial. Assim, nossa posição, se não é excelente, pode ser considerada boa. E, o que é mais importante – os esforços e engenho de nossa gente provam que não há, em nosso território, áreas de valor socioeconômico inteiramente inútil.<sup>194</sup>

Essas exemplificações procuravam articular um esforço de compreensão estrutural da realidade geopolítica brasileira como exigência básica para que, em um momento subsequente, fosse possível formular a síntese de seus problemas. “Segundo o critério geopolítico, a medida da força emanante do território de um Estado depende da conjugação de cinco fatores: extensão, posição, articulação, povoamento e possibilidades econômicas”.<sup>195</sup> Nesses termos, os elos mais fracos da cadeia nacional seriam, respectivamente, a integração e o desenvolvimento. O fato de o país apresentar diferenças climáticas, geográficas e, sobretudo desigualdades sociais

---

<sup>192</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>193</sup> *Idem.*

<sup>194</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. 35.

flagrantes, distribuídas em vasta área territorial, representava um dilema cuja solução era tida como passo vital para o desenvolvimento das potencialidades nacionais. Não por acaso, desde o fim dos anos 1950, Mattos apresentava a *integração nacional* enquanto objetivo político definidor de seu ideário. Muito provavelmente, análises similares a essa serviram como pano de fundo ao lançamento dos “Objetivos Nacionais” da ditadura:

A formulação da doutrina política da Revolução baseou-se, fundamentalmente, na eleição e no estabelecimento de uma estratégia para alcançá-los [os objetivos] ou preservá-los. Entre os nove Objetivos Nacionais eleitos

- Independência,
- Soberania,
- Integração Territorial,
- Prestígio Internacional,
- Integração Nacional
- Prosperidade nacional,
- Democracia,
- Preservação dos Valores Morais e Espirituais da Nacionalidade,
- E Paz Social,

dois foram considerados *objetivos-críticos*, – Integração Nacional e Prosperidade Nacional – e para sua consecução foi montada a Política de Desenvolvimento. [...] os alvos principais da antirrevolução e da subversão, mereceram o conceito de *objetivos a defender*, e passaram a constituir a principal preocupação da Política de Segurança.<sup>196</sup>

Desse modo, as perspectivas do projeto ditatorial foram estabelecidas de maneira pragmática, pondo todas as necessidades da esfera social à mercê do imperativo político “revolucionário”, em processo de instauração. Como um dos impulsionadores desse projeto, o discurso geopolítico de Mattos buscou, por muitos meios, a justificativa “científica” das prerrogativas inerentes ao “novo” modelo de “desenvolvimento” e de “segurança”.

Assentada a ideia de que nossa localização geográfica não desautorizava o projeto de “Brasil grande” (caso fossem implementadas as exigência “técnicas” para tanto), teve lugar o empenho do general no sentido de compor uma outra visão de conjunto, agora voltada à explicação dos revezes históricos nacionais. Mattos se voltou a isso deixando claro a necessidade de transformação do contexto social no qual estava inserido. Ademais, atribuía constantemente o papel de destaque na condução das mudanças às “elites dirigentes”. O autor enxergava a *questão nacional* determinada, sobretudo, por dois momentos da formação histórica do Brasil: o primeiro, circunscrito às implicações e à necessidade de romper com a ideologia colonialista<sup>197</sup> imposta pelos europeus e o segundo momento, dinamizado pelo

<sup>196</sup> MATTOS, Carlos de Meira. Doutrina política de potência. In: RENAUT, Abgar *et al.* Revolução, evolução. AERP, 1970, pp. 38-39. Grifos do autor.

<sup>197</sup> “Não se pode pensar em transformar uma jovem nação em potência sem se levar em conta, de maneira essencial, o problema da elites dirigentes. O problema da renovação das elites políticas é, hoje, preocupação dominante nos principais centros de altos estudos e de pesquisa de nosso país. Uma ampla rede de institutos, em cujo vértice se

dilema, que ascendeu no início do século XX, entre as opções de uma vocação brasileira essencialmente agrícola, versos o empenho inequívoco para o ascenso industrial.

A mentalidade colonialista, dominante entre os políticos europeus, pretendia, em nome do liberalismo econômico e sob o pretexto de racionalização da produção mundial, impor, às áreas dos outros quatro continentes – América, Ásia, África e Oceania –, uma economia do tipo produtor de matérias-primas e consumidor de produtos acabados.

A Europa, durante todo o século XVIII, XIX e parte do XX, foi o principal centro de irradiação cultural do mundo moderno. As ideias europeias eram, via de regra, absorvidas avidamente pelas elites americanas, que se orgulhavam de defendê-las em seus países [...]. Sob a influência quase inapelável dessas ideias, nasceram, cresceram, formaram-se e vieram a atuar, no cenário político nacional, os nossos jovens das gerações do século passado e das primeiras décadas deste século [...]. Tão impregnados deste espírito “*made in Europe*” andavam as nossas elites, que elas mesmas proclamavam, aos quatro ventos, talvez patrioticamente e sinceramente, embora ingenuamente, o *slogan* – O Brasil é um país essencialmente agrícola. Essa frase não é uma afirmação, como a muitos pode parecer. Ela encerra, dialeticamente, uma negação que assim se poderia traduzir – o Brasil jamais poderá ser um país industrializado.<sup>198</sup>

A reconstituição histórica deliberadamente pautada pela evolução das “elites dirigentes”, tanto a nível mundial, quanto nacional, expôs os parâmetros ideológicos determinantes da compreensão de Meira Mattos, e, de outro lado, o âmbito político sobre o qual ele procurou influir. Aí também se revelou seu entendimento quanto à forma mais progressiva de transformação econômica; por fim, acabou explicitando – mesmo a contragosto – a qual classe seu pretenso nacionalismo esteve subordinado. Através desta narrativa, pretendeu formular, portanto, uma proposta a um só tempo enérgica e didática, servindo como um “plano de conduta” para a “elite” contemporânea, que podia enxergar no relato da vivência de seus predecessores, os equívocos outrora cometidos, a serem, obviamente, evitados.

Contudo, para além de exortar os jovens de sua geração a agir de maneira crítica frente à “ideologias exógenas”, Mattos apostava na ação direta de homens como Roberto Simonsen – exemplo a ser seguido pois conjugava qualidades intelectuais, políticas e empresariais muito raras em sua época. Para o general, impunha-se como tarefa superior, [...] “criar uma ‘cúpula mental’ orientadora de todos esses esforços renovadores, visando despertar as energias nacionais e projetar o país para a grandeza, (frente a isso) foi criada, em 1949, a Escola Superior

---

encontra a Escola Superior de Guerra, concentra seus esforços no sentido de renovar a mentalidade das elites brasileiras. O objetivo dessa renovação outro não é senão o de superar aquela sobrecarga negativa constituída pela herança de uma chamada “ideologia colonialista”, que predominou no espírito da maioria dos nossos homens de pensamento até bem pouco tempo. Hoje, ainda encontramos largos contingentes de brasileiros que defendem as teses econômicas e políticas vinculadas ao interesse de uma aristocracia rural, interesses estes que minimizam as possibilidades de nosso país”. MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, 2011, p. 39.

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 49.

de Guerra”.<sup>199</sup> A EGS foi entendida, assim, enquanto substância concreta do pensamento que proclamava a necessária renovação das “elites nacionais” em todos os espaços da sociedade. Em seus traços particulares ela representou a conquista desse objetivo no âmbito das Forças Armadas. Por isso, como membro, inclusive por reivindicação, da *Sorbonne*, Mattos propugnava a conjugação dos objetivos militares a uma visão de mundo estabelecida pelo pensamento conservador.<sup>200</sup>

Apesar de seu teor abstrato, as teses instituídas pela Doutrina de Segurança Nacional, pretendiam quase sempre uma visão histórica dos problemas brasileiros. Foi assim com a explicação acerca do caráter e sentido do golpe civil-militar de 1964, que apareceu por vezes sustentado em uma visão filosófica do processo.<sup>201</sup> Para alguns ideólogos do regime, entretanto, a “filosofia da Revolução” foi muito mais articulada por questões políticas, pois os parâmetros filosóficos faziam parte apenas de discussões éticas, mais ligadas à opção pela “democracia” enquanto forma de governo. Por outro lado, no discurso oficial: ditadura se apresentava como democracia e violência, enquanto meio edificante de segurança e de desenvolvimento. Lançava-se mão, portanto, de eufemismos, quando não da própria mistificação explícita, porém traduzida por uma áurea de despotismo ilustrado.

Tentando uma interpretação filosófica da Revolução de 31 de março, nos idos de 1965, por ocasião do seu primeiro aniversário, chegamos à conclusão que precisávamos muito mais de nos fixarmos numa doutrina política do que nos estendermos em especulações sobre sua filosofia. Isso porque, não havia na liderança revolucionária naquela época, como não há hoje, nenhuma voz discordante sobre a filosofia democrática da Revolução. Fizemos a Revolução para, dentro da concepção de vida democrática, dentro de uma estilo essencial democrático, dentro de uma moral e uma ética democrática, erigimos uma sociedade desenvolvida, superando todos os

---

<sup>199</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>200</sup> “Esta apropriação dos sorbonistas retomam determinados elementos tais como: a busca pela solidariedade e consciência coletiva da nacionalidade; a harmonização e paz social, com a colaboração entre as classes sociais; a integridade territorial e coesão nacional; a relação entre a centralização e a descentralização na esfera política; a superioridade das elites dirigentes face ao atraso cultural e despreparo político das classes subalternas; a preparação para a modernização, conservando-se os valores tradicionais; o combate permanente ao comunismo e à subversão interna; a transição “lenta e segura”, para a uma nova institucionalidade jurídico-política, necessária ao desenvolvimento econômico. Ordem e progresso. Traduzindo na nova linguagem sorbonista: segurança e desenvolvimento”. RAGO FILHO, Antonio. *Op. Cit.*, 1998, p. 270.

<sup>201</sup> [...] “os ONP (Objetivos Nacionais Permanentes) estão mais localizados no campo da filosofia, informadora de uma visão do real, do que no domínio das relações de força política. Pois trata-se de uma visão abrangente sobre o caráter nacional, dos atributos que qualificam o povo por oposição às elites: individualismo, adaptabilidade, improvisação, vocação pacifista, cordialidade, emotividade e criatividade. Estas características são de fato expressões de uma visão de mundo que é a própria da DSN (Doutrina de Segurança Nacional). Esta visão de mundo comporta uma visão jurídico-administrativa do Estado, concebido como um organismo e instrumento de poder [...]. Uma visão organicista e funcional da sociedade [...]. Uma teoria quantitativa do poder, estatal por natureza, que pode ser potenciado mediante aplicação de recursos, visto que ele não deriva de relações sociais. Uma visão estratégica (Brasil-potência) erigida sobre um processo de desenvolvimento (capitalista transnacionalizado) sob a direção da elite civil-militar”. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Op. Cit.*, 1987, p. 167.

fatores adversos oriundos de nosso gigantismo geográfico e de nosso atraso socioeconômico.<sup>202</sup>

O general Mattos atribuía, constantemente, ao pragmatismo o sentido e a característica principal da ação política. Ele era leitor assíduo e se considerava “discípulo” de autores como Oliveira Vianna, Alberto Torres<sup>203</sup> e, sobretudo, Golbery do Couto e Silva,<sup>204</sup> figuras reconhecidamente avessas ao liberalismo. No seu caso particular, as considerações a respeito do Estado, do sistema político e do comportamento social, certamente obedeceram a uma exigência de época. Não era interessante ao general, que se entendia como moderno apoiador do “mundo livre”, opor-se a conceitos fundamentais como “democracia” e “liberalismo”, uma vez que em sua generalização esses conceitos poderiam atender a um amplo espectro ideológico. Para o autor, a questão primordial não tinha a ver apenas com as imposições da “democracia enquanto valor moral imprescindível”, como queriam, segundo ele, os norte-americanos. Para além disso, urgia resolver problemas concretos, que se impunham e implodiam teorizações abstratas, isto é, as “exigência verdadeiramente brasileiras”, as quais emergiam subitamente em momentos de “ardor revolucionário”, superavam qualquer “receituário” filosófico-político. Tal como no contexto de 1964, quando declarou:

O fato de sermos democratas, de nossa Revolução ser democrática, apenas, não nos fornece o instrumental para imprimir um rumo político ao governo revolucionário. *É a democracia uma ideologia de teto e não um instrumento de ação política.* Comparando, diremos que a democracia, assim como o marxismo-leninismo e o nacional-socialismo, aquecem as mentes, mas são insuficientes para mover, desembaraçadamente, as pernas e os braços. O fato de sermos todos democratas, portanto, não nos dá a força motora indispensável à realização de uma obra política revolucionária. Foi o ex-Presidente Castelo Branco buscar as bases de formulação da doutrina política revolucionária nos laboratórios da Escola Superior de Guerra, onde ele já militara, centro de estudos políticos e estratégicos que desde 1949 vinha com seriedade e critério científico procurando formular as linhas mestras de uma política nacional à altura dos mais altos interesses e aspirações nacionais.<sup>205</sup>

---

<sup>202</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, 1970, p. 37.

<sup>203</sup> “As reverências feitas às figuras emblemáticas do pensamento conservador brasileiro, principalmente, pelos ideólogos do *sorbonismo*, são extremamente condizentes com alguns elementos norteadores do próprio ideário 64. As referências teóricas dos castelistas, particularmente, Geisel e Golbery, aparecem explicitamente nos empréstimos devidos ao pensamento de Oliveira Vianna e Alberto Torres. Não há como negar este suporte, desde que se introduza as diferenças, por exemplo, quanto à questão do capitalismo superproduzido, à relação com o capital imperialista e à própria questão da segurança nacional, com suas implicações para o desenvolvimento acelerado, na guerra permanente entre o mundo ocidental e o mundo comunista” *Ibid.*, 1998, p. 268.

<sup>204</sup> “Golbery é antiliberal. Por diversas vezes, ao longo de seus escritos, ele o expressa claramente. Vários outros pensadores conservadores brasileiros também eram antiliberais, pois viam uma inadequação entre o liberalismo e a sociedade brasileira. Golbery é um dos que veem uma inadequação entre o liberalismo e o próprio mundo moderno. Para ele, o sistema liberal está ultrapassado e pode, inclusive, ser responsabilizado por vários males que rondam a sociedade atual. Palavras como ‘decadência’, ‘impotência’, ‘lentidão’, ‘tolerância’, ‘abulia’ e ‘desilusão’ são frequentemente associadas, por ele, ao liberalismo”. ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *Op. Cit.*, 1999, p. 71.

<sup>205</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, 1970, p. 38.

Assim, trava-se de conferir “brasilidade” à resolução da *questão nacional*, atentando para o fato de que os “órgãos de inteligência” internos – ligados desde sempre ao *status quo* e depois à ditadura – desenvolviam ferramentas políticas próprias, embora pensadas no “espírito cristão ocidental”. A essa explicação não ocorria, entretanto, levar em conta o fato de que órgão como a ESG, ou o complexo IPES-IBAD, contavam com amplo suporte ideológico, político e financeiro internacionais, especialmente vindos dos Estados Unidos.

#### 2.4 Subordinação da Amazônia ao projeto nacional da Ditadura

A questão amazônica compareceu à abordagem de Meira Mattos em 1959; a princípio de maneira tímida como um tema menor, mas já enquanto problemática a ser resolvida pelo conjunto da nação. O desafio seria transformar esse “empecilho” ao desenvolvimento nacional em “alavanca para o sucesso” por meio da conjugação de esforços com o Nordeste – a outra “área problema”. A equalização desses paradigmas nacionais deveria girar sobre o eixo do desenvolvimento mútuo das duas regiões, contando com os recursos da floresta tropical, de um lado, e a explosão demográfica do semiárido nordestino, de outro. De certa forma, esta ideia era reforçada pelos vários exemplos histórico que implicavam basicamente na memória das secas periódicas, em vistas das quais a imigração de nordestinos para a Amazônia aumentava vertiginosamente.

Uma vez restituído o regime de chuvas no semiárido, os migrantes tendiam a retornar e em decorrência disso, passou-se à compreensão de que seria necessário uma política governamental que possibilitasse a fixação dos migrantes na região Norte, engendrando-se assim, o lema: “terras sem homens para homens sem terra”.<sup>206</sup> A esperança foi autorizada por

---

<sup>206</sup> “A construção de um governo tutor do cidadão se desenha com maestria nas campanhas publicitárias do Período Médici, mas o elemento desse discurso cuja imagem tem o poder de gerar uma nova fala sobre a região, é o vazio. Esse elemento permeia magistralmente as elaborações sobre o Mito, funcionando de maneira exemplar, ora como garantia de sucesso aos projetos de ocupação, ora para esconder as reais intenções dessas ações. Os militares estarão empenhados em descrever esse vazio como esperança, como possibilidade, como um novo lugar: a partir do vazio tudo pode ser construído. Não nos esqueçamos do slogan: Amazônia, terras sem homens, para homens sem terra”. MORBACH, Marise Rocha. A publicidade no período Médici: os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia. Campo Grande: INTERCOM, 2001, p. 4. Em muitas ocasiões Celso Furtado denunciou o primarismo e mais do que isso, o jogo de interesses cristalizado nas explicações correntes acerca do problema nordestino. Entendimentos que desconsideravam a figura dos latifundiários, os verdadeiros responsáveis pela imobilidade do sistema agrário. No período correspondente à Ditadura, o sentido prosaico com que se conduzia esses problemas deu suporte às políticas de Estado para a Região, figurando mesmo nos documentos oficiais como já discutimos. “O caso do Nordeste é particularmente complexo, em razão da estrutura arcaica de sua agricultura. Grande parte das terras úmidas, mais próximas aos maiores mercados urbanos, está monopolizada pela cultura da cana de açúcar, organizada em um sistema de produção semiautônomo e socialmente anciloso. Os baixos rendimentos agrícolas

esse tipo de abordagem, embora ela mesma estivesse mistificada porque atribuía qualidades pretensamente intrínsecas à floresta amazônica, abstraindo portanto, mesmo para além da propaganda, a alteração do monopólio fundiário.<sup>207</sup> Essa impressão foi tão marcante que nosso autor se permitiu fazer previsões tendo em conta a evolução positiva conquistada pela região depois do declínio da borracha. Para a segunda metade do século XX, Mattos acreditava que dentre as soluções ao dilema do desenvolvimento estaria o petróleo, que começava a ser pesquisado em solo amazônico, mas, como se sabe, malogrou.

Em meio ao ufanismo, a Amazônia era apresentada com elevado grau de importância, o que ficava explícito em sua condição de tema intensamente discutido – independente dos objetivos políticos – enquanto peça chave para qualquer programada de desenvolvimento nacional. Posta em evidência dessa forma, se tornava mais nítida a necessidade de elevar a problemática focando não mais em suas mazelas, mas sim nas potencialidades econômicas latentes. O “giro analítico” então proposto por Mattos na apreciação dessas questões, direcionou-se sistematicamente à propaganda, que trazia no imo a importância da “energia transformadora do homem brasileiro”, ou a “renovação das elites dirigentes”.

Assim é que podemos concluir que não possuímos, em todo o nosso imenso território, áreas de valor inteiramente negativo no sentido da geografia humana, em que pese ao “vazio” de 5,5 milhões de km<sup>2</sup>, da Amazônia e Centro-Oeste, onde residem pouco mais de 7 milhões de habitantes, constituindo, talvez, além do Saara, o mais extenso território desabitado do globo terrestre. Nossas regiões mais desfavoráveis são: a Amazônia e a região semiárida do Nordeste. Ambas, entretanto, vêm sendo, pouco a pouco, superadas pela energia do homem brasileiro, malgrado a desgraça de muitos nesse homem.<sup>208</sup>

Sobretudo à época, era comum que muitos intelectuais não ligados diretamente à questão amazônica – caso de Meira Mattos – a enxergassem como uma área que se caracterizava, antes de tudo, pela baixa densidade populacional. Ademais, inferiam a partir desta constatação que aquela parte do território, juntamente com o Centro-Oeste, correspondia a um *vazio demográfico*. Mattos também pensava assim e depreendia dessa “constatação” algumas implicações. Em primeiro lugar, se impunha o “fato” do duplo vazio, econômico e

---

dessas culturas traduzem o grande desperdício de terras que deveriam ser intensamente aproveitadas para o abastecimento das populações urbanas”. FURTADO, Celso. *Op. Cit.*, 1962, p. 53.

<sup>207</sup> “A resistência às forças inovadoras da Revolução Industrial e a causa fundamental de sua lentidão não se encontram, portanto, no povo ou no caráter arcaico de sua cultura, mas na resistência das classes dominantes. Particularmente nos seus interesses e privilégios, fundados numa ordenação estrutural arcaica e num modo infeliz de articulação com a economia mundial, que atuam como fator de atraso, mas são defendidos com todas as suas forças contra qualquer mudança. Esse é o caso da propriedade fundiária, incompatível com a participação autônoma das massas rurais nas formas modernas de vida e incapaz de ampliar as oportunidades de trabalho adequadamente remuneradas oferecidas à população”. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 250.

<sup>208</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica v. 1*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 36-37.



demográfico, que por si só expressava um risco para a segurança nacional, pois as fronteiras setentrionais encontravam-se virtualmente abandonadas.

Nesse sentido, sem crescimento populacional seria impossível atingir os níveis de desenvolvimento econômico pretendidos, por isso, via-se como necessária a imediata construção de linhas de transporte para, enfim, estabelecer a vital *liberdade de movimentos*, isto é, garantir os meios para a circulação econômica, o descolamento de pessoas e a movimentação militar.<sup>209</sup> Só isso começaria a reverter o lastimável quadro da coesão, ou melhor, da falta de coesão interna e impulsionaria o relacionamento com os países vizinhos.<sup>210</sup> Aí, alcançava-se o âmago das preocupações, assim como da contribuição de Mattos em relação à questão amazônica, pois foi por meio de perspectivas como esta que ele pretendeu solucionar o problema quando aprofundou sua análise em *Uma geopolítica pan-amazônica*.<sup>211</sup>

A título de exemplo poderíamos citar Arthur Reis, que na busca por adequar-se aos objetivos gerais da ditadura civil-militar, os quais eram seus próprios objetivos, também apresentou, em seus discursos como governador, problemáticas em torno da política rodoviária,

---

<sup>209</sup> “Na ditadura a ideologia rodoviarista se adequou e fomentou as diretrizes de uma vertente do pensamento militar, que defendia a integração do território nacional, a ocupação das regiões de Fronteira e da Amazônia, baseada na doutrina da segurança nacional. A partir de estudos geopolíticos realizados na ESG, certos traçados de rodovias foram realizados, primando por estes objetivos militares”. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros*: as empresas nacionais de construção, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro. UFF: Doutorado em História Social, 2012, p. 270.

<sup>210</sup> “As repúblicas da Bolívia, do Brasil, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela, conscientes da importância que para cada uma das Partes têm suas respectivas regiões amazônicas como parte integrante de seus territórios, animadas do propósito comum de conjugar esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como ente si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição eqüânime dos benefícios desse desenvolvimento entre as Partes Contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônico às respectivas economias nacionais, convencidas da utilidade de compartilhar as experiências nacionais em matéria de promoção do desenvolvimento regional, considerando que para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente, [...] resolve subscrever o presente Tratado”. Tratado de cooperação amazônica (1978). In: MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica* v. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 207. Toda a estrutura do *Tratado de cooperação* estava determinada pelas perspectivas há muito consolidadas em outro importante documento, o *Programa de emergência* da SPVEA, no qual se definia: “Desenvolver a Amazônia é [...] uma sorte de imperativos do destino nacional, completando áreas de clima e produção vergentes e alargando uma fronteira econômica e cultural cuja permanente proximidade do litoral constitui uma limitação às possibilidades de desenvolvimento do país e uma ameaça à segurança e unidade”. SPVEA: comissão de planejamento. Programa de emergência para 1954. *Ibid.*, p. 179.

<sup>211</sup> Nessa obra, Arthur Reis foi de longe o autor mais citado. Não só a história de longa duração expressa por Mattos era filiada ao pensamento de Reis, mas a própria explicação da categoria fundante de seus estudos sobre Amazônia: “As palavras Amazônia e pan-amazônia deveriam simbolizar a mesma imagem geográfica. Na realidade isso não acontece. Essa imensa região natural, portadora de ecologia uniforme, abrangendo o território de três países tributários, é enfocada por seus condôminos sob uma visão particularizada. Assim é que quando o brasileiro ou o venezuelano, colombiano, peruano, equatoriano ou boliviano refere-se à Amazônia está falando na sua Amazônia nacional. Visando à clareza das ideias, conceitos, formulações e perspectivas deste livro, utilizaremos o vocábulo Pan-Amazônia toda vez que nos referimos ao conjunto dessa região abrangente. Aliás, dois grandes escritores amazônicos contemporâneos, Arthur Reis e Samuel Benchimol, já foram obrigados a se utilizar do vocábulo Pan-Amazônia para dar a abrangência desejada as suas ideias”. MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, 1980, p. 16.

certamente a mais dispendiosa finalidade de sua administração. As projeções rodoviárias tiveram o seguinte sentido:

Tais estradas irão se constituir nas principais vias de penetração ao **hinterland** amazônico, e, ao mesmo tempo, exercerão a função pioneira de ocupação do território, paralelamente ao que até hoje tem sido realizado, através da localização às margens dos rios navegáveis de núcleos populacionais.<sup>212</sup>

Como muitas vezes lembrado por Meira Mattos, este foi um tema caro ao autor. Tudo porque a política rodoviária dizia respeito à definitiva integração da Amazônia ao Brasil e aparecia em seu ideário como a possibilidade de articulação entre os países amazônicos que constituiriam então a pan-amazônia. Assim, o caso brasileiro figurava de modo mais importante, uma vez que o governo se colocava como superior aos demais países sul-americanos. Dessa forma, amparando-se em conceitos geopolíticos, buscava-se justificar a “vocação natural” da Amazônia indicando que o caminho para a “verdadeira integração” seria:

Pensar numa política Pan-amazônica, que interligue o bloco de nações do Vale, num associacionismo econômico, ditado pelas condições geopolíticas dessas unidades sul-americanas, prontas a ser conduzidas pela vocação natural de sua inserção geográfica. Nestes termos, [...] as implicações econômicas e políticas da Zona Franca são fecundas, merecendo do poder Público Federal especulações e medidas práticas, que possam repercutir, favoravelmente, no futuro.<sup>213</sup>

Este foi precisamente o traço definidor da abordagem, porque mesmo em 1980 ainda não era comum a propositura de saídas que englobassem o “conjunto das regiões amazônicas” para além das fronteiras nacionais, e isso devido a um motivo simples: nenhum país tributário do Amazonas havia implementado, até aquele momento, uma política governamental de “desenvolvimento” que articulasse suas respectivas porções de floresta tropical como um todo. Em especial a porção brasileira que, do ponto de vista da integração, apresentava o pior quadro. Destarte, o eixo norteador das teses de Mattos apresentou um caráter pioneiro pelo fato de chamar atenção e conferir centralidade ao aspecto geopolítico do problema. Este, por sua vez, pressupunha necessariamente o vínculo orgânico entre as várias “Amazônias”.

Nessa perspectiva, passou-se a apontar para novas formas de organização do espaço político nacional, no sentido de inverter o modo como a distribuição dos vários estados se fazia notar até então; porém, deixando o foco do assunto sempre voltado à região Norte. Em grande medida o autor elevava a história de longa duração ao primeiro plano, com o objetivo de explicar o subdesenvolvimento como resultado lógico das políticas de Estado que se mostravam

<sup>212</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Reinvindicações a Castelo Branco*. Manaus: CODEAMA, 1965, p. 7. Grifos do autor.

<sup>213</sup> *Idem*.

repetidamente ineficazes. Como já apontamos, os dois autores eram impressionados pelo modo como ainda na Colônia se resolvera, segundo eles, os problemas territoriais subdividindo as grandes áreas amazônicas através de uma política que, infelizmente, não teria sido continuada pelo governo Imperial e muito menos pela República.

A partir daí, Mattos perfilou um quadro histórico-estrutural em que criticou a atuação de todos os governos – inclusive a era Vargas, com a qual sempre foi simpático apesar de ter lutado contra, na “revolução paulista” de 1932 –, sugerindo que as “elites dirigentes” de todos os períodos, exceto da época colonial – por mais contraditório que seja esse raciocínio –, foram “conservadoras demais” em deixar intocados os imensos territórios brasileiros. No entanto, quando a abordagem alcançou 1964 e o legado da ditadura civil-militar, ao invés de seguir com a crítica, o autor tergiversou e não denunciou o fato de os governos militares haverem mantido a mesma política, secularmente praticada no Brasil, no que tange à composição territorial da Amazônia, muito embora contando com a existência de dezenas de projetos voltados à redistribuição territorial.<sup>214</sup>

Em resumo, nessa linha de raciocínio a Independência política do Brasil em relação a Portugal significaria um retrocesso na “brilhante” administração portuguesa no vale amazônico, que se encerrava oficialmente em 1822. A partir de então, um território que correspondia a “40 vezes o da Alemanha ocidental” ficaria sujeito a apenas quatro províncias – Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás –, reduzindo-se com isso o já inexpressivo poder local, o que soava como um convite à cobiça internacional e um verdadeiro “decreto” à perenidade do subdesenvolvimento. Do ponto de vista geopolítico, só a construção de Brasília iria representar, de fato, um alento ao quadro de miséria estrutural que permeava toda a sociedade amazônica, mas apenas para, logo na sequência, ser “ocupada” de forma autoritária pela violenta política da Ditadura a começar em 1964. Como o próprio general foi obrigado a reconhecer, bem a seu modo, obviamente. Portanto, o que não lhe escapou à consciência foi notar que mesmo a Ditadura cumpria apenas parte do seu “projeto de desenvolvimento” para a região:

---

<sup>214</sup> “Entre estes, merecem destaque o Projeto Teixeira Freitas (1948), o Projeto Antônio Teixeira Guerra (1960), o projeto do deputado Siqueira Campos (1974), o Projeto Frederico Augusto Rondon e, finalmente, os dois de Samuel Benchimol (1966 e 1977). Há entre todos estes projetos dois traços comuns: todos baseiam a divisão no critério da integridade das bacias hidrográficas; todos propõem, entre outros, os seguintes territórios federais – Trombetas, Rio Negro, Solimões, Madeira Tapajós, Xingu, Araguaia e Tocantins. Divergem no que se refere a outros territórios e limites entre os mesmos e os estados”. MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, 1980, pp. 63-64. Seria importante perceber que alguns desses projetos – engendrados inclusive por correligionários da Ditadura – poderiam refletir positivamente no desenvolvimento regional. Todavia, como já demonstramos no Capítulo I, isso incorria em mais dispêndio no orçamento da União. O que Mattos não percebeu, ou melhor, não quis assumir, é que os projetos de fato implementados, sobretudo no período do regime ditatorial de 1964, consistiram todos em subordinar a Amazônia e extrair divisas daquela região, especialmente direcionados ao Sudeste do país.

Vem a União, *por outras formas que não a redivisão territorial*, tentando uma política de viabilização dos espaços amazônicos, através da criação de organismos federais de atuação regional, como Sudam, Suframa, Incra, Basa e outros, encarregados de executar na região os projetos e programas governamentais. Em que pese o sucesso obtido por essa política em alguns setores, não há como ignorar as *dificuldades de toda ordem geradas pela insuficiência da presença do poder regional*, que deveria desempenhar um papel participante e que fica *relegado a mero espectador*. A melhor estratégia dinamizadora para as vastas extensões amazônicas, a que chegará a resultados mais concretos em prazos menores, não resta dúvidas que será a de combinar uma adequada divisão territorial com a permanente e ativa atuação dos órgãos regionais planejadores e coordenadores dos projetos de desenvolvimento econômico social.<sup>215</sup>

Segundo Meira Mattos, os governos militares deveriam, a todo custo, realizar a tão necessária “*continentalização da hinterlândia sul-americana*”. Isto é, deveriam estabelecer as bases para a penetração no vasto território amazônico através dos grades projetos rodoviários.<sup>216</sup> Por meio deste plano, deveria vir à tona um ambiente propício à entrada nas chamadas “terras interiores”, possibilitando aos que desbravavam a floresta amazônica livrar-se dos grilhões que os prendiam secularmente ao leito dos rios. Para tanto, determinadas tecnologias e estratégias, como as formuladas na ESG, eram indispensáveis no sentido de ocupar populacional e economicamente essas áreas. Assim, a porção norte do território deveria contribuir como área a ser incorporada sob a proverbial, capitalista e por vezes imperialista, acepção de “fronteira agrícola”. Na visão do general, não restou dúvidas, entretanto, de que à imensa região caberia apenas submeter-se ao território nacional como uma espécie de “títere econômico”:

Hoje, orientados por esses esboços geológicos proporcionados pelo sensoramento remoto do território, estamos impulsionando os projetos de exploração agrícola, pecuária e mineral das áreas do interior oeste e da Amazônia, onde começam a aparecer enormes riquezas minerais insuspeitáveis há 10 anos passados e novas glebas agricultáveis.

A incorporação das imensas áreas do Centro-Oeste e da Amazônia ao território explorado representará um aumento de nossas possibilidades econômicas e poder político proporcional aos tratos de área incorporados. O valor dessa operação poderá ser avaliado com justeza se considerarmos que as novas áreas a serem exploradas representam cerca de dois terços do território nacional.

No campo agrícola e mineral desfrutamos hoje de excepcional posição no mundo, e as perspectivas para os próximos anos são altamente animadores. Já se proclama nos jornais de Washington que seremos os novos “*gigantes da agricultura*”.<sup>217</sup>

<sup>215</sup> Ibid., p. 71. Grifos nossos.

<sup>216</sup> “O ano de 1971 marcaria a inauguração do primeiro trecho da Transamazônica, a mais famosa das rodovias que o governo então construía, e da colonização às suas margens. A propaganda oficial proclamava: depois da corrida à Lua, promovida pelos americanos, é a maior aventura de conquista humana de novos espaços. Do alto de sua órbita, os astronautas veriam, na Terra, apenas duas obras marcantes: a Muralha da China, [...] e a Transamazônica, uma estrada de terra rasgando espaço para a ocupação do novo colonizador em pleno coração da selva, até então inexpugnável”. PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: a fronteira do caos*. Belém: Falangola Editora, 1991, p. 9.

<sup>217</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, 1984, pp. 88-89. Grifos do autor.

Portanto, na visão de Mattos, animava-se as perspectivas da integração vindoura a partir do sucesso que começava se apresentar nos vários ramos agrícolas, além do rápido progresso rumo à agroindústria. Não obstante a isso, restavam inconclusos aspectos ligados ao passado de má distribuição geopolítica, devido à evolução desordenada por meio da qual se deu a constituição dos territórios brasileiros. Em particular na Amazônia, onde a dimensão territorial dos Estados deveria ser radicalmente menor, apresentava-se o problema mais evidente. Mattos se baseava no exemplo dos Estados Unidos, bem como em outros países europeus que comportam departamentos territoriais “pequenos” como forma de manter, sob rígido controle, o raio de atuação governamental. A esta ilação parece não ter ocorrido, todavia, olhar para o próprio caso brasileiro, pois aqui constituímos historicamente uma região Nordeste com as menores áreas em cada Estado, mas com os piores níveis de desenvolvimento.

Na verdade, o Nordeste foi por longo período a região na qual as oligarquias mantiveram o controle social por meios talvez mais arcaicos. O fato de concentrar Estados “pequenos” provavelmente favoreceu e proliferou o *modus operandi* oligárquico.<sup>218</sup> Outro ponto que talvez seja possível apresentar como expressão contraditória do pensamento de Meira Mattos, mediante comparação com outros autores, por exemplo, Osny Duarte Pereira, que mesmo não tendo orientação teórica de esquerda, compreendeu a maioria dos projetos implementados pela ditadura de maneira crítica, localizando-os como fruto de ideias falsas ou entreguista.<sup>219</sup> Foi assim, a título de exemplo, com a questão do levantamento aerofotogramétrico, um dos eventos mais exaltados pelo general.

No rol das medidas de implantação do levantamento por sensores remotos, vamos encontrar os dois projetos RADAM (Radar da Amazônia) e LANDSAT e ERTZ (Levantamento por Satélite). O projeto RADAM utiliza imagem de radar e fotografia aéreas multiespectrais e infravermelhas coloridas, complementadas com verificações no campo; permitem o levantamento dos recursos minerais e das possibilidades agrícolas do solo. Os projetos LANDSAT e ERTZ alcançam as mesmas pesquisas por meio fotografias tiradas de satélites. Ambos os projetos enriquecem sobremaneira o inventário das riquezas minerais abrigadas pelo solo amazônico, assim como as possibilidades para a agropecuária. O mapeamento cartográfico vem complementando o levantamento aerofotogramétrico.<sup>220</sup>

<sup>218</sup> Sobre isso, ver: GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>219</sup> Outra visão quanto ao rastreio aerofotográfico de vasto território brasileiro: “A orientação de consentir o mapeamento do Brasil pela Força Aérea dos EUA decorreu, em 1966, da política sufragada pelo Presidente Castelo Branco e por seu ministro Roberto Campos, segundo a qual deveríamos aceitar, no mundo contemporâneo, a gradativa substituição das fronteiras territoriais pelas *fronteiras ideológicas* e instituir, para isto, uma *sociedade aberta*, mas aberta apenas aos EUA. Baixou-se, em consequência, uma legislação inteiramente contrária ao antigo Código de Minas, de modo a abrir as mais amplas possibilidades ao capital estrangeiro, na exploração das jazidas minerais”. PEREIRA, Osny Duarte. *Op. Cit.*, 1997, pp. 45-46. Grifos do autor.

<sup>220</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, 1980, p. 102.

Casos como este deixaram claro o verdadeiro “espírito nacionalista” do qual tanto falavam os diversos ideólogos do golpe e da ditadura de 1964. Em especial, no modo como a quase apologia da entrega do patrimônio público brasileiro aos Estados Unidos era defendida em nome da “aliança ideológica ocidental”. O assunto compareceu amplamente em publicações voltadas à estratégia militar, nos jornais e no conjunto de obras como a de Meira Mattos. A aproximação com os EUA também pretendia elevar a influência do Brasil em plano internacional e para tanto levantava-se inúmeras hipóteses.

Uma das cogitações mais absurdas animada por Mattos, – amplamente “fundamentada” em autores de sua mesma estirpe – foi acenar para uma “projeção internacional de poder” em que o Brasil aparecia à frende de países como o Japão e, inacreditavelmente, em posição superior a toda “Europa ocidental integrada”. Tal visão, ignorou não apenas o processo histórico, mas a realidade tangível e em lugar disso pôs um amalgama de “atributos geopolíticos” arbitrariamente definidos, como: “posse de imensos recursos naturais, capacidade industrial, tecnologia científica, e, finalmente, coesão interna”.<sup>221</sup> Em resumo, utilizava-se o lugar comum implicado na esperança do “Brasil: país do futuro”, para justificar especulações que pretendiam modificar o presente, ou, de outra forma, criar uma impressão geral de expectativa permanente no desenvolvimento, sem contar, porém, com a transformação das estruturas sociopolíticas que perpetuavam a miséria.

A essas análises mirabolantes, entretanto, se impôs a realidade que não poderia ser mais contundente. Por exemplo, na já célebre frase, que sintetiza o pensamento do economista paraense Armando Mendes, pôs-se a nu o que de fato foi concretizado em solo amazônico. No entanto, ao contrário do que almejava o autor e, desgraçadamente para a Amazônia, venceu o grande capital. Dizia ele: “O desafio amazônico que impressiona pelas dimensões físicas da região é, na verdade, do ponto de vista econômico, um diminuto desafio, quando comparado com a imensa contribuição que a região pode proporcionar ao Brasil como um todo”.<sup>222</sup> Nessa linha de raciocínio, o Brasil não pôde aproveitar – pelo menos não no sentido essencial e de maneira democrática – as imensas riquezas amazônicas; de acordo com o raciocínio de Mendes, fracassamos, enquanto nação, no *desafio amazônico*.

Por outro lado, é preciso notar que este tipo de entendimento nunca fez parte da compreensão global do general Mattos. Longe disso, suas especulações voltavam-se sempre à grandeza das possibilidades amazônicas que nunca eram confrontadas, porém, com a história

---

<sup>221</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Op. Cit.*, 1984, p. 108.

<sup>222</sup> MENDES, Armando Dias. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora da UFAM, 1997.

em processo, no sentido de avaliar os erros decorrentes do modo como as políticas foram implementadas pelo governo e o impacto das mesmas na região. O resultado prático do exercício de futurologia concebido por geopolíticos como Mattos e Golbery mostrou-se muito aquém do “monumental destino” atribuído por eles ao processo de integração nacional via ditadura civil-militar.

Na prática, a Amazônica não foi brindada com o desenvolvimento e a ocupação teorizadas nas análises de autores como Couto e Silva e Meira Mattos. O tão almejado progresso, sobretudo no viés de uma interiorização nacional que teria ramificações com as nações vizinhas, podendo integrar e amalgamar o território, tal qual entendiam estes militares nos anos 1950-70, ocorreu apenas de forma parcial. Inclusive, alguns estudos [...] mostram vivamente que o *lado negativo* desse projeto-ação foi mais enfático do que o *positivo*. Entretanto, as terras do Estado de Mato Grosso foram ocupadas com muito mais “sucesso”, do ponto de vista geopolítico, do que as da fronteira amazônica.<sup>223</sup>

Com efeito, aos autores da citação acima apenas faltou complementar sua correta análise mencionando um aspecto muito importante das consequências do “desenvolvimento” na região: o processo levado a cabo pelos governos ditatoriais permitiu a implementação dos grandes projetos de mineração que, junto às várias frentes agroindustriais, acabaram por aumentar a já vertiginosa concentração de renda. Tudo isso, envolto num esquema de submissão regional, que consistiu, sobretudo, em estabelecer a Amazônia enquanto produtora de dividendos para o país. Portanto, foi posto em marcha, decisivamente, um processo de subordinação à sanha de acúmulo através do fornecimento de *commodities* para equilibrar a balança de pagamento nacional, bem como o processo industrial do Centro-Sul. Ao mesmo tempo, o capital imperialista lançava seus tentáculos sobre a região Norte brasileira e monopolizava os lucros com a mineração.

---

<sup>223</sup> SILVA, Jussaramar da; DAL-MORO, Nataniél. Geopolítica e fronteira oeste: diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva. *Revista Geográfica de América Central*, nº 58, 2017, p. 142.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde depreender da análise circunscrita ao ideário de Arthur Reis e Meira Mattos feita ao longo do trabalho, ambos empenharam esforço intelectual, ao mesmo tempo que se direcionavam a um projeto político, para o qual o próprio pensamento acadêmico deu suporte. Isto é, eles funcionalizaram sua produção teórica à luta política. Dessa forma, procuramos localizar no contexto social marcado pela ditadura civil-militar de 1964, o momento preponderante desta conjugação de forças que levou os dois à preocupação com o andamento da política nacional e, sobremaneira, com os rumos dados à *questão amazônica*. Ademais, procuramos “revelar”, no decorrer da pesquisa, os traços constitutivos dos ideários em questão, tendo como parâmetro estruturante a noção de que o processo histórico se faz por caminhos tortuosos e que a política é o âmbito social do conflito.<sup>224</sup>

Ainda que tenham sido contemporâneos, compartilhando, portanto, das tensões provocadas pelo ambiente do pós-guerra e da chamada bipolarização do mundo com a Guerra Fria, Reis se fez notar por uma produção intelectual muito mais precoce, iniciada como já mostramos, em 1931, a partir do lançamento do seu primeiro livro. No caso de Mattos isso só viria a acontecer em 1960. Em compensação, a experiência deste como integrante do corpo de soldados da FEB, durante a Segunda Guerra Mundial, representou um marco para sua orientação político-ideológica que, como a orientação de Reis, manteve-se ativa no conturbado processo histórico nacional correspondente mais ou menos ao fim do segundo governo Vargas, e daí em diante.

Do ponto de vista da formação histórica do Brasil, o contexto relativo à vida política dos dois autores corresponde aos impactos da definitiva consolidação do país enquanto nação capitalista industrial. Como vimos, ambos eram entusiastas da industrialização, do sistema capitalista e do alinhamento político internacional ao lado Estados Unidos, contra a União Soviética. Muito embora este fato tenha ficado quase sempre implícito no ideário de Reis, mas revelado sobretudo no apoio incondicional ao regime, que ele mesmo ajudou a instaurar, em 1964. Nesta quadra histórica, os autores trataram de explicar (à sua maneira) a opção pelo

---

<sup>224</sup> Ao analisar um ideário que se funcionalizou à luta política – como foram os casos de Mattos e Reis – este pode nos auxiliar a tomar consciência das forças sociais que atuam na formação societária, ou, se preferirmos, na história em processo: [...] segundo a concepção lukacsiana, é a práxis política, forma pela qual são conscientizados e enfrentados os conflitos que concernem à sociedade inteira. O âmbito, pois, da política é aquele que afeta e envolve a globalidade da formação social. E é o âmbito do conflito. VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. IN: *Verinotio*, revista on-line, n. 12, ano VI, out./2010, p. 53.



“mundo cristão livre”, expressando uma visão de conjunto elitista e comprometida com a manutenção do *status quo*.

Cabe demarcar, entretanto, que a “visão de mundo” relativa ao pensamento dos dois inevitavelmente se chocava com o sentido das violentas transformações conjunturais centradas na década de 1950, apesar de que tais alterações não pretendiam (pelo menos não de forma hegemônica) a mudança do sistema político vigente. Assim era que, em âmbito essencialmente econômico, a aceleração do processo industrial, determinada pela consolidação dos produtos voltados ao consumo particular e a implementação da indústria de bens de capital, se perfilava como a ponta de lança do avanço que atingia todas as esferas sociais, bem como todas as regiões brasileiras, variando apenas na intensidade do impacto. Esse foi, portanto, um período de intenso crescimento econômico, porém, envolto em uma crise perene:

A crise do fim do período, que por sua vez vai dar lugar à recessão que se lhe segue até o ano de 1967, é uma crise extremamente complexa. Em primeiro lugar, deve-se dizer que as presidências Quadros e Goulart na verdade foram prisioneiras da crise que começou a detonar no último ano da Presidência Kubitschek [...]. O período Goulart intenta uma política econômica, [...] cuja essência consistia na preparação e implementação de uma recessão atenuada, para corrigir as já elevadas pressões inflacionárias; esse caráter contraditório da política econômica, de um lado visando restabelecer as condições do cálculo econômico e, portanto, da continuidade do processo de acumulação de capital, e, de outro, não podendo penalizar as classes trabalhadoras de onde retirava seu apoio político, vai levar à falência toda a política econômica, e não apenas ela: também o regime democrático.<sup>225</sup>

O surto de crescimento apresentado pelo setor industrial, que passava ao comando da dinâmica produtiva, indubitavelmente se efetivou; porém, gestando em seu interior a “crise de realização”, o “estrangulamento cambial”, a “fuga de divisas”, entre outros problemas dos quais se ocuparam autores como Francisco de Oliveira. Desse modo, o sociólogo pernambucano ofereceu uma explicação essencialmente econômica e simultânea, para a consolidação da indústria nos anos 50 e os impasses governamentais que levariam ao golpe, em 1964.

Todavia, como procuramos demonstrar no decorrer da dissertação, Mattos e Reis formularam outro tipo de suporte analítico para dar conta dos problemas nacionais, os quais também eram compreendidos por eles na configuração de uma crise social profundamente sensível no pré-64. Entendiam que isto se expressava não nas impossibilidades históricas de nossa “herança colonial”, nas investidas do imperialismo e mesmo na brutal desigualdade brasileira, mas em âmbito moral e que tal situação tendia ao “aviltamento da ordem constituída” por um “iminente risco” de implantação da tão propagada “república sindicalista no Brasil” ou,

---

<sup>225</sup> OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, pp. 90-91.

ainda, num sentido mais amplo, justificavam o uso de um golpe militar como forma contundente de pôr fim à “corrupção generalizada”.

Em obra propagandística coletiva, editada para comemorar o sexto aniversário da “revolução”, os dois autores compareceram seguindo o objetivo de consagrar o processo iniciado com a tomada do poder em 1964. No referido livro, figuraram intelectuais, políticos, militares e representantes da imprensa, que se apresentavam de acordo com a função exercida no regime e o Estado no qual atuavam, o que atendia à necessidade de oferecer uma notícia geral das mudanças políticas, iniciadas com o governo Castelo Branco, em todas as regiões do país. Nesses termos, coube primeiramente a Reis fazer o seguinte apanhado a respeito do contexto amazônico:

A situação política do Amazonas, antes de março de 1964, estava condicionada ao domínio do Partido Trabalhista Brasileiro, que dirigia o Estado através do Dr. Plínio Ramos Coelho, pela segunda vez no exercício do cargo de Governador. A oposição era mínima, representada na Assembleia Legislativa, por menos de meia dúzia de deputados do Partido Social Democrático (PSD). Os demais partidos estavam aliados ao PTB e faziam a vontade do governante. Essa situação vinha de dois quadriênios seguidos. Este seria o terceiro. Ninguém admitia mudança a não ser que ocorresse mudança no Poder Federal.<sup>226</sup>

Reis foi o único representante da região Norte nesta coletânea, que reuniu mais doze autores, incluindo Meira Mattos. O historiador amazonense inicia seu relato tratando de vincular os governos trabalhistas a uma generalizada noção de improbidade administrativa, ao autoritarismo e a monopolização dos mandatos. A ideia geral, seguindo um comportamento comum entre os apoiadores da Ditadura, consistia em vincular os governadores dos diversos estados com a pecha do “populismo demagógico” a qual era atribuída à presidência João Goulart. Contudo, nesta obra, Reis deu um passo à frente em sua crítica que até então (1970) não incluía a denúncia de “subversão” no Amazonas. Denúncia que nesse momento apareceu em tom decisivo, mas cauteloso.

No que diz respeito à explicação do cenário político pré-64, existiu uma distinção clara entre o ataque desferido por Mattos, que denunciou abertamente o “perigo da subversão”, e a crítica de Reis que, apesar de intransigente, referia-se apenas ao “problema da corrupção”. Geralmente, se depreende que esta disjuntiva correspondeu ao fato de que no Amazonas não havia uma “resistência” mais organizada ao Golpe, muito menos aparelhos revolucionários de peso. Por isso, o discurso do então governador Arthur Reis voltou-se quase exclusivamente à denúncia da “corrupção generalizada”. No entanto, localizamos uma única exceção que apesar

---

<sup>226</sup> REIS, Arthur César Ferreira. A Revolução de março em sua ação moralizadora e construtiva no Amazonas. In: RENAUT, Abgar *et al.* Revolução, evolução. AERP, 1970, p. 19.

de obscura, dá conta da existência de uma “conspiração subversiva” à espreita no Amazonas e uma espécie de alinhamento do governador do PTB, tal como o presidente Goulart, às reivindicações dos militares de baixa patente:<sup>227</sup>

A Maçonaria amazonense, no entanto, tomara a decisão de dirigir-se aos altos poderes militares do País, pedindo que atentassem para *a realidade nacional, que parecia profundamente afetada em sua segurança pelo advento de condições perigosas ao sistema democrático, visto que se vislumbrava a implantação de uma organização socializante [...]*. Nos círculos do comércio e da indústria locais esboçava-se, também, senão uma reação aberta, face a *sucessos que, na capital amazonense, podiam levar a situações profundamente perigosas à ordem*, uma tímida tomada de posição junto à direção das classes produtoras quem no Rio de Janeiro, começavam a recear do que poderia suceder e procuravam acautelar-se pela sustentação de uma posição de repúdio ao que havia em perspectiva.<sup>228</sup>

Ver-se, portanto, expressa tendência ideológica na própria forma como o autor se referia a setores da burguesia como “classes produtoras”, ao passo que categorias como a dos marinheiros são tratadas como indisciplinadas e desafiadoras da hierarquia. No entanto, importa ainda mais notar que Reis também juntou-se (embora timidamente) ao coro da “segurança nacional” que deveria se contrapor “às situações perigosas à ordem” vigente no Brasil e, em especial, no Amazonas. Assim, observamos uma nuance a mais em relação às nossas conclusões sobre o posicionamento político de Reis pensadas até agora.

No caso de Meira Mattos, os parâmetros gerais do pensamento pró-ditadura de 1964 compareceram em suas máximas expressões. O general foi taxativo em considerar o período pré-64 como a vigência de uma verdadeira “insânia esquerdista” que ascendia dos movimentos sociais, partidários e políticos em geral, os quais se penetravam conscientemente no governo João Goulart. De modo que no pensamento de Mattos não houve lugar à dúvida do risco de que o Brasil viesse a enveredar pela senda da subversão, por meio da definitiva implantação de uma “grande Cuba” no coração da América do Sul.

---

<sup>227</sup> “Quando, por isso, no Rio houve o movimento de indisciplina de marinheiros e sargentos do Exército, o Governador amazonense solidarizou-se com os que desafiavam as hierarquias existentes nas classes armadas”. *Idem*, 1970, p. 20.

<sup>228</sup> *Ibidem*. Grifos nossos.

## FONTES DOCUMENTAIS

REIS, A. C. F. *Como governei o Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967.

\_\_\_\_\_. *Discurso de posse na Academia Amazonense de Letras*. Manaus: Edições Governo do Estado, 1967.

\_\_\_\_\_. *Dois anos de governo*. Manaus: Edições Governo do Estado, 1966.

\_\_\_\_\_. *Um ano e seis meses de administração*. Manaus: Edições Governo do Estado, 1966.

\_\_\_\_\_. *A visita do presidente Castelo Branco ao Amazonas*. Manaus: Edições Governo do Estado, 1965.

\_\_\_\_\_. *Mensagem à Assembleia Legislativa*. Manaus: Edições Governo do Estado, 1965.

\_\_\_\_\_. *Plano de desenvolvimento econômico e social (1965 - 1966)*. Rio de Janeiro: Artenova, 1965.

\_\_\_\_\_. *Reinvindicações de Arthur Reis a Castelo Branco*. Manaus: Setor de Publicações do Governo, 1965.

\_\_\_\_\_. *Um ano de governo*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1965.

\_\_\_\_\_. *Saudação de Arthur Reis ao Marechal Costa e Silva*. Manaus: Edições Governo do Estado, 1965.

\_\_\_\_\_. *Seis meses de administração*. Rio de Janeiro: Representação do Governo do Estado do Amazonas, 1964.

### Obras de Arthur Reis

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. *História do Amazonas*. 3ª Ed Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

\_\_\_\_\_. *A conquista espiritual da Amazônia*. 2ª Ed Manaus: Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1997.

\_\_\_\_\_. *Um mundo em mudança*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Aspectos da formação brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

\_\_\_\_\_. A ocupação portuguesa do Vale Amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, Tomo I, Vol. 1, p. 357-372.

\_\_\_\_\_. *História de Óbidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Transamazônica: a integração brasileira*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

\_\_\_\_\_. *O impacto amazônico na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972.

\_\_\_\_\_. *Problemática da Amazônia*. São Paulo: Gráfica Carioca, 1969.

\_\_\_\_\_. *O processo histórico da Amazônia*. São Paulo: Gráfica Carioca, 1969.

\_\_\_\_\_. *A Amazônia e os problemas da projeção internacional do Brasil*. São Paulo: Gráfica Carioca, 1969.

\_\_\_\_\_. *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1965.

\_\_\_\_\_. *A autonomia do Amazonas*. Manaus: Governo do Estado, 1965.

\_\_\_\_\_. *O planejamento regional, suas características e particularidades: ensinamentos decorrentes de experiências estrangeiras*. Rio de Janeiro: Concelho Nacional de Geografia, 1958.

\_\_\_\_\_. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

\_\_\_\_\_. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953.

\_\_\_\_\_. *Limites e demarcações da Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

\_\_\_\_\_. *Lobo d'Almada, um estadista colonial*. Manaus: Imprensa Pública, 1940.

\_\_\_\_\_. *A política de Portugal no Vale Amazônico*. 1ª ed. Belém: Oficinas Gráficas da Revista Novidade, 1940.

Obras de Meira Mattos

MATTOS, C. M. *Geopolítica v. 1, 2 e 3*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ALVIM, T. C. (Org.). *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BASTOS, E. R.; PINTO, R. F. (Org.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007.

BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997.

BENCHIMOL, S. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Editora: Umberto Calderaro/Codeama, 1977.

BEIGUELMAN, P. *O pingo de azeite: a instauração da Ditadura*. 2ª Ed São Paulo: Perspectiva, 1994.

BOBBIO, N. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

CHASIN, José. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: Presidência da República, 1971.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- CARDOSO, F. H; MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2008.
- CARR, E. H. *Que é história?* São Paulo: Paz e terra, 2002.
- CHAGAS, Rodrigo Pereira. *Florestan Fernandes: a Autocracia Burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil*. Mestrado em História. PUC-SP, 2011.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro*. UFF: Doutorado em História Social, 2012.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2ª Ed. São Paulo: Editora USP, 2008.
- COSTA, J. M. M. *Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas*. Belém: NAEA, 1987.
- CUNHA, E. *À margem da história*. Lisboa: Lello, 1946.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Doutorado em História. UNICAMP, Campinas, 2001.
- DANTAS, H. *Arthur César Ferreira Reis: trajetória e escrita da história*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- D'ARAUJO, M. C; SOARES, G. A. D; CASTRO, C. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DINES, Alberto. *Os Idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: Editora José Álvaro, 1964.
- DOSSE, F. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
- DREIFUSS, R. A. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- Escola Superior de Guerra. *Fundamentos da doutrina*. Rio de Janeiro: ESG, 1981.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org.). *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- FARAGE, N. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- FERREIRA, C; OSORIO, J; LUCE, M. (Org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FICO, C. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

- FIGUEIREDO, A. M. *No tempo dos seringais: o cotidiano e a sociedade da borracha*. São Paulo: Atual, 1997.
- FREDERICO, A. O. L. *Soldados da Borracha: das vivências do passado às lutas contemporâneas*. Mestrado em História. UFAM, 2013.
- FURTADO, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- GOMES, L. M. R. *Movimentos sociais na obra de Arthur Reis*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- HALL, A. *Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- HOBBSBAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, O. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura do Grande Capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LEAL, Aluísio. *Amazônia: aspecto político da questão mineral*. Belém: NAEA/UFPA, 1988.
- LIMA, A. A. (Org.). *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971.
- LOBATO, S. Estado, nação e região na obra de Arthur César Ferreira Reis. In: *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 3, 2009.
- <https://doi.org/10.4025/dialogos.v13i3.435>
- \_\_\_\_\_. O futuro da Amazônia: horizonte de expectativa de Arthur Reis (década de 1950). *Confins* n. 28, out/2016.
- <https://doi.org/10.4000/confins.11094>
- LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: *Revista Actuel Marx*, n. 18.
- LOSANO, Mario G. A geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina. In: *Cultura, revista de história e teoria das ideias*, v. 26, 2006.
- <https://doi.org/10.4000/cultura.2300>
- LUKÁCS, György. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.



- SILVA, M. (Org.). *Brasil, 1964/1968: a ditadura já era ditadura*. São Paulo: LCTE Editora, 2006.
- MAHAR, D. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.
- MARINI, R. M. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. In: *Cuadernos Políticos*, n. 12, Era, México, abr.-jun. 1977. (Tradução e apresentação de Maíra M. B. e Fábio P. S.).
- \_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5ª Ed., Florianópolis: Insular, 2014.
- MARQUES, G. S. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). In: *Revista Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, fevereiro 2013. Nº 34, p. 197.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultura, 1982. (Coleção os Economistas).
- MENDES, Armando Dias. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora da UFAM, 1997.
- MIRANDA NETO, M. J. *O dilema da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980)*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 1981.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MONTEIRO, M. Y. A amazonlândia como espelho da cultura. In: *História da cultura amazonense*. Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2016.
- ODALIA, N. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997.
- OLIVEIRA, A. E. A. Marxismo e questão regional. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n. 35, p.112-128, jul./dez. 2015.
- OLIVEIRA, C. A. B. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas: Unicamp, 2003.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

- PEREIRA, O. D. *A transamazônica: prós e contras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- PETIT, P. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- PICOLI, F. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PINTO, L. A. C. *Desenvolvimento econômico e transição social*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.
- PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: a fronteira do caos*. Belém: Falangola Editora, 1991.
- RAGO FILHO, A. *A Ideologia 64: os gestores do capital atrofico*. Tese de Doutorado em História. PUC. São Paulo, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RENAUT, Abgar *et al.* *Revolução, evolução*. AERP, 1970.
- RIBEIRO, O. S. *Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins*. Tese de Doutorado em História. Manaus: UFAM, 2012.
- RODRÍGUEZ, O. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- SABER, Emir (Org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.
- SANTOS, R. A. O. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1980.
- SAMPAIO, P. *Capital estrangeiro e agricultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SOUSA, L. C. *Arthur Reis e a história do Amazonas: um início em grande estilo*. Manaus: UFAM, 2009.
- SCHILLING, P. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Global, 1981.
- SERÁFICO, J; SERÁFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 99-113, Mai/Ago. 2005.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200006>
- SCHOENMAN, Ralph. *A história oculta do Sionismo: a verdadeira história da formação do Estado de Israel*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- SILVA, M. (Org.). *Brasil, 1964/1968: a ditadura já era ditadura*. São Paulo: LCTE Editora, 2006.
- SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil*. 3ª Ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

- SODRÉ, N. W. *O que se deve ler para entender o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil*. 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Geografia: geografia e ideologia*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- SOUSA, L. C. *Arthur Reis e a história do Amazonas: um início em grande estilo*. Manaus: UFAM, 2009.
- SUDAM. *Operação Amazônia (Discursos)*. Belém: Serviço de Documentação e Divulgação, 1968.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundemann, 2007.
- VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. In: *Verinotio*, revista on-line, n. 12, ano VI, out./2010.
- ASSUNÇÃO, V. N. F. *O satânico doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP, 1999.
- VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2009. <https://doi.org/10.7476/9788599662915>
- VIEIRA, Friederick Brum. *Matrizes teóricas da geopolítica brasileira: as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos*. Mestrado em geografia. UERJ, 2005.
- VIEIRA, M. P. A.; PEIXOTO, M. R. C.; KHOURY, Y. M. A. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 2006.
- ZIBECHI, R. *Entre la integración regional y um nuevo imperialismo*. Bogotá: Desde Abajo, 2012.